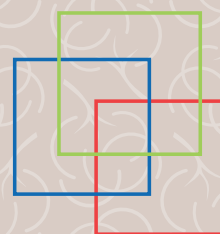




Relatório sobre lacunas em termos de trabalho decente na cadeia de abastecimento do algodão na Tanzânia



RELATÓRIO SOBRE LACUNAS EM TERMOS DE TRABALHO DECENTE NA CADEIA DE ABASTECIMENTO DO ALGODÃO NA TANZÂNIA

Estudo encomendado pela OIT e realizado por Braison M. Salisali

Agosto de 2016

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, Instituto Brasileiro do Algodão e Agência Brasileira de Cooperação 2018

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 *Geneva* 22, Suíça, ou por correio eletrônico: rights@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas.

As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

ISBN: 978-92-2-132046-3 (web pdf)

Publicado também em inglês: *Report on Decent Work Gaps in the Cotton Supply Chain in Tanzania* - ISBN 978-92-2-132045-6 (web pdf) - 2018

As denominações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da Organização Internacional do Trabalho, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho, do Instituto Brasileiro do Algodão ou da Agência Brasileira de Cooperação sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos, estudos e outras colaborações assinados cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a Organização Internacional do Trabalho, o Instituto Brasileiro do Algodão e a Agência Brasileira de Cooperação as endosse.

Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho, do Instituto Brasileiro do Algodão e da Agência Brasileira de Cooperação, e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da Organização Internacional do Trabalho podem ser obtidos nas principais livrarias e em redes de distribuição digital, enviando pedidos para: ilo@turpin-distribution.com. Para mais informações, visite o nosso site ilo.org/publns ou entre em contato pelo email ilopubs@ilo.org.

Impresso no Brasil

Sumário

Abreviações e acrônimos	07
--------------------------------------	-----------

Agradecimentos e Declaração de Isenção de Responsabilidade	09
---	-----------

Resumo Executivo	10
-------------------------------	-----------

Com base nas verificações do estudo, suas recomendações foram divididas em duas áreas principais, uma das quais relacionada ao setor algodoeiro e outra a lacunas observadas em termos de trabalho decente. As recomendações do estudo são as seguintes:

Recomendações para o setor algodoeiro como um todo

1 Histórico.....	13
-------------------------	-----------

1.1	Objetivos e âmbito do estudo	13
1.2	Abordagem e metodologia	14
1.3	Limitações	14

2 Análise contextual	15
-----------------------------------	-----------

2.1	Contexto político, social e econômico do país	15
2.2	A cadeia de abastecimento global do algodão	17
2.2.1	<i>Tendências globais do setor algodoeiro.....</i>	<i>17</i>
2.2.2	<i>Produção e produtividade globais.....</i>	<i>18</i>
2.2.3	<i>Perspectivas para a produção regional.....</i>	<i>18</i>
2.2.4	<i>Tendências globais do comércio de algodão.....</i>	<i>19</i>
2.3	A cadeia de abastecimento do algodão da Tanzânia	20
2.3.1	<i>Contexto do setor algodoeiro do país.....</i>	<i>20</i>
2.3.2	<i>Histórico do setor algodoeiro.....</i>	<i>20</i>
2.3.3	<i>Produção de algodão.....</i>	<i>22</i>
2.3.4	<i>Processamento e uso do algodão.....</i>	<i>24</i>
2.3.5	<i>A comercialização e o comércio de algodão na Tanzânia.....</i>	<i>25</i>
2.3.6	<i>Governança do setor algodoeiro da Tanzânia</i>	<i>28</i>
2.3.7	<i>Atores da cadeia de valor do setor de algodão da Tanzânia</i>	<i>31</i>

2.4	Produção e desenvolvimento do algodão na Tanzânia – cenário atual	33
2.4.1	<i>Acesso a recursos produtivos</i>	33
2.4.2	<i>Produção e produtividade</i>	33
2.4.3	<i>Sistema de agricultura por contrato</i>	35
2.4.4	<i>Sistema de produção de sementes e distribuição de insumos.....</i>	36
2.4.5	<i>Serviços de extensão</i>	37
2.4.6	<i>Esquemas de comercialização.....</i>	38
2.4.7	<i>Impacto ambiental e sustentabilidade.....</i>	40
2.4.8	<i>Impactos ambientais e sustentabilidade – cenário atual nas áreas produtoras de algodão.....</i>	42
3	Oportunidades de emprego na Tanzânia.....	45
3.1	Emprego no setor algodoeiro e suas características	48
3.2	Mercado de trabalho do setor algodoeiro da Tanzânia	49
3.3	Tendências e fatores que afetam o mercado de trabalho do setor algodoeiro da Tanzânia	50
3.3.1	<i>Tendências relacionadas a efeitos estruturais</i>	50
3.3.2	<i>Tendências atribuídas a efeitos na demanda de mão de obra.....</i>	52
3.3.3	<i>Tendências atribuídas a efeitos na oferta de mão de obra.....</i>	54
3.4	Retorno sobre o trabalho	57
3.5	Categorias de pequenos produtores de algodão na Tanzânia.....	60
4	Direitos trabalhistas na Tanzânia.....	62
4.1	Trabalho infantil	62
4.1.1	<i>Arcabouço jurídico e político da Tanzânia sobre trabalho infantil.....</i>	63
4.1.2	<i>Trabalho infantil na Tanzânia – Situação atual</i>	65
4.1.3	<i>Formas de trabalho infantil encontradas nas comunidades algodoeiras.....</i>	66
4.1.4	<i>Principais questões e causas do trabalho infantil nas áreas algodoeiras.....</i>	70
4.2	Trabalho forçado	71
4.2.1	<i>Arcabouço jurídico e político do trabalho forçado.....</i>	71
4.2.2	<i>Trabalho forçado – Situação atual nas comunidades algodoeiras.....</i>	71
4.3	Oportunidades iguais e tratamento equitativo no emprego.....	71
4.3.1	<i>Oportunidades iguais e tratamento equitativo no emprego – Situação atual nas comunidades algodoeiras.....</i>	72
5	Diálogo social e liberdade de associação.....	74
5.1	Arcabouço jurídico para o diálogo social e instituições políticas na Tanzânia	74
5.2	Diálogo social e liberdade de associação – Situação atual nas comunidades algodoeiras.....	75
5.2.1	<i>Principais problemas e desafios</i>	76

6	Seguridade social na Tanzânia	77
6.1	Política e Arcabouço Institucional de Seguridade Social	77
6.2	Esquemas de proteção social	78
6.3	Seguridade social – Situação atual nas comunidades algodozeiras.....	81
6.3.1	<i>Principais problemas e desafios</i>	<i>82</i>
7	Programas/projetos nas áreas algodozeiras	83
8	Conclusão e recomendações	84
8.1	Conclusão e constatações	84
8.2	Recomendações do estudo	85
8.2.1	<i>Recomendação para o setor algodozeiro em geral.....</i>	<i>85</i>
8.2.2	<i>Recomendações sobre aspectos do trabalho decente.....</i>	<i>86</i>
8.3	Recomendações sobre a cooperação Sul-Sul.....	87
	<i>Intervenções relacionadas às experiências já identificadas no projeto com o Brasil (Seção 2.1 do PRODOC).</i>	
9	Bibliografia	91
10	Anexos e apêndices.....	93

Lista de Tabelas

Tabela 1:	Produção de algodão em caroço, sementes de algodão e algodão em pluma na Tanzânia.....	23
Tabela 2:	3.0 Oportunidades de emprego na Tanzânia	46
Tabela 3:	Estabilidade e segurança no trabalho na Tanzânia	47
Tabela 4:	Proporção de trabalhadores vulneráveis em relação ao total de empregos na Tanzânia (em %)	48
Tabela 5:	Estatísticas de compra de algodão em caroço (safras de 1994/1994 a 2001/2002)	52
Tabela 6:	Tendência e evolução do emprego no setor têxtil entre (1991/1994 e 2001/2004)	53
Tabela 7:	Tendência de emprego no setor têxtil no período de 2012 a 2015	53
Tabela 8:	Tendência e evolução da renda do trabalho no setor têxtil entre 1991/94 e 2001/04.....	55
Tabela 9:	Tendência e evolução da renda do trabalho no setor têxtil no período de 2012 a 2015	55
Tabela 10:	Categorias dos produtores de algodão na Tanzânia.....	61
Tabela 11:	Trabalho infantil na Tanzânia	66

Lista de Figuras

Figura 1: Distribuição da população em situação de pobreza por área geográfica (milhões de habitantes).....	16
Figura 2: Índice de incidência da pobreza por zona geográfica	16
Figura 3: Tendência da produção global de algodão.....	18
Figura 4: Tendências da produção de algodão em caroço na Tanzânia (2000-2014).....	23
Figura 5: Tendências da produtividade de algodão em caroço por hectare na Tanzânia (2000-2014)	24
Figura 6: Volumes de exportação/importação de pluma da Tanzânia (1996-2013)	26
Figura 7: Valores das exportações e importações de algodão em pluma da Tanzânia (1996-2013)	26
Figura 8: Volumes das importações e exportações de óleo de semente de algodão da Tanzânia (1996-2013)	27
Figura 9: Volumes das importações e exportações de torta de semente de algodão da Tanzânia (1996-2013)	27
Figura 10: Volumes das importações e exportações de sementes de algodão da Tanzânia (1996-2013)	28
Figura 11: Mapeamento da cadeia de valor do setor algodoeiro da Tanzânia.....	31
Figura 12: Distribuição de custos para produção de algodão na região da WCGA para agricultores proprietários de terras.....	35
Figura 13: Distribuição de custos para produção de algodão na região da WCGA para agricultores que arrendam terras	35
Figura 14: Preço e deduções por kg de algodão em 2013/2014	39
Figura 16: Exportações tradicionais e não tradicionais (%)	51
Figura 17: Preço líquido pago aos produtores de algodão por kg entre 2006 e 2015	58
Figura 18: Taxa de inflação na Tanzânia entre 2006 e 2015.....	58
Figura 19: Preço do combustível diesel por litro na Tanzânia (2000-2016)	59

Abreviações e acrônimos

AMCOS	Sociedade Cooperativa de Comercialização de Produtos Agrícolas
ASDS	Estratégia de Desenvolvimento do Setor Agrícola
ATE	Associação de Empregadores da Tanzânia
CDTF	Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro
CHF	Fundo Comunitário de Saúde
CLMS	Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil
CTPP	Programa de Desenvolvimento dos Setores do Algodão e Têxtil
CTI	Confederação das Indústrias da Tanzânia
DAICO	Diretor Distrital Responsável pela Agricultura, Irrigação e Cooperativas
DED	Diretor Executivo Distrital
ECGA	Área Leste de Cultivo de Algodão
ELRA	Lei do Emprego e das Relações Trabalhistas
UE	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FBGs	Grupos Empresariais de Produtores Rurais
DGFs	Discussões com Grupos Focais de Produtores Rurais
FYDP	Plano Quinquenal de Desenvolvimento
BPA	Boas Práticas Agrícolas
HHBS	Pesquisa Domiciliar de Orçamentos Familiares
ICAC	Comitê Consultivo Internacional do Algodão
ILSF	Pesquisa Integrada sobre a Força de Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ITC	Centro Internacional do Comércio
LGA	Autoridade do Governo Local
LESCO	Conselho Trabalhista, Econômico e Social
MALF	Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca
NBS	Escritório Nacional de Estatística
NCU	União das Cooperativas de Nyanza
ONG	Organização não Governamental
NHIF	Fundo Nacional de Seguro de Saúde
NSGRP	Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza
OSHA	Autoridade Responsável pela Segurança e Saúde no Trabalho
REA	Agência de Eletrificação Rural
SACCOS	Sociedade das Cooperativas de Poupança e Crédito
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



SHIRECU	União das Cooperativas da Região de Shinyanga
SSRA	Autoridade Reguladora da Seguridade Social
STABEX	A palavra <i>Stabex</i> tem origem no <i>Système de Stabilisation des Recettes d'Exportation</i> francês. Trata-se do acrônimo de um sistema financeiro de compensação da Comissão Europeia esta belecido para estabilizar as receitas de exportação dos países ACP.
TASAF	Fundo de Ação Social da Tanzânia
TACOGA	Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia
TCA	Associação do Algodão da Tanzânia
TCB	Conselho do Algodão da Tanzânia
T&C	Artigos têxteis e de vestuário
TCLSB	Conselho do Algodão em Pluma e das Sementes de Algodão da Tanzânia
TGT	Fundo Gatsby da Tanzânia
TIKA	Tiba Kwa Kadi
TOSCI	Instituto de Certificação Oficial de Sementes da Tanzânia
TPAWU	Sindicato da Agricultura e dos Trabalhadores Agrícolas da Tanzânia
TUICO	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Comércio
TZS	Xelins tanzanianos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
RUT	República Unida da Tanzânia
VEO	Gestor Executivo Comunitário
VICOBA	Banco Comunitário
VSL	Grupo Comunitário de Poupança e Crédito
WCGA	Área Ocidental de Cultivo de Algodão
WEO	Gestor Administrativo Local
WMA	Instituto de Pesos e Medidas
WWF	Fundo Mundial da Natureza

Agradecimentos e Declaração de Isenção de Responsabilidade

Gostaria de agradecer às seguintes pessoas e instituições pelo valioso apoio prestado na realização do presente estudo.

Sou particularmente grato aos diretores do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Tanzânia por terem confiado em mim e me dado a oportunidade de realizar essa tarefa. Sou grato, particularmente, pelo apoio logístico e administrativo que tive de Charlotte Goemans, Especialista Associada em Trabalho Infantil do Escritório da OIT na Tanzânia, e de Kassimu Ramadhani, Diretor Financeiro e Administrativo do Escritório da OIT na Tanzânia.

O consultor também é grato pela enorme colaboração recebida dos representantes da cadeia de valor do algodão e de atores vinculados à agenda do trabalho decente e pela disposição dessas pessoas de compartilhar informações. O consultor realizou debates com representantes do governo e de órgãos governamentais, de programas locais e internacionais de desenvolvimento, de ONGs, de produtores de algodão, de empresas de descaroçamento de algodão, de empresas têxteis e de diversas associações de classe. Além disso, o consultor também é grato pelo apoio recebido de representantes de diversas autoridades governamentais locais nos distritos e regiões nas quais ele e sua equipe realizaram o trabalho de campo.

Por último, o consultor é grato pelo apoio incomensurável prestado pela equipe de campo composta pelo Sr. Placid Ngiliule, baseada em Dar es Salaam, e pelo Sr. Sunga Mabeja do Grupo MACC em Dodoma, cuja dedicação a uma coleta de dados de qualidade tornou este estudo mais completo.



Resumo Executivo

O estudo sobre o trabalho decente na cadeia de abastecimento do algodão na Tanzânia foi realizado em resposta a uma solicitação do Governo do Brasil à Organização Internacional do Trabalho (OIT) no sentido de que fosse implementado um novo **“projeto de cooperação Sul-Sul para a promoção do trabalho decente em países produtores de algodão”** com vistas a apoiar países em desenvolvimento cujas economias dependem da produção de algodão, pelo fato de a República Unida da Tanzânia (RUT) ter sido incluída na lista dos cinco países identificados para o projeto.

Os objetivos do estudo foram os de: (1) identificar lacunas em termos de trabalho decente na cadeia de abastecimento de algodão na Tanzânia; (2) identificar necessidades e demandas na Tanzânia que pudessem ser satisfeitas por meio de intervenções específicas de cooperação Sul-Sul; e (3) recomendar possíveis ações para eliminar as principais lacunas em termos de trabalho decente na cadeia de abastecimento do algodão na Tanzânia por meio de intervenções de cooperação Sul-Sul.

O estudo foi realizado em cinco regiões da Tanzânia: Dar es Salaam e outras quatro regiões do Área Ocidental de Cultivo de Algodão (WCGA) do país – Shinyanga, Geita, Mwanza e Simiyu. A metodologia do estudo combinou avaliações de informações secundárias e a coleta de dados primários. Para a coleta de dados primários, foram usadas técnicas qualitativas e quantitativas em discussões com grupos focais (DGFs) de produtores de algodão e alguns gestores de autoridades locais e entrevistas presenciais com informantes-chave e processadores de algodão (empresas de descaroçamento e têxteis). Foram usadas metodologias de análise de dados quantitativos e qualitativos para analisar as informações coletadas, embora tenham sido aplicadas, principalmente, análises qualitativas, em decorrência da natureza das informações coletadas.

As principais conclusões do estudo são as apresentadas a seguir:

- i. Na Tanzânia, o algodão é predominantemente cultivado em pequenas propriedades rurais em sistemas de sequeiro e tradicionais.
- ii. O setor algodoeiro caracteriza-se por uma série de ineficiências, como má governança, um sistema precário de abastecimento e distribuição de insumos, baixa produtividade por unidade de área e mão de obra, prevalência de pragas e doenças, condições climáticas irregulares, um sistema de comercialização ineficiente, interferências políticas etc.
- iii. No que se refere à comercialização e ao processamento, o setor do algodão da Tanzânia é um dos mais competitivos em relação aos de outros países produtores de algodão da África.
- iv. O trabalho infantil é muito comum em áreas de cultivo de algodão e os que o usam acreditam que ele não é prejudicial ao desenvolvimento das crianças.
- v. Os estereótipos de gênero e a opressão das mulheres são comuns em áreas de cultivo de algodão pelo fato de a sociedade ser mais patriarcal.
- vi. O diálogo social é muito fraco em áreas de cultivo de algodão.
- vii. Não foram observados casos de trabalho forçado em nenhuma das áreas de cultivo de algodão nas quais o estudo foi realizado. Isso se deve, em parte, à indisponibilidade de dados e, em outra parte, ao fato de a maioria dos atores envolvidos não compreender o que constitui trabalho forçado e seu significado ou ter uma compreensão fraca do seu verdadeiro sentido.

- viii. Foram observadas diversas violações nos locais de trabalho analisados, bem como casos de desrespeito a direitos trabalhistas, principalmente por parte da maioria dos descaroçadores de algodão.
- ix. Não há regimes formais de seguridade social nas áreas rurais do país. Observou-se que os planos de saúde e os TASAF (fundos de ação social da Tanzânia) são os únicos esquemas disponíveis em áreas rurais, mas observou-se também que eles só beneficiam uma parcela muito reduzida da população (menos de 5%).

Com base nas verificações do estudo, suas recomendações foram divididas em duas áreas principais, uma das quais relacionada ao setor algodoeiro e outra a lacunas observadas em termos de trabalho decente. As recomendações do estudo são as seguintes:

Recomendações para o setor algodoeiro como um todo

- i. Há necessidade urgente de se aumentarem os investimentos na cadeia de valor do algodão, especialmente para instituições governamentais essenciais que regulam e supervisionam o setor (TCB, CDTF, LGA, centros de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da cultura do algodão, TOSCI, TPRI e WMA).
- ii. A produção e distribuição de sementes de algodão devem ser integradas ao regime oficial de produção e distribuição de sementes no sentido de garantir que os produtores de algodão tenham acesso a sementes oficialmente certificadas pelo TOSCI.
- iii. A agricultura irrigada deve ser criticamente analisada e meios para se garantir nível adequado de investimentos em infraestrutura de irrigação devem ser explorados, como a possibilidade de se perfurarem poços ou se usarem os recursos hídricos do Lago Vitória.
- iv. A agricultura por contrato é um conceito bom e bem-vindo. No entanto, observa-se grande necessidade de institucionalizá-lo.
- v. Observou-se que as interferências políticas em nível local e acima dele constituem antiga preocupação e problema profundamente enraizado. A vontade e o apoio político a partir do nível mais alto de liderança dos condados são urgentemente necessários para evitar que políticos, principalmente no nível local, negociem votos com os agricultores em troca de fazerem vista grossa às orientações científicas de especialistas no cultivo do algodão.
- vi. O sistema de cooperativas deve, tanto no nível das associações de classe como no nível primário, ser revitalizado e simplificado para garantir sua concorrência eficaz com o setor privado (empresas de descaroçamento).
- vii. No nível do processamento de algodão e da produção têxtil, a disponibilidade de energia elétrica e os elevados custos de transporte decorrentes de uma infraestrutura deficiente foram citados como os principais desafios a serem superados. Essas questões devem ser equacionadas no sentido de se estimularem mais investimentos do setor privado.
- viii. Observou-se necessidade urgente de se adotar uma estratégia para melhorar os meios de vida das comunidades produtoras de algodão. Os agricultores devem receber treinamento no agronegócio (inclusive em boas práticas agrônomicas) e na formação de grupos empresariais de agricultores.
- ix. As comunidades devem ser assistidas e apoiadas para que possam estabelecer Grupos Comunitários de Poupança e Crédito (VSL) ou Bancos Comunitários (VICOBA) focados nas mulheres, uma vez que elas são os pilares das atividades econômicas do lar e têm, portanto, enorme potencial de gerar efeitos multiplicadores nas suas famílias e comunidades.
- x. Devem ser estabelecidos Programas Dedicados de Formação de Jovens em Habilidades Profissionais e de Empreendedorismo. Essa iniciativa poderia ser muito beneficiada pelo Programa de Eletrificação Rural que está sendo implementado pela Agência de Energia Rural (REA).



Recomendações relacionadas ao trabalho decente

- i. O governo deve melhorar sua base de coordenação e recursos (equipamentos, recursos técnicos, financeiros e humanos) entre suas principais instituições e órgãos que trabalham com questões relacionadas ao trabalho decente para que possam desempenhar suas funções adequadamente.
- ii. Em colaboração com diversas partes interessadas, especificamente com parceiros do setor privado e parceiros em projetos de desenvolvimento, o governo deve lançar programa de conscientização que promova entre os diversos atores do setor do algodão melhor compreensão de diversas lacunas em termos de trabalho decente ou de questões como as do trabalho infantil, do trabalho forçado, da discriminação de mulheres e jovens, da seguridade social, do diálogo social e da liberdade de associação.
- iii. A iniciativa de conscientização e desenvolvimento de capacidades deve ser dirigida a empregadores e trabalhadores do setor algodoeiro (por meio das suas associações de classe) e enfocar questões relacionadas ao diálogo social, à liberdade de associação e de negociação coletiva e aos direitos trabalhistas. Ela poderá melhorar diversas práticas inadequadas que são adotadas atualmente em áreas de cultivo de algodão.
- iv. Por meio da Autoridade Reguladora da Seguridade Social (SSRA), o governo deve formular uma estratégia abrangente para garantir que o setor rural seja coberto pelo sistema formal de seguridade social.
- v. As empresas de seguros (de planos de saúde e de seguros agrícolas) devem ser estimuladas no sentido de ampliar sua cobertura para o setor rural, especificamente para áreas rurais de cultivo de algodão, para ajudarem a reduzir a vulnerabilidade social e econômica das suas comunidades.
- vi. O governo deve acelerar as iniciativas que está tomando por meio da SSRA no sentido de implementar esquema universal de saúde e adotar sistema de seguridade social universal no país.
- vii. O fornecimento de medicamentos para unidades de saúde, principalmente para as localizadas em áreas de difícil acesso, deve ser melhorado. Isso motivará um número maior de pessoas a aderir ao CHF.

1 Histórico

O Governo do Brasil solicitou à Organização Internacional do Trabalho (OIT) que implementasse novo “**projeto de cooperação Sul-Sul para a promoção do trabalho decente em países produtores de algodão**” para apoiar países em desenvolvimento cujas economias dependem da produção de algodão. Após um processo de consultas e de uma solicitação formal dos governos à OIT e/ou às autoridades brasileiras, foram identificados cinco países: Mali, Moçambique, Paraguai, Peru e Tanzânia.

O objetivo do projeto é o de promover o trabalho decente em países interessados por meio da sistematização, compartilhamento e adaptação de experiências brasileiras relevantes em áreas como as do combate à pobreza, da inclusão produtiva, da prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado, da promoção de empregos para jovens, do combate à discriminação e da promoção da igualdade de gênero, racial e étnica e do diálogo social. Como indicado no documento do projeto (PRODOC), diversas iniciativas foram desenvolvidas no Brasil para promover o trabalho decente na cadeia de abastecimento de algodão, particularmente com vistas a:

- i. Prevenir e eliminar o trabalho infantil e forçado.
- ii. Promover a inclusão produtiva, com foco no desenvolvimento de capacidades e na promoção de empregos para jovens e mulheres.

No âmbito do Programa de Parceria Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul, a Tanzânia foi beneficiada com um projeto de “Apoio à Implementação do Plano Nacional de Ação para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil na Tanzânia (NAP)” entre 2011 e 2014. Como resultado desse projeto, partes interessadas na eliminação do trabalho infantil na Tanzânia já estão familiarizadas com o conceito da cooperação Sul-Sul.

Nos últimos anos, a produção e o fornecimento de algodão sofreram grandes transformações e reestruturações. O algodão é a base da cadeia de abastecimento da indústria têxtil. O fornecimento eficiente e eficaz de algodão é importante para garantir a entrega e a qualidade do produto e uma cadeia de abastecimento que funcione bem. O aumento das exportações de algodão tem permitido que muitos países em desenvolvimento participem da economia global e tem estimulado a criação e o crescimento de empresas e de empregos em níveis significativos. Essas mudanças geraram oportunidades e desafios para a promoção do trabalho decente entre produtores e trabalhadores do setor algodoeiro. Com base nessas informações, a OIT decidiu encomendar estudo para avaliar a cadeia de abastecimento do algodão na Tanzânia com a finalidade de identificar lacunas em termos de trabalho decente e gerar recomendações concretas sobre como elas podem ser eliminadas com base na cooperação Sul-Sul.

1.1 Objetivos e âmbito do estudo

Os objetivos do estudo são os seguintes:

- i. Identificar lacunas em termos de trabalho decente na cadeia de abastecimento do algodão na Tanzânia.
- ii. Identificar necessidades e demandas na Tanzânia a serem satisfeitas por meio de intervenções específicas da cooperação Sul-Sul.
- iii. Recomendar possíveis ações para eliminar as principais lacunas em termos de trabalho decente na cadeia de abastecimento do algodão na Tanzânia por meio de intervenções da cooperação Sul-Sul.

1.2 Abordagem e metodologia

Foi realizada uma avaliação da literatura sobre lacunas em termos de trabalho decente no país e, mais especificamente, no seu subsetor algodoeiro com vistas a resumir sistematicamente os conhecimentos existentes nessa área e identificar informações relevantes. Posteriormente, uma missão de campo foi realizada.

Discussões com grupos focais e entrevistas foram realizadas em cinco regiões; quatro das regiões situam-se na Área Ocidental de Cultivo de Algodão (WCGA) (Simiyu, Mwanza, Geita e Shinyanga) e uma delas é a de Dar es Salaam, por ser onde a maioria das instituições técnicas e governamentais de peso estão situadas. Shinyanga foi incluída por ser a região na qual estão situados a sede da União das Cooperativas da Região de Shinyanga (SHIRECU), instituições de fiscalização do trabalho em campo em empresas de descaroçamento de algodão e o Sindicato da Agricultura e dos Trabalhadores Agrícolas da Tanzânia (TPAWU). Seis vilarejos¹ situados em seis distritos diferentes das três primeiras regiões ocidentais de cultivo de café (WCGA) foram envolvidos em discussões com grupos focais de agricultores e em discussões com grupos focais e entrevistas com lideranças comunitárias locais. Pelo menos 30 produtores de algodão em cada vilarejo foram entrevistados e cada discussão com grupos focais contou com a presença de pelo menos cinco agricultores. Grupos de jovens e adultos foram divididos em dois: um exclusivamente composto por mulheres e outro por homens apenas. O grupo de crianças dependeu muito do número de participantes: sempre que havia mais de 10 crianças envolvidas, dois grupos eram criados, um para meninas e outro para meninos.

Foram usadas metodologias de análise de dados quantitativos e qualitativos para analisar as informações coletadas, embora tenham sido usadas principalmente análises qualitativas, em função da natureza das informações coletadas.

1.3 Limitações

O trabalho de campo para este estudo foi realizado em cinco regiões (Simiyu, Mwanza, Geita, Shinyanga e Dar es Salaam) em apenas duas semanas. O curto prazo dentro do qual este estudo foi realizado constituiu limitação, pois não permitiu, em algumas regiões, que os consultores cobrissem dois vilarejos em cada distrito, como havia sido acordado. Devido à mesma limitação, uma minipesquisa com produtores de algodão que havia sido planejada não foi realizada. Em seu lugar, um dos consultores decidiu realizar discussões com grupos focais de idade e sexo específicos, com vistas a colher todas as informações possíveis dos respectivos grupos de agricultores. Para superar essas limitações e tornar o estudo mais válido, os consultores fizeram verificações cruzadas com as informações colhidas dos agricultores entrevistados e as validaram com outros atores secundários e com os responsáveis por projetos de desenvolvimento que estão sendo implementados nas áreas nas quais o estudo foi realizado.

1 Os seis vilarejos e seus respectivos distritos são os seguintes: Mbiti – Bariadi TC, Luguru – Itilima DC, Nguge – Misungwi DC, Mahaha – Magu DC, Nyaiseke – Geita TC e Kanyama – Chato DC.

2 Análise contextual

2.1 Contexto político, social e econômico do país

Estima-se que a população da República Unida da Tanzânia (URT) tenha chegado a 45,3 milhões de habitantes, cerca de 1,3 milhão dos quais vive em Zanzibar. Dessas 45,3 milhões de pessoas, 19,5 milhões são crianças na faixa etária de 0 a 14 anos de idade e 25,8 milhões são pessoas com 15 anos de idade ou mais. As zonas rurais são as que concentram o maior número de pessoas (29,2 milhões), seguidas de outras áreas urbanas (com 11,3 milhões de habitantes) e Dar es Salaam, com 4,8 milhões de pessoas.² A Pesquisa Integrada sobre a Força de Trabalho (URT) classificou 151 de 187 países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,521, que é considerado acima da média de 0,505 para países enquadrados no grupo de baixo desenvolvimento humano e acima da média de 0,518 para países da África Subsaariana.³ De acordo com o Censo Populacional e Domiciliar (PHC) de 2012, a população da RUT tem crescido a uma taxa de 2,7% por ano, o que significa que cerca de 1,3 milhão de pessoas são acrescentadas à sua população a cada ano.⁴

A situação política da Tanzânia é considerada muito estável em comparação com a de seus pares na região. A despeito de algumas irregularidades em Zanzibar, a Tanzânia tem, de modo geral, conseguido realizar diversas eleições pacíficas e a transferência de poder entre regimes tem sido muito tranquila desde que o país adotou um sistema multipartidário, em 1992. O país também tem permitido o crescimento da sua sociedade civil e dos seus meios de comunicação e, juntamente com a atuação do Parlamento, esse fato gerou um espaço mais livre para o diálogo social.⁵

O Governo da RUT continua a registrar resultados positivos em termos de estabilização macroeconômica e crescimento. O país conseguiu manter taxa de crescimento econômico superior a 6% por ano nas duas últimas décadas. A inflação caiu de mais de 25% na década de 1990 e de pouco mais de 16% em 2014 para uma taxa de um dígito desde que o país liberalizou sua economia. A despeito desse sucesso, no entanto, a Tanzânia continua a ser um dos países mais pobres do mundo, com 12 milhões de habitantes em situação de extrema pobreza⁶ (Banco Mundial, 2016). Em 2012, o índice de incidência da pobreza do país era de 28,2% de toda a população, o que representa ligeira queda em relação ao índice de 33,6% registrado em 2007, quando o índice de pobreza por necessidades básicas não satisfeitas era de 28,2% e o índice de pobreza alimentar (extrema pobreza) era de 9,7%⁷

A pobreza é particularmente intensa nas áreas rurais, que concentram cerca de 70% da população da Tanzânia. Cerca de 10 milhões dos habitantes das áreas rurais do país vivem em situação de pobreza, 3,4 milhões dos quais em situação de extrema pobreza, contra menos de 1,8 milhão que vive em situação de pobreza e 750.000 em situação de extrema pobreza nas suas áreas urbanas (veja a figura 1). Mais de 80% das pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza da Tanzânia vivem em áreas rurais do país.⁸

2 RUT (2015) *Integrated Labour Force Survey 2014*: Analytical Report for Mainland.

3 PNUD. *Human Development Report 2015*: Work for human development. Briefing note for countries on the 2015 Human Development Report (United Republic of Tanzania). 2015.

4 AMAN, H.; ANGWANDA, A. *Population Growth, Structure and Momentum in Tanzania*: THDR 2014: Background Paper N.7, ESRF Discussion Paper 61, 2014.

5 OIT e RUT (2013) *Tanzania Decent Work Country Programme 2013 – 2016*.

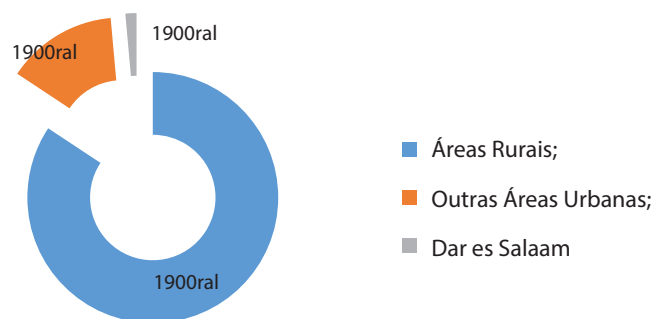
6 Banco Mundial. *Tanzania economic update: the road less traveled – unleashing public private partnerships in Tanzania*. Tanzania economic update; issue n. 8. Washington, D.C.: Grupo do Banco Mundial, 2016.

7 NBS. *2011/12 Household Budget Survey Tanzania Mainland: Main Report*: National Bureau of Statistics, Ministry of Finance – Dar es Salaam, 2014.

8 *Ibid.*

**Figura 1: Distribuição da população em situação de pobreza por área geográfica
(milhões de habitantes)**

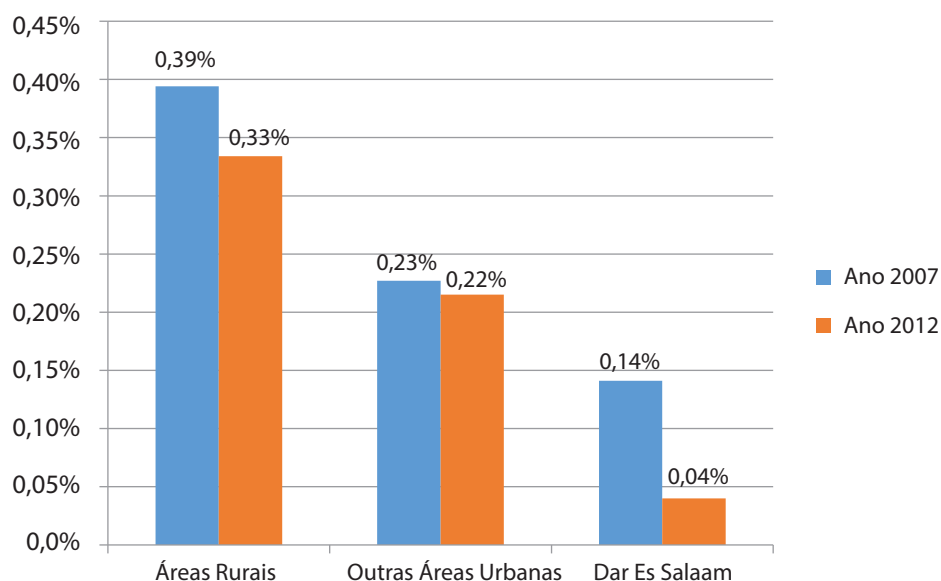
Ano 2011/12



Fonte: Banco Mundial, 2015

A pobreza caiu em mais de 70% em Dar es Salaam, mas em apenas cerca de 15% em suas áreas rurais, mantendo-se praticamente inalterada nas suas cidades secundárias e pequenas, nas quais foi registrada redução de apenas 5% (veja a figura 2). Embora Dar es Salaam tenha experimentado a maior queda proporcional nos seus índices de pobreza, o número absoluto de pessoas em situação de pobreza caiu mais nas suas áreas rurais em decorrência do fato de 1,2 milhão de pessoas que vivem em áreas rurais terem saído da pobreza, contra menos de 300.000 na sua cidade metropolitana.

Figura 2: Índice de incidência da pobreza por zona geográfica



Fonte: Banco Mundial, 2015

Mais de metade da população em situação de pobreza em áreas rurais depende da agricultura de subsistência como meio de vida. As famílias em situação de pobreza são maiores e têm mais dependentes do que as famílias que não estão nessa situação. As famílias com cinco crianças ou mais são as que apresentam as taxas de pobreza mais altas, seguidas pelas famílias com idosos, chefiadas por pessoas com 65 anos de idade ou mais.⁹ A interação entre o tamanho da família e a pobreza é bidirecional. Por um lado, o grande número de crianças e pessoas dependentes afeta a capacidade das pessoas em situação de pobreza de satisfazer suas necessidades básicas em termos de alimentos e de sair da pobreza. Por outro lado, famílias em situação de pobreza tendem a ter mais filhos para compensar sua incapacidade de sair da pobreza investindo no capital humano de seus filhos e de ter muitos filhos como uma estratégia para fazer frente à mortalidade infantil, o que as aprisiona em um círculo vicioso de pobreza.¹⁰

Nos últimos anos, o governo da RUT tem reconhecido fortemente como o emprego produtivo e o trabalho decente desempenham papel importante na promoção do crescimento inclusivo e como constituem elo crucial entre o crescimento e a redução da pobreza. O descompasso entre crescimento elevado e a redução da pobreza tem sido atribuído à natureza desse crescimento, que ocorreu em setores menos intensivos em empregos, como, por exemplo, no setor de mineração principalmente, enquanto em setores que geram mais empregos, como os da agricultura, da manufatura e de serviços selecionados, o crescimento tem sido baixo.¹¹

2.2 A cadeia de abastecimento global do algodão

O algodão é a cultura não alimentar mais difundida no mundo, proporcionando meios de vida para mais de 250 milhões de agricultores em todo o planeta e respondendo por 7% de todos os empregos nos países em desenvolvimento.¹² O Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC) estima que a produção mundial de algodão havia alcançado a marca de 26,3 milhões de toneladas em 2014/2015 e que o produto estava sendo cultivado em 34,3 milhões de hectares, com uma produção de 768 kg/há.¹³ Embora a maior parte da produção estivesse sendo usada nos países produtores, cerca de 7,8 milhões de toneladas estavam sendo vendidos.¹⁴

2.2.1 Tendências globais do setor algodoeiro

Em uma perspectiva global, o algodão é muitas vezes considerado como uma das matérias-primas mais importantes do mundo. O algodão é componente essencial para a indústria têxtil e do vestuário (sendo responsável por cerca de metade de todos os materiais usados por essa indústria) e tem sido motor do crescimento econômico e da industrialização ao longo da história. Há muito tempo o algodão tem sido a base da promoção da agregação de valor, promovendo o desenvolvimento de atividades a jusante (produção da indústria têxtil e do vestuário) e a propagação de serviços de abastecimento e apoio no nível dos estabelecimentos rurais. Além de oferecer uma base para a indústria leve, o algodão é também uma cultura que aumenta a renda e o bem-estar de agricultores. O desenvolvimento recente do setor algodoeiro global tem sido impulsionado principalmente pelo aumento da produtividade e da produção do algodão (veja a figura 3).

9 *Ibid.*

10 *Ibid.*

11 OIT. *Decent work country profile Tanzania (mainland)* / Escritório Internacional do Trabalho. – Dar es Salaam e Genebra: OIT, 2010.

12 WWF. Sustainable agriculture: cotton-overview. Disponível em: <<http://www.worldwildlife.org/industries/cotton>>. 2015.

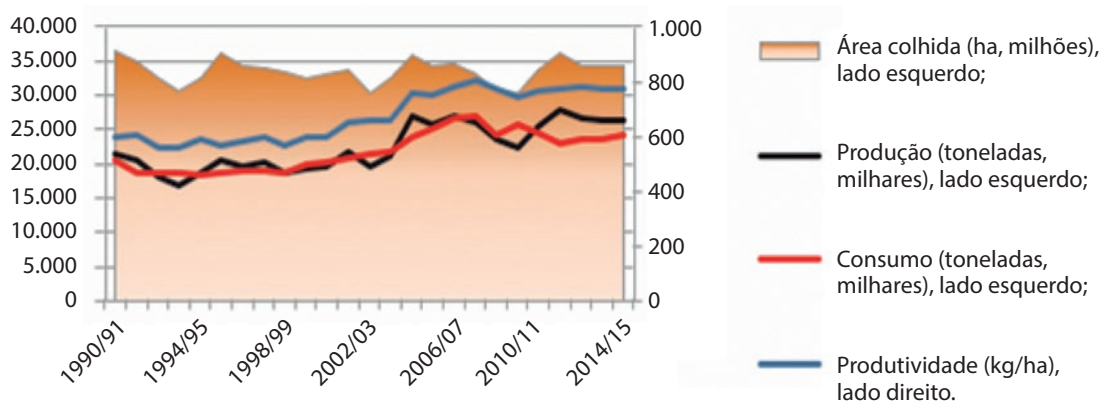
13 ICAC, em associação com Generation 10 (2015). Banco de dados estatísticos.

14 ICAC. Cotton: Review of the World Situation, vol. 67, n. 6, julho-agosto. 2014.

2.2.2 Produção e produtividade globais

A produção global tem aumentado constantemente nos últimos 25 anos, tendo crescido em 22% entre 1990/1991 e 2014/2015. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento observado na produtividade, que cresceu 29% ao longo desse mesmo período. A área cultivada com algodão, por outro lado, teve redução de mais de 5%. A maioria dos ganhos foi realizada entre a virada do século e a safra de 2004/2005. Ao longo desse período de cinco anos, a produção aumentou 41%, de 19,5 milhões de toneladas para 27 milhões de toneladas, impulsionada por aumento de produtividade de 27% (de 592 kg para 780 kg de pluma por ha) e por crescimento de 11% na área cultivada.¹⁵ Desde então, o crescimento do setor tem permanecido, em grande parte, estável. Embora a produção tenha-se recuperado das baixas registradas após a recessão de 2008/2009, o consumo ainda não voltou aos seus níveis anteriores. Na verdade, o consumo foi afetado pela recente tendência de uso de fibras sintéticas pela indústria têxtil e do vestuário. A resiliência da produção pode ser atribuída, em parte, à demanda da China, que vinha acumulando grandes estoques de algodão. No entanto, o fim dessa prática pode ser um sinal de que a produção cairá e se alinhará com o consumo mais baixo do produto, particularmente em decorrência de incertezas em torno do crescimento econômico global.

Figura 3: Tendência da produção global de algodão



Fonte: ICAC em associação com Generation 10 (2015)

2.2.3 Perspectivas para a produção regional

Há 14 países produtores de algodão na África Oriental e Austral.¹⁶ Nos últimos 25 anos, esses países responderam, em média, por 2% da produção mundial de algodão, por 1% do uso global de moínhos de algodão¹⁷ e por 1% do consumo global do produto. Os maiores produtores da região são o Zimbábue, a República Unida da Tanzânia (RUT) e Zâmbia, enquanto Etiópia, República Unida da Tanzânia e África do Sul são os maiores consumidores.

Embora a participação relativa da região na produção mundial tenha-se mantido mais ou menos no mesmo nível, a produção absoluta vem caindo gradualmente. A produção média nas últimas cinco safras (2008/2009-

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ ICAC. Cotton: Review of the World Situation, vol. 67, n. 6, julho-agosto. 2014.

¹⁷ Os moínhos de algodão são fábricas de descaroçamento de algodão e confecção de artigos têxteis.

2013/2014) foi de 380.000 toneladas, contra 249.000 toneladas no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Esse resultado foi impulsionado por aumento na área cultivada com algodão, bem como por produtividade maior (de 233 kg de pluma por ha atualmente, contra 204 kg de pluma por ha anteriormente).

Em que pese esse aumento constante da produção, a produção regional continua a ser afetada por produtividade relativamente baixa.¹⁸ A produtividade mundial tem se mantido sempre acima do dobro da registrada na região e alcançou recentemente a marca de 780 kg de pluma por hectare, mais que o triplo dos 233 kg de pluma por ha de produtividade registrados na África Oriental e Austral. A produtividade regional continua baixa e variável devido à continuidade da dependência da agricultura de sequeiro. Diversos outros fatores contribuem para essa produtividade mais baixa que em outras partes do mundo:

- i. O algodão é frequentemente cultivado como cultura secundária que recebe menos atenção pelo fato de os preços de culturas alimentares serem mais altos.
- ii. A fertilidade do solo é baixa, situação agravada pelo uso limitado de fertilizantes (seu preço não é visto como justificável).
- iii. Necessidade de trabalho manual nas culturas.
- iv. Uso limitado de herbicidas, por serem considerados muito caros.
- v. Uso de sementes de qualidade inferior.
- vi. Falta de serviços de extensão.
- vii. Custos de produção em alta e incapacidade de financiar insumos adequados.

2.2.4 Tendências globais do comércio de algodão

Apenas um terço da produção mundial de algodão é comercializada, já que os maiores países produtores de algodão são também os que mais consomem o produto (em termos de uso de moinhos de algodão). O comércio do algodão tem sido bastante competitivo historicamente e mais de 400 empresas participam dele atualmente. Em que pese esse fato, têm sido observadas concentrações crescentes do mercado nos últimos anos, à medida que empresas comerciais de maior porte e diversificadas passaram a desempenhar papel mais intenso nesse mercado. É importante também observar que o setor é fortemente influenciado pelo apoio direto de governos, que superou o valor de US\$ 6,5 bilhões em 2013/2014.

As exportações de algodão em pluma em 2014 somaram 7,8 milhões de toneladas e foram avaliadas em US\$ 14,9 bilhões.¹⁹ Isso representa taxa de crescimento anual em cinco anos de 10% em termos de valor e de 3% em termos de volume. As exportações, no entanto, caíram de um pico de US\$ 21,8 bilhões e 10 milhões de toneladas alcançado em 2011-2012. O crescimento que levou a esse pico foi impulsionado, principalmente, por dois fatores a acumulação de enormes estoques de algodão na China e preços em alta. Embora os preços tivessem atingido um pico em 2011, as importações da China caíram acentuadamente a partir de 2012. Excluindo as importações chinesas, o comércio global parecia muito mais estável.

Os Estados Unidos são o maior exportador do mundo, respondendo por 30% das exportações de algodão em 2014, seguidos pela Índia, pela Austrália e pelo Brasil. A África responde por 15% do comércio global de algodão e seu maior país exportador é Burkina Faso, que exportou US\$ 496 milhões em algodão em 2014, seguido pela Costa do Marfim (US\$ 322 milhões), Mali (US\$ 314 milhões), Benin (US\$ 287 milhões) e Camarões (US\$ 160 milhões). A Ásia é o maior mercado importador de algodão, respondendo por 85% das importações mundiais, e a China tem sido o maior país importador desde 2002/2003.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Centro Internacional do Comércio (2015). *Trade Map Database*. Disponível em: <<http://www.trademap.org/Index.aspx>>.

2.3 A cadeia de abastecimento do algodão da Tanzânia

2.3.1 Contexto do setor algodoeiro do país

Nas duas últimas décadas, o algodão tem sido uma das principais culturas de exportação da Tanzânia, ficando atrás apenas do café. Os dados disponíveis indicam que cerca de 40% da população do país dependem do algodão para sobreviver, cultivando-o em cerca de 300.000 a 500.000 hectares, que equivalem a aproximadamente 9% das terras aráveis do país. Cerca de 99% do algodão da Tanzânia são cultivados na parte ocidental do país, conhecida como a Área Ocidental de Cultivo de Algodão (WCGA), enquanto 1% é cultivado na Área Leste de Cultivo de Algodão (ECGA). A WCGA é composta por 9 regiões, Shinyanga, Simiyu, Mwanza, Geita, Kagera, Musoma, Singida, Tabora e Kigoma, enquanto a ECGA é composta por seis regiões: Manyara, Morogoro, Kilimanjaro, Coast, Tanga e Iringa (veja o Anexo 1)

2.3.2 Histórico do setor algodoeiro

Acredita-se que o cultivo do algodão tenha sido introduzido na Tanzânia por volta de 1904 por colonos alemães. A tentativa de transformar o algodão em uma cultura fracassou inicialmente, mas ele voltou a ser cultivado no país na década de 1920, desta vez em pequenas propriedades rurais. Os novos esforços para reintroduzir o cultivo de algodão começaram na parte oriental da Tanzânia e, posteriormente, foram expandidos para a parte ocidental do país. O algodão começou a ser produzido comercialmente na Região de Mwanza, em Ukiriguru, após uma linha ferroviária ter sido construída entre Tabora e Mwanza, em 1928.

A primeira variedade de semente que foi usada foi importada dos Estados Unidos e, infelizmente, não teve bom desempenho devido a condições agroecológicas inadequadas. Pesquisas locais começaram então a ser realizadas em 1930 para que novas variedades fossem desenvolvidas, levando ao estabelecimento do Centro de Pesquisas de Ukiriguru. A partir de então, foi desenvolvida uma série de variedades de algodão de alta produtividade e resistência a pragas que se multiplicou e foi distribuída para a região da zona do Lago Vitória. Como resultado desse esforço e de melhor organização do setor algodoeiro, sua produtividade aumentou muito, principalmente na região oeste da Tanzânia. A criação do Conselho de Comercialização de Algodão em Pluma e Sementes de Algodão de Tanganyika em 1956 também contribuiu muito para o crescimento do setor.²⁰

A indústria do algodão começou a experimentar grandes mudanças na década de 1960, após a ampliação do movimento de cooperativas e a deterioração das relações entre proprietários de empresas de descaroçamento de algodão (na maior parte asiáticos) e produtores de algodão. Várias centenas de sociedades primárias cresceram e os grupos começaram a cuidar da compra das culturas. Logo depois começaram a formar uniões de cooperativas e a estabelecer empresas de descaroçamento, a oferecer treinamento ao seu pessoal e a comprar empresas de descaroçamento e produção de óleo de algodão de proprietários estrangeiros.

Até o início da década de 1960, a propriedade e a gestão de empresas de descaroçamento de algodão na Tanzânia permaneceram nas mãos do setor privado. No entanto, devido às forças da concorrência, basicamente de sociedades primárias e uniões de cooperativas na aquisição e comercialização de algodão, empresários privados foram obrigados a vender suas empresas de descaroçamento para uniões de cooperativas. Em 1968, quase todas essas empresas foram compradas por uniões de cooperativas, que passaram a controlar não apenas o descaroçamento, mas também a venda de algodão no país. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, não foram registradas muitas mudanças na propriedade de empresas de descaroçamento, o que só ocorreu a partir da década 1990, quando o governo passou a adotar políticas de liberalização do comércio.

20 Antes de 1956, o algodão produzido na Tanzânia era comercializado pelo Conselho de Comercialização de Algodão em Pluma de Uganda.

Em 1968, as uniões de cooperativas e o Conselho do Algodão receberam um monopólio de compra de sementes de algodão e um monopólio de venda de algodão em pluma. As uniões empregavam um número estimado de 1.800 funcionários permanentes e 7.000 trabalhadores ocasionais. Só a União de Cooperativas de Nyanza (NCU), que já tinha 13 empresas de descaroçamento nesse momento, empregava 776 funcionários permanentes e 3.000 trabalhadores ocasionais em atividades de descaroçamento e a União de Cooperativas da Região de Shinyanga (SHIRECU) empregava 560 funcionários permanentes e 2.000 trabalhadores ocasionais.²¹ No entanto, as uniões eram ineficientes, principalmente em decorrência da sua má gestão.

Para tentar corrigir essa ineficiência e má gestão, o governo aboliu as uniões em 1976 e transferiu a responsabilidade pela comercialização de algodão para a Autoridade do Algodão da Tanzânia (TCA), sucessora do Conselho de Comercialização de Algodão em Pluma e Sementes de Algodão da Tanzânia (TLSMB). O governo definia os preços a serem pagos aos agricultores e estabelecia preços nacionais uniformes para uma safra inteira. Essa estrutura de comercialização também fracassou e as uniões de cooperativas foram restabelecidas entre 1980 e 1984. As uniões e as sociedades primárias atuavam como agentes do Conselho de Comercialização de Algodão da Tanzânia (TCMB), que posteriormente passou a ser chamado de Autoridade do Algodão da Tanzânia (TCA). As sociedades primárias armazenavam e vendiam algodão para as uniões de cooperativas por um preço fixo e as uniões processavam o algodão em caroço por uma margem fixa. O Conselho do Algodão (TCB) administrava as vendas internas e internacionais. Como as uniões de cooperativas eram entidades semipúblicas, elas simplesmente acrescentaram uma camada adicional de burocracia, em vez de contribuir substancialmente para a agregação de valor. A maioria das uniões acumulou grandes dívidas e só conseguiu sobreviver com a ajuda de subsídios governamentais e o apoio de doadores.

Cinco anos após as uniões terem sido plenamente restabelecidas, ficou claro que as reformas políticas eram a única solução viável. Os primeiros passos para a reforma do setor algodoeiro na Tanzânia foram dados em 1989/1990, quando o governo lançou o Programa de Ajuste Agrícola. Esse programa transferiu a propriedade do algodão em caroço do Conselho do Algodão para as uniões de cooperativas e o conselho foi convertido em um serviço de comercialização baseado em taxas para vendas finais e compras de insumos. Os controles impostos aos preços do algodão foram gradualmente relaxados. Em 1991/1992, o governo anunciou apenas preços indicativos, não fixos. As uniões de cooperativas ficaram livres para determinar seus próprios preços ao produtor para a safra seguinte, embora tenham preferido oferecer preços uniformes em todo o país.

As reformas mais abrangentes vieram com a Lei do Algodão de 1994, quando o governo eliminou formalmente o monopólio detido pelo conselho e pelas uniões de cooperativas e permitiu a concorrência na comercialização e descaroçamento de algodão. Naquele momento, havia 14 uniões de cooperativas regionais licenciadas para comercializar algodão. Em 1994/1995, cerca de 22 empresas privadas começaram a comercializar algodão e oito novas empresas privadas de descaroçamento foram estabelecidas. Isso abriu outro canal de comercialização, especialmente na região oeste da Tanzânia. Na região leste da Tanzânia, onde a produção era baixa e alguns agricultores não tinham compradores, o Conselho de Algodão em Pluma e das Sementes de Algodão da Tanzânia (o novo nome dado ao Conselho de Comercialização do Algodão da Tanzânia em 1995) passou a atuar como um comprador de último recurso.

Em 1996/1997, empresas privadas compravam quase a metade de todo o algodão produzido. Operadores e empresas de descaroçamento privados puderam capturar parte considerável do mercado porque ofereciam preços mais altos que as uniões de cooperativas e pagavam sem demora. Algumas empresas de descaroçamento privadas também se envolveram em esquemas de agricultura por contrato, fornecendo insumos (sementes e, ocasionalmente, fertilizantes) para produtores que concordassem em lhes fornecer algodão em troca. As empresas de descaroçamento e os produtores geralmente estabeleciam um preço mínimo no momento do plantio, mas ele podia ser modificado se o preço de mercado fosse mais alto no momento da colheita.

21 BAFFES, J. Tanzania's Cotton Sector: constraints and challenges in a Global Environment. *Africa Region Working Paper Series*, n. 42, dez./2002.



2.3.3 Produção de algodão

Diferentemente de outras culturas tradicionais de exportação (como as do chá, sisal e tabaco), o algodão é visto como uma cultura importante para pequenos agricultores no país e o produto é cultivado em pequenas propriedades rurais juntamente com outras culturas alimentares. O tamanho médio de um estabelecimento rural para algodão em caroço varia de 0,2 a 2,0 hectares e sua produtividade é de 560 a 750 kg de algodão em caroço por hectare, mas há enorme potencial para uma produtividade maior.²² De acordo com os dados disponíveis, a renda média dos agricultores da região da WCGA tem sido de US\$ 226 por acre.²³ A produtividade do algodão continua baixa por uma série de razões, que incluem o uso de sementes de algodão não certificadas, a baixa ou não utilização de fertilizantes, o baixo uso de pesticidas e a falta de máquinas agrícolas. Além disso, não têm sido realizadas pesquisas suficientes sobre variedades de sementes de alta produtividade e não há sistema de crédito para compra de fertilizantes disponível aos agricultores. Sem crédito, os agricultores não têm condições de comprar fertilizantes. A baixa produtividade e a queda dos preços mundiais do algodão efetivamente empobreceram ainda mais os agricultores.

A Tanzânia goza também de vantagem comparativa na produção de algodão orgânico em decorrência do seu solo em grande parte intocado e não poluído e da crescente demanda por algodão orgânico por parte de diversos varejistas norte-americanos e europeus e de proprietários de marcas que adotaram a meta de ter teor mínimo de 5% de algodão orgânico em seus produtos.²⁴ Segundo a organização sem fins lucrativos Textile Exchange, a Tanzânia produziu 2.635 toneladas de algodão orgânico em caroço na safra de 2009/2010, volume que representa apenas 0,97 % da produção total. Ainda assim, o país ocupa a 5ª posição no *ranking* dos principais produtores de algodão orgânico do mundo. No entanto, não está claro se a produção de algodão orgânico em caroço é capturada nas estatísticas relativas ao subsetor do algodão e à sua produção.

A tecnologia comumente usada no cultivo do algodão é a da enxada manual. Em algumas áreas, a tração animal é usada na preparação do solo, no plantio e na capina posterior. A Associação do Algodão da Tanzânia (TCA), que é uma associação guarda-chuva para empresas de descaroçamento de algodão e alguns proprietários de tratores, tem apoiado agricultores no uso de tratores como uma maneira de ajudá-los a adotar métodos agrícolas modernos.²⁵ A semente UK 91 tem sido usada na região da WCGA desde 1991. Essa semente foi desenvolvida pelo Centro de Pesquisas Agrícolas de Ukiriguru. Ela é mais uniforme, possibilita uma taxa de retirada da pluma dos caroços ligeiramente mais alta (de 0,38) e é muito resistente à seca em comparação com outras variedades. Outras novas variedades de sementes UK 08 e UKM 08 também foram disponibilizadas recentemente por esse centro. Além disso, as sementes Mkombozi (ALAI 90), desenvolvidas pelo Centro Agrícola de Ilonga, foram disponibilizadas em 2002 e estão adaptadas às condições agroecológicas da região da ECGA.²⁶

22 Foram relatadas produtividades em potencial de 1.200 a 1.500 kg por ha (veja <http://www.ippmedia.com/frontend/?l=59359> (disponível em: <www.allafrica.com>: *Tanzania: Contract Cotton Farming Increasing in Lake Zone* – Relatório emitido em 23 de maio de 2016). A produtividade na Tanzânia é uma das mais baixas do mundo (em Zâmbia e no Zimbábue, ela é de 850 kg por ha e, na África Ocidental, de 1.100 kg por ha).

23 FAO. *Analysis of Incentives and Disincentive for Cotton in United Republic of Tanzania*. 2013.

24 Site do TCB (2016). Disponível em: <<http://www.cotton.or.tz>>.

25 *Ibid.*

26 *Ibid.*

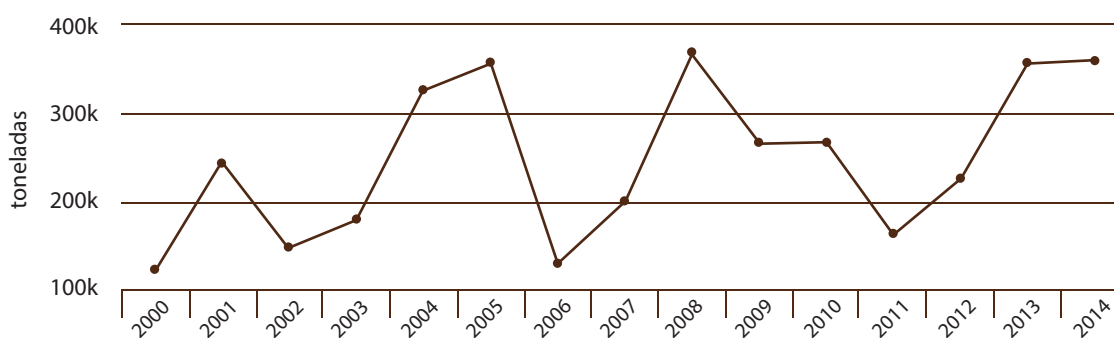
Tabela 1: Produção de algodão em caroço, sementes de algodão e algodão em pluma na Tanzânia

Ano	Algodão em caroço	Sementes de algodão	Algodão em pluma
2000	123.400	77.742	Não disponível
2001	243.000	153.090	118.000
2002	148.500	80.500	74.500
2003	180.800	120.000	54.000
2004	326.680	200.000	88.000
2005	357.260	225.000	87.000
2006	130.587	82.270	123.000
2007	200.662	125.000	70.773
2008	368.697	228.000	43.770
2009	267.004	170.000	126.228
2010	267.000	168.000	114.000
2011	163.644	103.000	50.000
2012	225.938	142.000	63.000
2013	357.133	224.000	81.450
2014	360.000	214.000	41.374

Fonte: FAOSTAT

Segundo a tabela 1 e a figura 4, a produção de algodão nos últimos 14 anos tem oscilado entre 100.000 e 369.000 toneladas e atingiu o pico em 2008, quando a produção chegou a 368,697 toneladas, e a maior baixa foi registrada em 2000, quando a produção caiu para 123,400 toneladas. Como indicado na figura 3, a despeito dos diversos desafios que o setor está enfrentando, a produtividade média por hectare vem aumentando desde 2000, o que significa que os esforços envidados pela TCB nos últimos 14 anos para aumentar a produtividade dos agricultores, como a adoção do modelo da agricultura por contrato e o uso de sementes híbridas de alta produtividade, começaram a dar frutos.

Figura 4: Tendências da produção de algodão em caroço na Tanzânia (2000-2014)

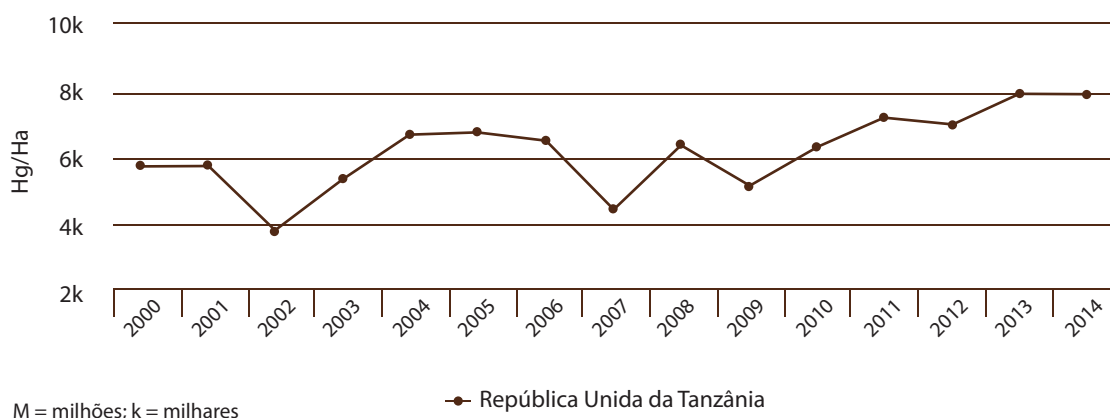


M = milhões; k = milhares

—●— República Unida da Tanzânia

Fonte: FAOSTAT

Figura 5: Tendências da produtividade de algodão em caroço por hectare na Tanzânia (2000-2014)



Fonte: FAOSTAT

2.3.4 Processamento e uso do algodão

Todo o algodão em caroço produzido no país é consumido por empresas de descaroçamento locais que separam a fibra da semente para produzir algodão em pluma. Após o processo de descaroçamento, os percentuais gerados são de 34% de algodão em pluma, 62% de sementes de algodão e 4% de resíduos. O algodão em pluma vai para a indústria têxtil local, principalmente por meio fiadores que transformam a fibra em fio, enquanto 91,5% das sementes de algodão vão para outro processo chamado de moagem e os 8,5% restantes de sementes são geralmente usados para plantio. Após a moagem, a maior parte das sementes de algodão produz óleo (14%), torta (46%) e cascas e línter (40%). O óleo é, na maior parte, consumido localmente, a torta é usada como matéria-prima para a produção de rações para animais e as cascas e o línter são usados como ração animal, fonte de energia e, em alguns casos, como adubo orgânico.²⁷

Avaliações realizadas por diversos pesquisadores sobre a indústria do descaroçamento de algodão da Tanzânia, principalmente após a liberalização do mercado em 1990, revelaram que a indústria constitui um sistema competitivo no qual a concorrência é permitida para a compra de algodão em caroço e muitas empresas se dispõem a comprar o produto.²⁸ Na RUT, há mais de 30 empresas de descaroçamento e as cinco maiores são responsáveis por apenas 40% de todas as compras de algodão em caroço, sendo que essas cinco maiores empresas tipicamente mudam de um ano para ano. Essa estrutura é semelhante à de qualquer outro setor algodoeiro africano, alcançou o “ideal” competitivo e paga preços razoavelmente atraentes aos produtores, a despeito dos altos impostos e custos de transporte locais. No entanto, a estrutura do mercado também apresenta desafios significativos no que se refere ao fornecimento de sementes, ao controle de qualidade e à disponibilidade de crédito sazonal.²⁹

A indústria da moagem do caroço de algodão da Tanzânia é dominada por um número expressivo de produtores que está aumentando. Em 2006, havia pelo menos 13 usinas de moagem registradas e operando ativamente no país, e esse número aumentou para 20 em 2009.³⁰ As empresas de moagem produzem óleo e torta. O óleo de algodão é vendido localmente, enquanto a torta é transportada para outras partes do país e para o

²⁷ FAO. *Analysis of Incentives and Disincentive for Cotton in United Republic of Tanzania*. 2013.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*

exterior (figuras 8 e 9). A produção de óleo de algodão responde por apenas 8% da produção total de óleos vegetais no país e 60% do consumo são cobertos por óleo de palma, que é importado com 0% de direitos aduaneiros.³¹

A indústria têxtil da Tanzânia desenvolveu-se na década de 1970 e, desde então, o nível de consumo da produção total de algodão em pluma pela indústria têxtil e do vestuário local tem flutuado. Quarenta anos após o estabelecimento de uma indústria têxtil e do vestuário na RUT, ela ainda está nos seus estágios iniciais de desenvolvimento e é, portanto, vista como uma indústria incipiente. Por exemplo, só há três empresas que produzem tecidos de malha (principalmente a partir de fibra de algodão) e a capacidade de duas delas é bastante reduzida³². Segundo o TCB, essa indústria produz grande parte dos tecidos “tradicionais” (conhecidos como kanga, kitenge, kikoi e shuka) consumidos principalmente por tanzanianos e também exportados para outros países da África Central e Oriental. Isso significa que ainda há algum potencial para a ampliação da capacidade de processamento na RUT com vistas a aproveitar oportunidades de mercado existentes no nível regional. Com base em dados do TCB de 2000, a RUT tem sido a maior exportadora da África Oriental de artigos têxteis e de vestuário para a União Europeia. A RUT é também a quarta maior exportadora de artigos têxteis para países da África Oriental e Austral.

2.3.5 A comercialização e o comércio de algodão na Tanzânia

Segundo a FAO³³ e dados disponíveis no banco de dados FAOSTAT, no período de 1996 a 2013 a Tanzânia foi um exportador líquido dos quatro produtos que podem ser produzidos a partir de algodão em caroço (pluma, sementes, torta e óleo), bem como importador de óleo de semente de algodão (figuras 6 a 10). A pluma é principalmente exportada e a média de oito anos das suas exportações foi de 68% entre 2005 e 2013 e de 56% no período de 1996 a 2004.

No que se refere à torta de semente de algodão, seu principal destino também é um mercado de exportação e o percentual de suas exportações em relação à produção aumentou de 34% em 1996-2007 para 56% em 2008-2013. Os dados disponíveis mostram que o produto é principalmente exportado para o Quênia, Uganda e África do Sul. As sementes e o óleo são muito menos dirigidos ao comércio internacional.³⁴

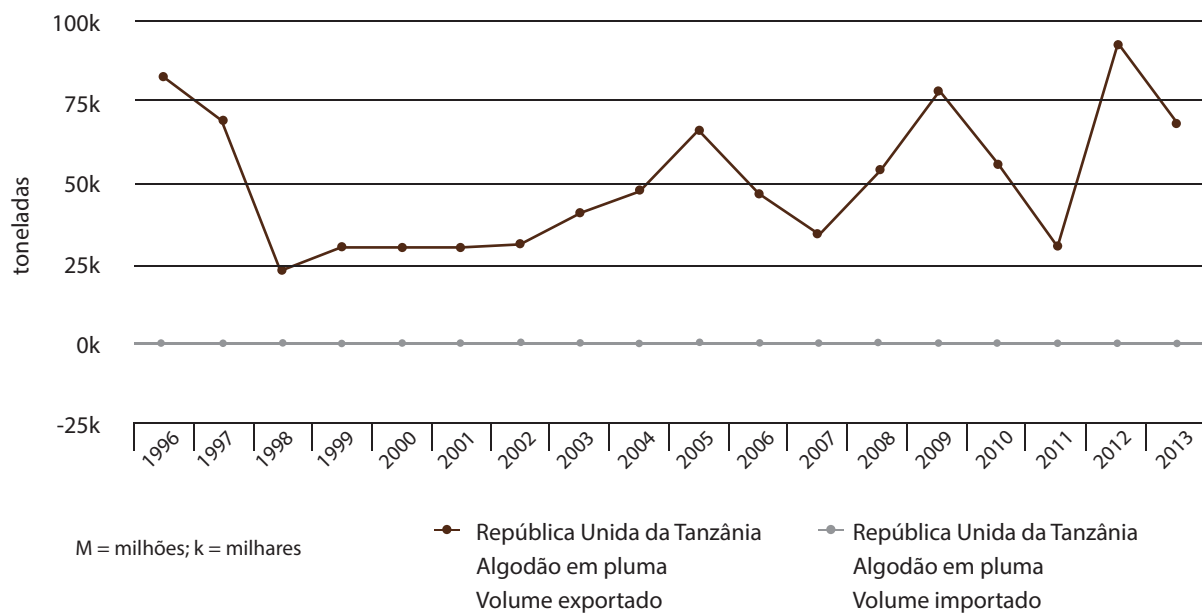
31 O óleo de palma refinado está sujeito a uma tarifa externa comum (CET, na sigla em inglês) de 25%; no entanto, as autoridades aduaneiras não têm a capacidade de diferenciar importações de óleo de palma refinado e não refinado.

32 TCB. *The Cotton Industry Implementation Plan*, CIIP: 2010-2015. 2010.

33 FAO. *Analysis of Incentives and Disincentive for Cotton in United Republic of Tanzania*. 2013.

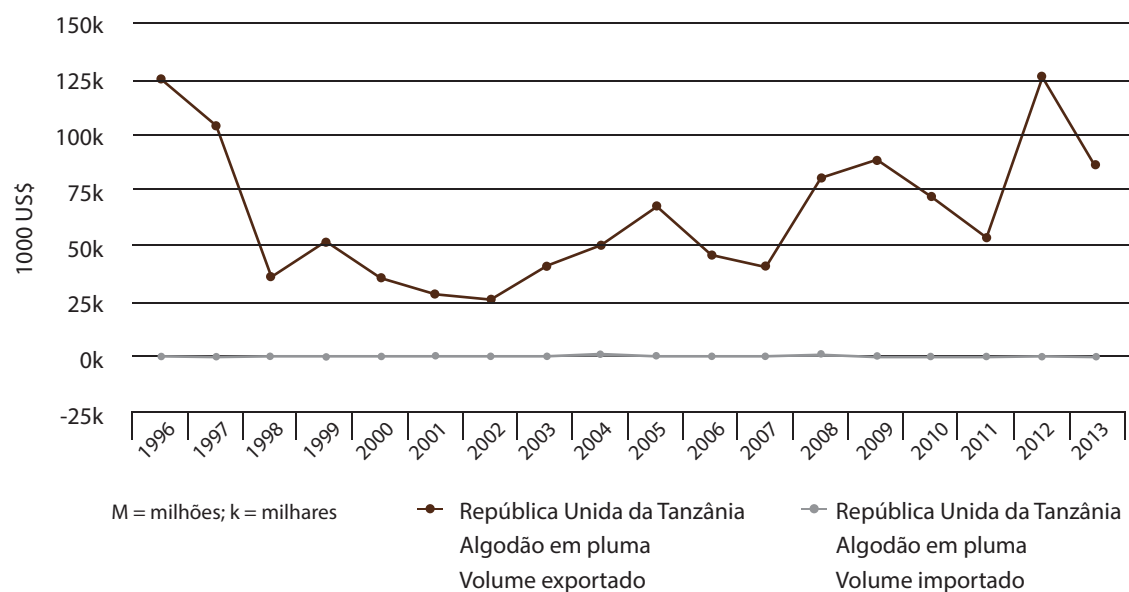
34 *Ibid.*

Figura 6: Volumes de exportação/importação de pluma da Tanzânia (1996-2013)



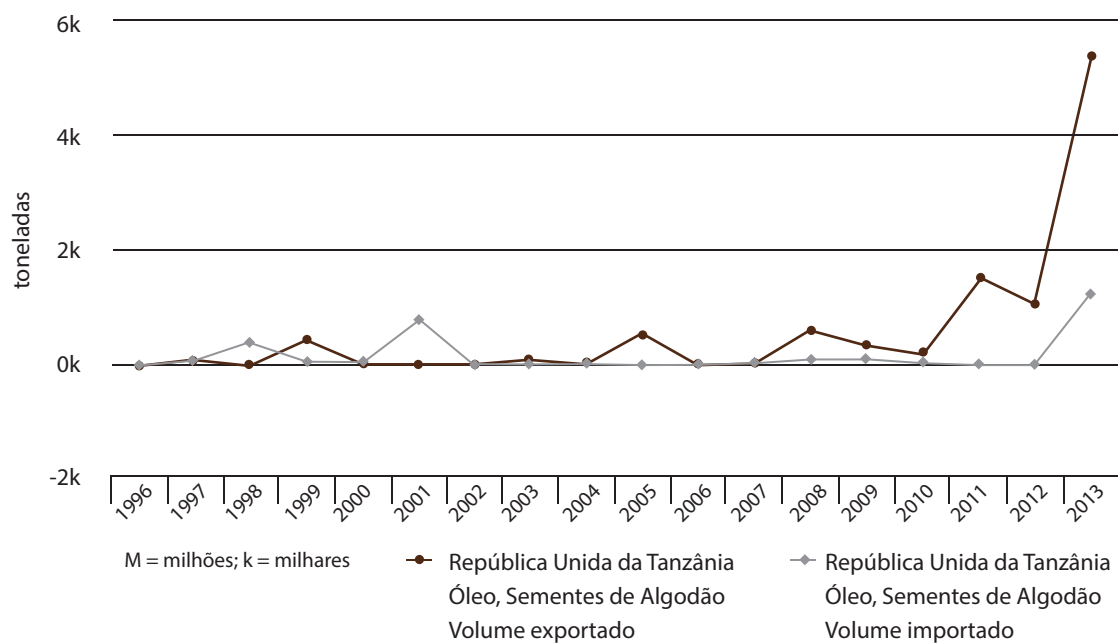
Fonte: Banco de dados FAOSTAT

Figura 7: Valores das exportações e importações de algodão em pluma da Tanzânia (1996-2013)



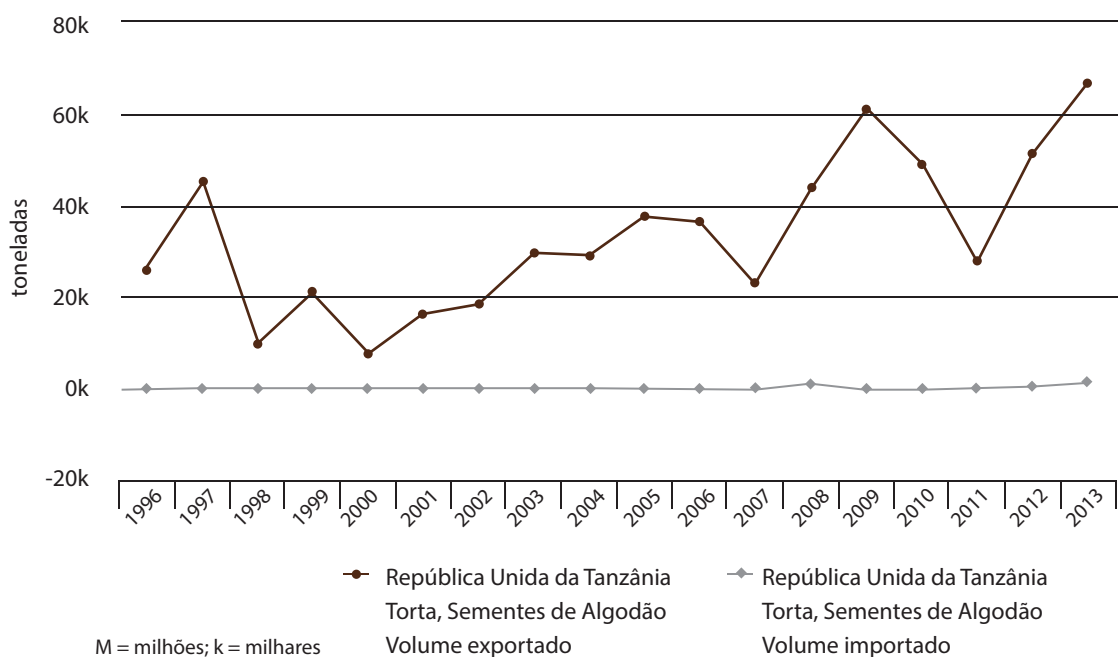
Fonte: FAOSTAT

Figura 8: Volumes das importações e exportações de óleo de semente de algodão da Tanzânia (1996-2013)



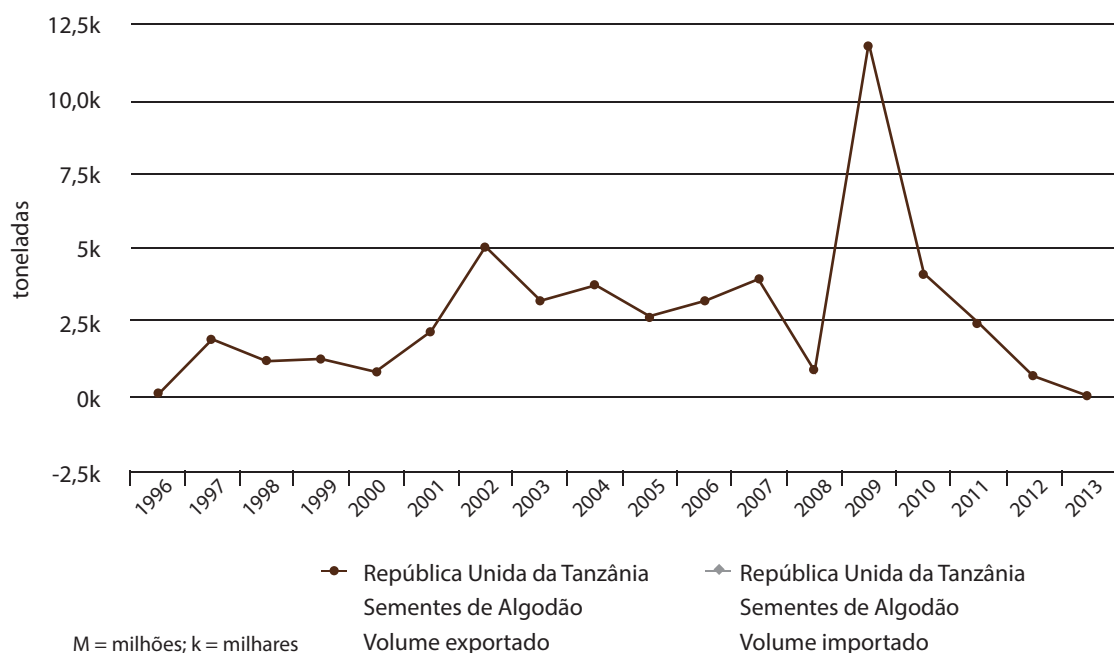
Fonte: Banco de dados FAOSTAT

Figura 9: Volumes das importações e exportações de torta de semente de algodão da Tanzânia (1996-2013)



Fonte: Banco de dados FAOSTAT

Figura 10: Volumes das importações e exportações de sementes de algodão da Tanzânia (1996-2013)



Fonte: Banco de dados FAOSTAT

2.3.6 Governança do setor algodoeiro da Tanzânia

2.3.6.1 Regulação do setor do algodão na Tanzânia

O algodão é um dos setores altamente regulados da Tanzânia. O setor é regulado pela Lei da Indústria do Algodão aprovada em 2001, que levou à criação do Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB) como regulador oficial do setor. Teoricamente, a lei dá amplos poderes ao TCB, o que caracterizou recuo do compromisso anterior do governo de liberalizar o setor. Como explicado acima, o TCB foi estabelecido como uma resposta do governo à necessidade de coordenação e liderança estratégica do setor diante de problemas gerados pela falta de uma coordenação eficaz entre cerca de 30 empresas de descaroçamento de algodão altamente competitivas já estabelecidas naquela altura. A organização antecessora do TCB, o TCL&SB (Conselho do Algodão em Pluma e das Sementes de Algodão da Tanzânia), tinha poderes limitados e recursos ainda mais limitados. Um dos impulsionadores da lei de 2001 foi a percepção por parte dos formuladores de políticas – que ficou clara nas reuniões entre partes interessadas do setor que começaram a ser realizadas em 1999 – de que era necessário estabelecer uma organização que pudesse desempenhar papel mais ativo na promoção do desenvolvimento do setor e na sua regulação.

O Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB)

O TCB conta com modesto quadro de gestores e administradores baseados em Dar es Salaam e Mwanza, bem como com 11 ou mais classificadores de algodão, seis fiscais de empresas de descaroçamento e 29 fiscais do setor do algodão (pessoal de extensão) que trabalham no nível distrital. Eles trabalham com funcionários de extensão do Ministério da Agricultura nos distritos nos quais estão baseados. Nos distritos que não têm fiscais

do setor do algodão – o produto é cultivado em 35 distritos por toda a WCGA –, o trabalho de extensão é realizado por funcionários do Ministério da Agricultura como uma das suas funções.

As responsabilidades do TCB incluem as de: emitir licenças para empresas de descaroçamento e exportadores, manter estatísticas, classificar pluma antes da sua exportação e fiscalizar empresas de descaroçamento. Há alguns anos o TCB também contratou empresas privadas de monitoramento para supervisionar o controle de qualidade em empresas de descaroçamento. Ele é responsável pela multiplicação de sementes (de algodão) no país. Por meio dos seus fiscais do setor do algodão e com a colaboração do Ministério da Agricultura, ele está empenhado em promover a produção de algodão na Tanzânia. Ele também assessora o Ministro da Agricultura na definição da política setorial e, por meio do papel fundamental que desempenha no CDTF – Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro –, ele participa intensamente de decisões sobre o fornecimento de insumos e a realização de pesquisas para o setor algodoeiro.

O TCB é dirigido por um diretor nomeado pelo Ministro da Agricultura e tem uma diretoria própria também designada pelo Ministro. Segundo o TCB, a legislação prevê que essa diretoria deve ser composta por cinco membros: um Presidente (geralmente um parlamentar de alguma área da WCGA), um membro da Associação do Algodão da Tanzânia (ou seja, um representante de uma empresa de descaroçamento), um representante dos produtores (que, na ausência de uma associação de produtores com a credibilidade necessária, como era o caso até recentemente, também pode ser um parlamentar) e representantes do Ministério da Agricultura e do governo local. Parlamentares das principais áreas de produção de algodão também têm oportunidades de expressar suas opiniões sobre o desempenho do TCB (e do setor algodoeiro como um todo) em reuniões entre partes interessadas do setor realizadas anualmente. A influência de parlamentares no setor suscita preocupações entre alguns observadores, que a caracterizam como interferência ou movida por intenções de favorecimento.³⁵ No entanto, uma explicação mais branda é que a participação ativa de parlamentares que representam proporção significativa da população do país garante que atenção adequada seja dada à promoção do desenvolvimento do setor e que, sempre que o desempenho do setor for negativamente afetado por fatores fora do controle da administração do TCB, vozes influentes possam defender seus interesses no Parlamento e junto ao partido do governo.

Até 2006, a maior parte dos custos de funcionamento do TCB eram cobertos por uma taxa cobrada sobre sementes de algodão comercializadas. (Sua outra principal fonte de renda era o aluguel das propriedades que possuía). No entanto, o ônus combinado de uma série de impostos e taxas cobrados sobre vendas de sementes de algodão era visto por muitos como uma pressão indevida sobre o preço recebido pelos produtores. Portanto, em abril de 2006, como parte de um memorando de entendimento entre o governo, a TCA e a TACOGA (Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia), o governo concordou em financiar as despesas básicas de funcionamento do TCB diretamente a partir do orçamento nacional.

Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF)

O Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF) é uma instituição independente de prestação de serviços da Tanzânia que reúne partes interessadas na indústria do algodão. Ele foi criado em 2006 por partes interessadas do setor algodoeiro para substituir seu fundo antecessor, o Fundo de Desenvolvimento do Algodão (CDF), criado em maio de 1999. O CDF foi estabelecido em resposta a iniciativas de liberalização do setor tomadas no início da década de 1990 e mudanças nas políticas governamentais que estimularam parcerias público/privadas para promover o desenvolvimento de culturas comerciais no país. No entanto, após o desvinculamento do governo da produção e da comercialização de algodão, a qualidade e a quantidade da produção sofreram efeitos adversos. A produção caiu de 532,440 fardos de algodão em caroço (308,265 toneladas) em 1992/1993 para 196.000 fardos (105,56 toneladas) de algodão em caroço no período

35 POULTON, C.; MARO, W. *Comparative Analysis of Organization and Performance of Africa Cotton Sectors: The Cotton Sector of Tanzania*. Documento elaborado para o Banco Mundial. 2009.

entre 1999 e 2000. Antes da liberalização do comércio, o Conselho do Algodão participava da aquisição e distribuição de insumos para uniões de cooperativas do setor algodoeiro, as quais os distribuíam para sociedades cooperativas primárias. Após a liberalização do comércio, esse sistema de abastecimento foi abruptamente abolido, gerando indisponibilidade de insumos, especialmente de pesticidas. Além disso, as pesquisas sobre algodão foram prejudicadas pela falta das contribuições oriundas das vendas de algodão. Para garantir a ajuda da UE no âmbito do sistema STABEX, as contribuições de partes interessadas foram definidas como uma condição necessária. As contribuições de doadores para pesquisas foram retomadas em 1997/1998.

O CDTF foi oficialmente estabelecido em 2008 por meio de uma Portaria (Trustees Ordinance, Capítulo 375, RE 2002), substituindo o antigo CDF. Como o TCB antes de abril de 2006, o CDTF é financiado por uma taxa cobrada sobre todo o algodão em caroço comprado (cujo preço atual é de 30 xelins tanzanianos/kg). Atualmente, o CDTF é gerido por um Conselho de Administração que envolve o TCB, dois representantes de empresas de descaroçamento da TCA, representantes de dois ministérios e dois representantes da TACOGA. O TCB oferece a secretaria do CDTF.

Entre outras, o CDTF tem três funções principais. A maior parte da taxa que financia o CDTF é gasta com a aquisição e distribuição de insumos para produtores de algodão. A taxa também é usada para financiar pesquisas contínuas sobre algodão realizadas em dois centros de pesquisa, em Ukiriguru na WCGA e em Ilonga na ECGA, bem como cursos de treinamentos e serviços de extensão. No entanto, como parte do memorando de entendimento de abril de 2006, o governo também assumiu o compromisso de disponibilizar a maior parte dos financiamentos para pesquisas por meio do orçamento do Ministério da Agricultura.³⁶

Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia (TACOGA)

Os produtores não participavam diretamente do processo de formulação de políticas públicas para o algodão na Tanzânia e essa lacuna foi observada por doadores e pelo governo, entre diversas outras partes interessadas. Essa questão foi discutida durante o trabalho de revisão das Comissões Agrícolas, que foi realizado na Tanzânia em 2003 e 2004³⁷ com financiamento do Banco Mundial, do Governo da Tanzânia e da União Europeia. Desde então, algumas iniciativas foram introduzidas com o objetivo de fortalecer a organização de produtores existente: a Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia (TACOGA).

A TACOGA foi registrada por iniciativa própria de um ex-funcionário de uma cooperativa em outubro de 2002, mas ainda carece dos recursos necessários para se tornar uma organização comunitária robusta. Em 2007, o TCB ofereceu ajuda financeira para permitir que os membros fundadores da organização cobrissem custos operacionais diários e promovessem a associação, que é o papel desempenhado pelo CDTF atualmente. Em janeiro de 2007, o Sr. Nduta, o principal responsável por conduzir as atividades da TACOGA, estimou o número de associados em 5.000.³⁸ Nos últimos anos, algumas ONGs como a Livelihood Rural Development Company (RLDC) e a Tanzania Gatsby Trust (TGT) desempenharam papel importante na capacitação da organização, além de oferecer assistência financeira para a realização de diversas atividades, como de promoção, recrutamento de novos membros e ações de *lobby* e incidência (*advocacy*). A TACOGA estima ter cerca de 80 mil associados atualmente. Apesar dessa ampla base de membros, a maioria dos agricultores rurais nas áreas visitadas não conhece a organização. Com isso, a TACOGA perde a chance de arrecadar taxas que poderiam torná-la mais sustentável, dinâmica e robusta. Devido a esse fato e à natureza competitiva do setor algodoeiro da Tanzânia, pode-se afirmar que os efeitos da ausência de forte organização representativa dos produtores não são tão bons ou eficazes quanto deveriam.

36 POULTON, C.; MARO, W. *Comparative Analysis of Organization and Performance of Africa Cotton Sectors: The Cotton Sector of Tanzania*. Documento elaborado para o Banco Mundial. 2009.

37 *Ibid.*

38 *Ibid.*

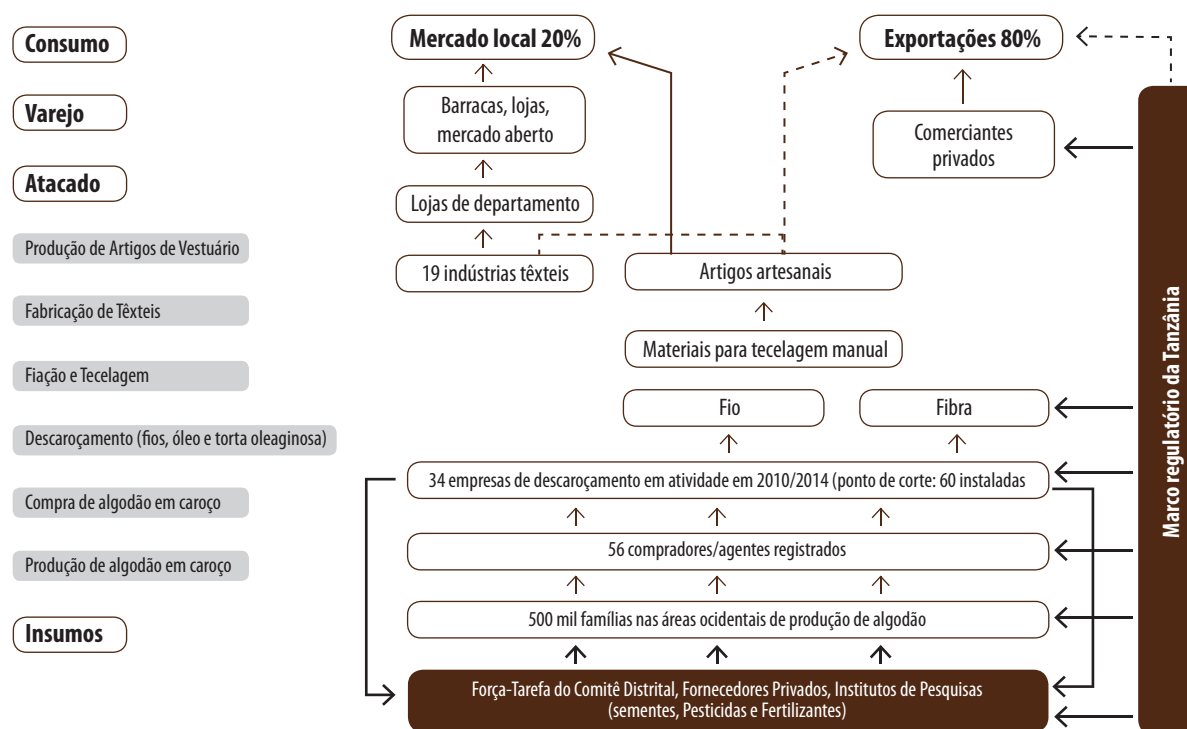
Associação do Algodão da Tanzânia (TCA)

Criada em 1998, apenas quatro anos após a liberalização do setor algodoeiro, a TCA é uma associação que representa os interesses das empresas de descaroçamento de algodão. A associação foi criada com um propósito maior de defender os interesses das empresas de descaroçamento e, ao mesmo tempo, participar ativamente do desenvolvimento do setor algodoeiro ao lado de outros atores-chave como o TCB e o governo. A associação tem 68 associados, mas o número de membros ativos costuma oscilar entre 20 e 40. Ao contrário da TACOGA, a TCA desempenha papel bastante ativo na defesa dos interesses das empresas de descaroçamento e exerce influência maior em questões críticas para o setor do algodão, como o ajuste de preços e a governança do subsetor como um todo.

2.3.7 Atores da cadeia de valor do setor de algodão da Tanzânia

O setor algodoeiro da Tanzânia é caracterizado por pequenos agricultores que ocupam importante segmento na cadeia de valor do algodão (veja a figura 11), respondendo por quase 90% da produção. Compradores, empresas de descaroçamento, indústrias têxteis e exportadores de algodão em pluma dependem desses pequenos agricultores para garantir o fornecimento de fibras e fios de algodão e ajudar a satisfazer as preferências de seus clientes em termos de sustentabilidade. O Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB) desempenha papel regulador, sendo responsável pela emissão de licenças de compra de algodão em caroço e pela fiscalização de empresas de descaroçamento antes do início da safra – apenas as empresas aprovadas nessas inspeções recebem a licença de operação. O TCB trabalha em estreita colaboração com a Associação do Algodão da Tanzânia (TCA), que representa seus associados (entre 40 e 60) em diversos fóruns de partes interessadas, inclusive nas reuniões para definição do preço do algodão em caroço para a safra.

Figura 11: Mapeamento da cadeia de valor do setor algodoeiro da Tanzânia



Na porteira da fazenda, os agricultores vendem o algodão em caroço para compradores registrados, como agentes de empresas de descaroçamento e outros compradores independentes. As empresas de descaroçamento têm postos de compra instalados nas principais aldeias produtoras de algodão, e os agricultores podem tanto vender diretamente para essas empresas como para agentes que consolidam e vendem o algodão. Em várias regiões, muitas empresas de descaroçamento instalam postos de compra nas mesmas áreas, o que significa que precisam competir para comprar o algodão dos agricultores, muitas vezes a um preço superior ao predeterminado e regulado pelo TCB.

O algodão em caroço vendido para as empresas de descaroçamento é beneficiado para separar o caroço da pluma. A maioria das empresas de descaroçamento locais utiliza a semente para a produção de óleo e torta de algodão. Após serem embaladas, as plumas de algodão são transportadas até o porto de Dar es Salaam para ser exportadas ou vendidas para fábricas têxteis locais.

De acordo com o TCB, dois sistemas de descaroçamento são adotados na Tanzânia: um sistema moderno envolvendo máquinas de rolo e outro mais antigo que utiliza descaroçadores de serra, sendo 62 empresas situadas na região da WCGA e oito na ECGA. A capacidade instalada na região da WCGA se divide em 1.279 descaroçadores de rolo e 89 descaroçadores de serra. As empresas privadas que detêm os recursos financeiros necessários (sejam próprios ou obtidos por meio de linhas de crédito junto a instituições financeiras) dominam a indústria de descaroçamento do país e geralmente são consideradas economicamente viáveis. Em 2008, por exemplo, 60 empresas de descaroçamento foram registradas no TCB, 14 das quais utilizavam descaroçadores de serra e 46 adotavam descaroçadores de rolo, representando uma capacidade total de descaroçamento de 3958 fardos por dia/turno. No período de 2010 a 2011, 37 empresas de descaroçamento foram inspecionadas pelo TCB e licenciadas para operar naquela safra. Na safra de algodão anterior àquela, 34 empresas haviam sido licenciadas.

Cabe ressaltar, porém, que a maioria das fábricas de descaroçamento do país começou a operar na década de 1950 e algumas estão em situação precária devido ao desgaste natural do tempo. Por outro lado, mais de 17 novas fábricas foram construídas em decorrência da reforma do subsetor de algodão na década de 1990, sendo 16 na região da WCGA e uma na ECGA.

Após a introdução de reformas na política do algodão em 1990, passou-se a adotar dois regimes de produção: os sistemas de produção com contrato e sem contrato. Antes dessas reformas, o governo apoiava a produção do algodão em caroço por meio de subsídios a insumos agrícolas, com a condição de que o produto fosse vendido para cooperativas primárias. A agricultura por contrato foi introduzida em 2007 na região da WCGA. Os agricultores ficaram entusiasmados em celebrar contratos com as empresas de descaroçamento, que se comprometiam a financiar insumos agrícolas mediante um acordo de recuperação dessas despesas após a venda da pluma de algodão. O TCB também supervisiona a execução do contrato para defender o interesse de ambas as partes. Os esforços para introduzir a agricultura por contrato se intensificaram principalmente em 2010, quando os atores do setor algodoeiro decidiram adotar essa modalidade com o objetivo de salvar uma indústria à beira do colapso. A solução alcançada foi a de introduzir esse sistema de agricultura em toda a Área Ocidental de Cultivo de Algodão (WCGA) do país a partir da temporada de cultivo de 2011/2012. Esses atores acreditavam que a agricultura por contrato permitiria que os produtores recebessem os insumos necessários, comercializassem sua produção e garantissem um preço e uma renda estáveis, já que nessa modalidade as empresas de descaroçamento devem pagar à vista no ato da entrega.

As empresas de descaroçamento também são obrigadas a fornecer empréstimos aos agricultores para a aquisição de insumos. Para tanto, o Fundo Fiduciário de Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF) recolhe os valores junto às empresas e distribui aos produtores, sendo que os empréstimos são liquidados durante a temporada de vendas entre os agricultores e as empresas. Com isso, as empresas investem e se envolvem diretamente no setor em vez de atuarem como meros distribuidores do produto, o que acabaria resultando em baixa produtividade e qualidade do algodão.

No período de 2011 a 2012, 311 mil dos cerca de 500 mil produtores (ou seja, quase 62%) assinaram contratos com empresas de descaroçamento por meio de 5.565 grupos empresariais agrícolas e todos eles receberam insumos a crédito.

2.4 Produção e desenvolvimento do algodão na Tanzânia – cenário atual

Como observado anteriormente, as áreas ocidentais de cultivo de algodão abrangem um total de nove regiões, 56 distritos, cerca de quatro mil aldeias, quase 500 mil agricultores e uma média de sete mil postos de compra. O algodão produzido nessa região responde por aproximadamente 99% da produção total da cultura na Tanzânia. Trata-se de uma atividade econômica fundamental e uma parte quase integral da vida dos habitantes da região.

Em termos da arrecadação do governo local, as culturas de algodão respondem por 70% a 90% das receitas municipais. No distrito de Itilima, por exemplo, quase 90% de todas as receitas do conselho geradas por fontes próprias são provenientes da produção do algodão. No entanto, a despeito da importância crítica dessa atividade na manutenção da subsistência de mais de 14 milhões de pessoas na região da WCGZ (edição do jornal *Daily News* de 15 de julho de 2016), a produção e o desenvolvimento do algodão enfrentam há anos uma série de desafios, o que é corroborado pelos resultados do presente estudo que serão apresentados a seguir.

2.4.1 Acesso a recursos produtivos

Como em qualquer cultura agrícola, a terra é um recurso fundamental para a produção de algodão. A propriedade e o acesso a esse recurso crítico baseiam-se estritamente em normas culturais e valores tradicionais profundamente enraizados segundo as quais o chefe da família, geralmente o pai, detém indiscutivelmente a propriedade da terra em nome da família ou dos demais familiares. Nesse contexto, as mulheres e os jovens quase não têm direitos de propriedade sobre as terras da família.

Existem, obviamente, casos de famílias chefiadas por mulheres (viúvas, divorciadas, solteiras) que possuem terras, seja por as terem recebido de herança ou as comprado com recursos próprios. Os jovens, por outro lado, adquirem terras de três maneiras: ganhando um terreno de presente do pai (geralmente jovens do sexo masculino), recebendo-as de herança ou comprando-as por conta própria.

Em síntese, o sistema tradicional da tribo Sukuma,³⁹ dominado por um modelo patriarcal e poligâmico, é um dos principais fatores que impedem as mulheres de possuírem terras e acessarem recursos, embora as produtoras rurais desempenhem papel importante e às vezes até mais significativo na produção de algodão. O estudo confirmou que, apesar de responderem pela maior parte da mão de obra utilizada nas lavouras de algodão, as mulheres não têm nenhum controle sobre a propriedade de recursos e tampouco têm o direito de opinar sobre a distribuição da receita obtida com as vendas do produto. O mesmo vale para a grande maioria dos jovens.

2.4.2 Produção e produtividade

A pesquisa de campo revelou que, na região da WCGA, o algodão é predominantemente cultivado em pequenas propriedades rurais: 80% de todos os agricultores se enquadram nessa descrição (com uma área cultivada média inferior a 2,4 acres). Observou-se que 15% são agricultores médios com uma área cultivada média de

39 Segundo estimativas do TCB, a Tribo Sukuma é responsável por quase 97% de toda a produção de algodão no país.

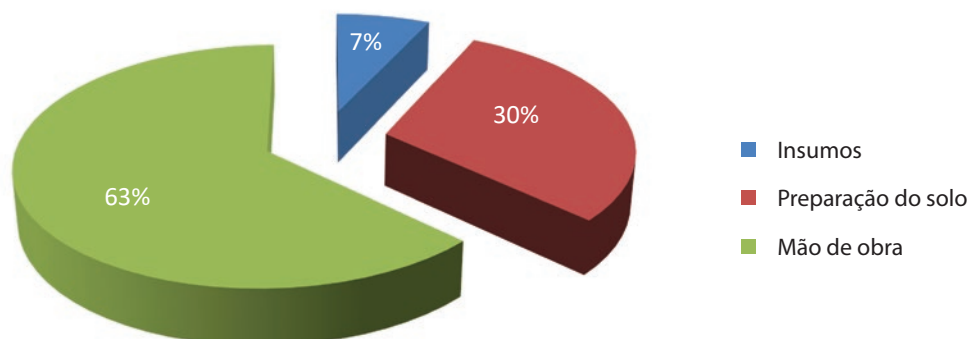
2,4 a 9,5 acres e os 5% restantes se referem a produtores de larga escala com uma média igual ou superior a 9,6 acres (veja o Anexo 2). A escassez de terra é uma questão crítica e, portanto, a maioria dos agricultores que não detêm terras (75% em média) recorre ao arrendamento (a um valor médio de 50 mil xelins tanzanianos por acre). Por ser inteiramente cultivado no sistema de sequeiro, o algodão é altamente vulnerável às mudanças climáticas associadas a períodos frequentes de seca.

A agricultura tradicional é o modelo predominante de cultivo (80%), principalmente devido ao fato de os serviços de extensão serem inadequados e os agricultores demonstrarem atitude negativa ou resistência à adoção de práticas agrícolas modernas. A principal tecnologia usada para lavrar a terra é o arado de boi (49,7%), seguido da enxada (36,7%) e do uso de tratores, que ficou em último lugar com 15,3% (veja o Anexo 2). No caso de outras atividades de cultivo em campo, quase todos os produtores de algodão utilizam enxada. Os principais insumos usados são sementes e pesticidas. Em quase todas as aldeias visitadas, constatou-se que os produtores não aplicam fertilizantes nas lavouras, sobretudo por limitações econômicas.

A produtividade é extremamente baixa, alcançando uma média de 912 kg de algodão em caroço por hectare. Essa produção é baixíssima em comparação com a produtividade média mundial, que é de 1.850 kg de algodão em caroço por hectare. Fica claro que essa diferença se deve a práticas de produção ineficientes e a outros fatores como mudanças do clima e incidência de doenças e pragas. Com a adoção de melhores práticas agrícolas e condições climáticas favoráveis, a produção tem o potencial de alcançar 2.880 kg de algodão em caroço por hectare. As principais razões para essa baixa produtividade são as práticas agrônômicas inadequadas adotadas pelos agricultores, o uso de sementes tradicionais de baixo rendimento (que, em alguns casos, apresentam baixas taxas de germinação devido à má qualidade), a existência e aplicação de pesticidas ineficazes e de baixa qualidade, a infertilidade do solo devido ao uso contínuo do mesmo terreno para cultivar a mesma cultura, a incidência de doenças como a fusariose e pragas como a lagarta americana, que parecem ter se tornado resistentes aos pesticidas, e as mudanças climáticas, que podem levar a eventos extremos e imprevisíveis.

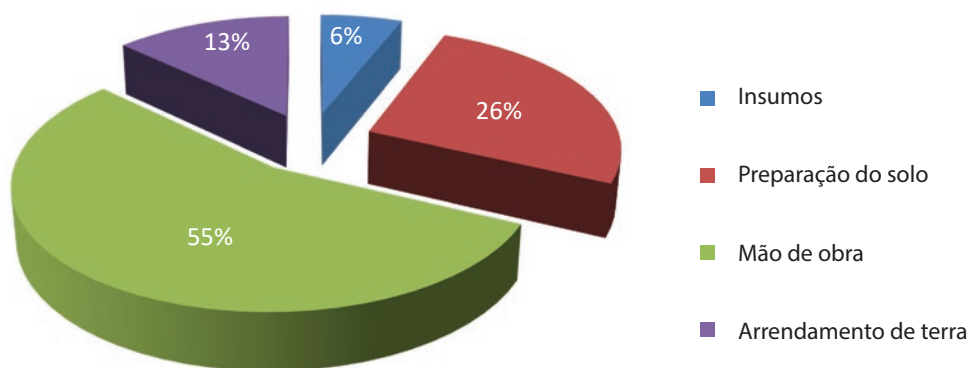
No que se refere aos pesticidas, o estudo constatou que eles são aplicados de forma extremamente ineficiente, o que é explicado, em parte, pelo fato de que os agricultores não tiveram nenhum contato anterior ou treinamento prévio sobre o uso, manuseio e aplicação desses insumos. Em geral, os pesticidas são pulverizados por agricultores adultos do sexo masculino sem o uso de equipamentos de proteção, apenas tendo o cuidado de analisar a direção do vento para evitar o contato dos olhos com produtos químicos potencialmente nocivos. Por outro lado, estima-se que os custos de produção por hectare sejam de 795.840 xelins tanzanianos para agricultores que utilizam terras próprias e de 915.840 xelins tanzanianos para aqueles que geralmente arrendam propriedades para produzir algodão, em comparação com uma margem de lucro e perda de 116.160 e 3.840 xelins tanzanianos para terras próprias e arrendadas, respectivamente. Apesar dos níveis de produtividade baixíssimos e dos métodos ineficientes de produção, os agricultores tendem a se concentrar nos custos de produção por considerá-los muito altos e usar esse argumento para justificar sua necessidade de aumentar os preços. O estudo observou também que a produção de algodão é intensiva em mão de obra, sendo que a contratação de trabalhadores responde pela maior parte dos gastos (veja a figura 12 abaixo e o Anexo 3).

Figura 12: Distribuição de custos para produção de algodão na região da WCGA para agricultores proprietários de terras



Fontes: Dados da pesquisa de campo (junho a julho de 2016)

Figura 13: Distribuição de custos para produção de algodão na região da WCGA para agricultores que arrendam terras



Fontes: Dados da pesquisa de campo (junho a julho de 2016)

As perdas pós-colheita, que resultam da colheita ou coleta tardia de algodão nas propriedades ou de ambos os fatores, também foram apontadas e relatadas como um grave problema por alguns agricultores.

Devido à forte pressão sobre a disponibilidade de terras, os agricultores tendem a adotar a agricultura mista/sistemas de consórcio, uma prática que aumenta significativamente o risco de doenças para o algodão e, portanto, resulta em baixa produtividade.

2.4.3 Sistema de agricultura por contrato

Conhecido por promover aumento da produtividade, o sistema de agricultura por contrato foi inicialmente introduzido em caráter experimental em 2007 na região de Mara, no nordeste da Tanzânia, sendo posteriormente replicado em todo o país a partir de 2011/2012. Esse sistema de agricultura envolve o uso intensivo de insumos e serviços de extensão. Nos termos do contrato, os compradores de algodão (geralmente empresas

de descaroçamento) se comprometem a financiar insumos agrícolas e serviços de extensão para os agricultores e comprar posteriormente seus produtos. Os produtores de algodão, por sua vez, são obrigados a utilizar os insumos da forma correta e, posteriormente, quitar o empréstimo que receberam dos compradores vendendo sua produção diretamente para eles. Para garantir o bom funcionamento desse sistema, os agricultores devem se organizar em grupos conhecidos como Grupos Empresariais de Produtores Rurais (FBGs).

Na prática, no entanto, a agricultura por contrato revela-se uma grande decepção. O sistema está à beira do colapso, principalmente devido a uma aparente situação de completa desconfiança entre agricultores e compradores. As empresas de descaroçamento (compradores) reclamam que os agricultores não são confiáveis porque costumam demorar ou deixar de pagar os insumos recebidos a crédito, enquanto os produtores acusam os compradores de fornecer insumos de baixa qualidade, citando casos em que receberam sementes defeituosas que não germinavam e pesticidas falsificados que eram ineficazes e resultaram em sérias perdas. Os agricultores também acham que o fato de eles dependerem de um único comprador, que pode não conseguir oferecer um preço competitivo acima do praticado por outros compradores, não é justo ou viável do ponto de vista econômico.

Além da baixa qualidade dos insumos, os compradores também são acusados de ter o antigo e crescente hábito de só fornecer os insumos aos agricultores muito depois do período de plantio.

2.4.4 Sistema de produção de sementes e distribuição de insumos

O acesso aos insumos e sua utilização adequada é outro fator de produção essencial para garantir o sucesso das culturas agrícolas produzidas. Durante a pesquisa, verificou-se que os principais insumos utilizados pelos produtores de algodão são sementes e pesticidas – apenas uma pequena parcela dos agricultores (menos de 10%) utiliza esterco de vaca como adubo. Esses dois insumos são fornecidos e distribuídos pelas empresas de descaroçamento de algodão sob os auspícios do Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB) e do Fundo Fiduciário do Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF). As sementes de algodão fornecidas por essas empresas se dividem em dois tipos, sendo o primeiro referente às tradicionais sementes com línter da variedade UK91,⁴⁰ fornecidas pelas empresas de descaroçamento após terem separado a pluma e o caroço do algodão. Essas sementes respondem por 95% de todas as sementes de algodão usadas pelos produtores na região da WCGA. O segundo tipo são sementes melhoradas de algodão produzidas a partir de duas variedades melhoradas, a saber, UK08 e UKM08. Essas sementes são controladas pela QUTON, a única empresa licenciada para produzir sementes de algodão. Essas sementes são classificadas em dois grupos: deslindadas e com línter. Embora a QUTON seja a principal produtora dessas sementes, a distribuição ainda fica a cargo das empresas de descaroçamento de algodão, sob os auspícios do TCB e do CDTF.

Um dos maiores desafios é o estabelecimento de um sistema de produção e distribuição de sementes. Do lado da oferta, o fator mais importante é a qualidade. Os principais fornecedores são as empresas de descaroçamento que, na prática, fornecem as mesmas sementes de algodão compradas dos agricultores após concluírem os processos de descaroçamento. Cabe ressaltar que as empresas adicionam água a uma parte significativa do algodão em caroço vendido, o que significa que as sementes reenviadas aos agricultores já chegam podres e, portanto, sequer germinam. De acordo com informações obtidas junto a informantes-chave, quase 95% das sementes fornecidas aos agricultores referem-se a esse tipo tradicional de sementes. O problema é que a produção de variedades modernas de sementes é, por diversas razões, extremamente baixa (cerca de 5% do total necessário). Existe apenas uma empresa registrada (QUTON Tanzania) para a multiplicação da produção de sementes e, no ano passado, sua produção correspondeu a apenas 5% da demanda total de sementes de algodão.

40 UK08 e UKM08 são sementes melhoradas de algodão lançadas em 2008 pelo instituto Ukiriguru. A UKM08 é obtida a partir do cruzamento entre variedades da Tanzânia e de Mali. As duas variedades são de alto rendimento, resistentes a doenças e pragas e produzem fibra de boa qualidade (alto GOT) em relação à variedade UK91.

A Dra. Evelina Lukonge, Diretora Zonal Interina do Instituto de Pesquisas Agrícolas da Área Ocidental⁴¹ de Uki-riguru, Mwanza, apontou uma série de desafios relacionados à cadeia de fornecimento de sementes, a saber:

- i. Falta de coordenação e organização dos sistemas de produção e distribuição de sementes.
Graves restrições financeiras enfrentadas pelo seu instituto de pesquisa, resultando, por exemplo, em uma produção anual de sementes de apenas 7 a 13 toneladas métricas, ante uma meta de até 32 toneladas métricas por ano nos últimos dois anos. Em 2015, o instituto passou a contar com o apoio do Fundo Gatsby da Tanzânia (TGT) e conseguiu expandir a área de cultivo para 140 acres. Ainda assim, a meta atual é de 200 acres.
- ii. A QUTON, a única empresa que atua na distribuição de sementes melhoradas, não possui propriedades rurais para a multiplicação de sementes e atualmente opera abaixo da capacidade.
- iii. Ausência de registo dos agricultores para fins de monitoramento.
- iv. Infraestrutura precária: as construções são muito antigas e encontram-se em péssimo estado.
- v. Baixa qualidade e disponibilidade de equipamentos, como tratores e veículos para utilizar as terras disponíveis mais eficazmente.

O problema enfrentado na produção e distribuição de sementes também foi enfatizado pelo Sr. Joseph Ngura, Diretor Zonal do Instituto de Certificação Oficial de Sementes da Tanzânia (TOSCI), que manifestou preocupação com o fato de a produção e distribuição de sementes para produtores de algodão ocorrer à margem do sistema de monitoramento oficial. Por outro lado, o Sr. Joseph estima que as sementes oficiais ou modernas respondam por apenas 10% do total necessário, enquanto o restante da demanda é satisfeita por sementes tradicionais – geralmente de baixa qualidade – fornecidas pelas empresas de descaroçamento.

Quanto aos pesticidas, o CDTF compra esses insumos a granel por meio de licitações com fornecedores qualificados, fornecendo-os posteriormente aos agricultores por meio de empresas de descaroçamento. Novamente, as empresas de descaroçamento são os principais fornecedores de pesticidas para os produtores de algodão. Antes de fornecer os pesticidas para o CDTF, os fornecedores são obrigados a enviar amostras ao Instituto Tropical de Pesquisas com Pesticidas (TPRI) para testes de qualidade, qualificação e registro e, uma vez aprovados e registrados, as empresas podem comprá-los e distribuí-los aos agricultores. Ainda que esse seja um bom sistema de fornecimento de pesticidas, no entanto, os agricultores reclamam que os pesticidas fornecidos pelo CDTF e pelas empresas de descaroçamento não são eficazes para o controle de pragas e doenças que infestam o algodão. Essa situação obrigou alguns agricultores a pulverizar suas plantações de algodão mais de oito vezes por ano, mas, ainda assim, os resultados no controle de pragas e doenças são pouco satisfatórios. E esse fator tem sido um dos principais responsáveis pela elevação dos custos de produção do algodão.

2.4.5 Serviços de extensão

Os serviços de extensão são um dos insumos mais importantes para a melhoria dos conhecimentos e habilidades dos agricultores na produção agrícola. Como qualquer outro cultivo comercial, a produção de algodão exige serviços de extensão oportunos e frequentes, como treinamentos, visitas de campo de um extensionista e escolas de campo para agricultores, com o objetivo de capacitar esses produtores e orientá-los sobre métodos adequados de cultivo de algodão e a execução de diversas atividades ligadas à produção, como a aplicação de agrotóxicos. Durante a pesquisa, constatou-se que os serviços de extensão não são prestados adequadamente: a maioria dos produtores de algodão entrevistados (quase 90%) declarou não ter recebido qualquer tipo de

41 O Instituto tem as seguintes atribuições: (i) desenvolver variedades de sementes para áreas específicas (ii) conservar sementes originais para fins de multiplicação e (iii) fornecer sementes de pré-base para determinadas empresas responsáveis pelo desenvolvimento do algodão para fins de multiplicação e distribuição sob a orientação do Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB).

capacitação em produção agrícola e nunca recebeu uma visita de um extensionista. A prestação de serviços de extensão na Tanzânia é altamente dependente do sistema de serviços públicos de extensão, que enfrenta sérias limitações em termos de recursos humanos e financeiros e equipamentos de trabalho. Na Autoridade do Governo Local (LGA) de Itilima, por exemplo, todo o distrito tem 102 aldeias, mas o departamento de agricultura e irrigação só tem 43 funcionários. Esse número inclui diretores agrícolas da LGA e extensionistas das aldeias/distrito e, segundo relatos, a maioria deles não dispõe de equipamentos de trabalho como motocicletas e bicicletas para se deslocar de um lugar para outro. De acordo com a LGA, alguns extensionistas atendem até sete aldeias, o que constitui um verdadeiro desafio considerando a estrutura e os recursos financeiros disponíveis. Em circunstâncias normais, um extensionista deveria atender no máximo três aldeias.

Alguns poucos agricultores de maior destaque foram treinados no âmbito de projetos/programas de desenvolvimento do setor algodoeiro, como o Fundo Gatsby da Tanzânia (TGT) e o Programa de Desenvolvimento de Meios de Subsistência Rural (RLDP), e alguns foram treinados pelo TCB para ensinar outros produtores a manusear e utilizar insumos como pesticidas. Os agricultores sempre recebem breves orientações sobre o uso e manuseio de pesticidas quando compram ou recebem seu pacote de pesticidas para aplicação em uma área de um acre. No entanto, essas instruções parecem não ser suficientes, já que se constatou que a maioria dos agricultores tem pouco conhecimento sobre o manuseio de produtos químicos em termos das proporções certas de água na mistura, sobre o uso de equipamentos de proteção e sobre o descarte de recipientes. Ainda assim, algumas poucas empresas de descaroçamento introduziram serviços de extensão privados. Isso foi observado na região de Simiyu, na qual a empresa privada de descaroçamento Alliance Ginneries Company Limited contratou 20 extensionistas com vistas a melhorar a capacitação e a prestação de serviços de extensão para produtores de algodão que trabalham com a empresa no sistema de agricultura por contrato. A Alliance Ginneries Company Limited é uma das poucas empresas de descaroçamento de algodão na região da WCGA que continua a adotar o regime de agricultura contratual mesmo diante dos problemas enfrentados por esse modelo – e a estratégia parece estar gerando resultados positivos para a empresa.

2.4.6 Esquemas de comercialização

O algodão é comercializado de forma independente e cada agricultor vende a sua produção livremente a compradores em postos de compra de algodão nos quais empresas de descaroçamento mantêm agentes de compra. Em geral, o preço oferecido baseia-se no preço indicativo para a respectiva safra de algodão e continua a oscilar dependendo de uma série de fatores, sobretudo dos preços do mercado mundial e, em menor medida, da capacidade de negociação dos agricultores. Outros fatores que determinam o preço do algodão são o percentual de línter (conhecido como taxa de extração de fibra – GOT), taxa de câmbio, custos básicos de comercialização, custos de transporte, custos de descaroçamento e custos de produção. Os resultados do estudo mostram que os compradores costumam estar em posição de vantagem por terem os recursos financeiros e poder de influência. As forças de oferta e demanda também são fatores essenciais em um cenário em que muitos compradores competem por uma oferta relativamente limitada de algodão dos agricultores.

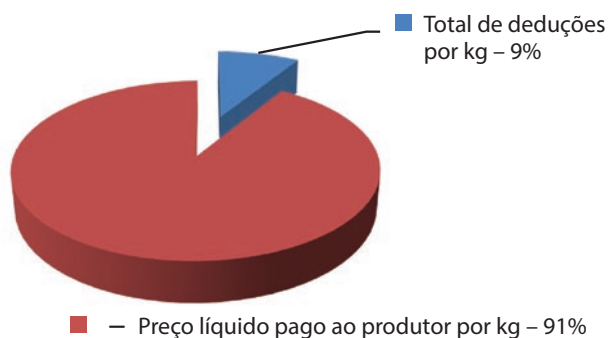
Esquemas de comercialização bem organizados deixaram de existir com a quase completa extinção do sistema de cooperativas após a introdução de políticas de livre mercado na Tanzânia a partir de meados da década de 1980. A União de Cooperativas da Região de Shinyanga (SHIRECU) e a União de Cooperativas da Região de Nyanza (NCU), que já figuraram entre as principais uniões de cooperativas do país, atualmente acumulam enormes dívidas bancárias e estão à beira do colapso total – elas só têm sobrevivido graças ao aluguel de seus bens e propriedades. As Sociedades Cooperativas Primárias, popularmente conhecidas como Sociedades Cooperativas de Comercialização de Produtos Agrícolas (AMCOs), também estão desestruturadas, mesmo detendo ativos consideráveis, principalmente armazéns e depósitos. No Distrito de Itilima, por exemplo, só 24 das 102 AMCOs têm conseguido se manter em atividade. Na maioria das comunidades visitadas, não foi

constatada nenhuma evidência da existência de grupos de agricultores organizados em prol do cultivo ou comercialização do algodão. Criada há cerca de 10 anos para representar o interesse dos agricultores em diversas questões (produção, comercialização etc.), a Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia (TACOGA) ainda enfrenta dificuldades para se consolidar, sobretudo no nível comunitário, no qual seus impactos são mais necessários.

Os esquemas de comercialização de algodão ocorrem em bases competitivas. De acordo com o TCB, as empresas de descaroçamento precisam requisitar uma licença de compra junto ao órgão competente da região ou distrito e, em geral, são pré-qualificadas pela secretaria distrital de algodão sob a presidência do Comissário Regional e/ou Comissários Distritais (DCs).

Quanto aos impostos, tanto os agricultores como as empresas de descaroçamento pagam uma taxa de 8% a 10% sobre o valor total pago. Essas taxas incluem contribuições relativas ao CDTF, à LGA e ao fundo distrital de desenvolvimento de educação (isso se aplica apenas a algumas poucas LGAs, a maioria das quais nas regiões de Simiyu e Shinyanga) (ver a figura 14 abaixo e o Anexo 4).

Figura 14: Preço e deduções por kg de algodão em 2013/14



Fontes: Dados da pesquisa de campo (junho a julho de 2016)

As fábricas de descaroçamento ainda precisam pagar outras taxas, denominadas de impostos centrais, que incluem: taxa de registro junto ao Conselho do Algodão, taxa de licença de exportação, taxa de licença de descaroçamento, taxa paga ao Conselho do Algodão, imposto sobre selo, imposto retido na fonte e imposto de exportação. E ainda há outros impostos cobrados, como a taxa para o Fundo de Desenvolvimento do Setor Algodoeiro e taxas cobradas pelos sindicatos de cooperativas e sociedades primárias. De acordo com a TCA, levando em conta todas as taxas e impostos, a carga tributária excede 20% do preço recebido pelo produtor. Além desses impostos diretos sobre o algodão, observam-se algumas distorções setoriais ou econômicas, como as altas tarifas de energia elétrica que sobrecarregam ainda mais o setor.

Entre as principais questões e desafios relacionados a esquemas de produção e comercialização, podemos citar os seguintes:

- Baixa qualidade do algodão, sobretudo devido a um hábito aparentemente comum de acrescentar água e/ou areia para elevar o peso do produto. Tanto agricultores como agentes de compra adotam essa prática. Os produtores fazem isso com a intenção de compensar os preços considerados baixos e as perdas ocasionadas pelo uso de balanças adulteradas. Os agentes de compra, por sua vez, atuam intencionalmente para enganar o comprador principal, que é a empresa de descaroçamento.
- Agentes de compra de algodão inescrupulosos costumam adulterar suas balanças para roubar dos agricultores e de seus compradores principais (empresas de descaroçamento).

- iii. Número excessivo de impostos sobre o algodão: a contribuição ao CDTF equivale a 30 xelins tanzanianos por kg no total (15 xelins tanzanianos para os agricultores e 15 para as empresas de descaroçamento), as Autoridades do Governo Local cobram uma taxa de 3 a 5% sobre a receita obtida com a venda do algodão e algumas LGAs cobram um Imposto para o Desenvolvimento da Educação.
- iv. Dedução de 1 kg de algodão do agricultor, pois, segundo os agentes de compra, esse seria o peso do pano usado pelos produtores para embalar o algodão. A verdade, porém, é que esse material pesa pouco mais de 250 gramas.
- v. As empresas/compradores controlam totalmente as sementes e tortas de semente e, portanto, têm pouco ou nenhum interesse na qualidade da fibra.
- vi. Custo elevado para transportar o produto dos postos de compra instalados nas aldeias produtoras até empresas de descaroçamento situadas a longas distâncias, o que reduz a margem de lucro dos agricultores.
- vii. Os agricultores reclamam que o preço do algodão é baixo e, ao mesmo tempo, os custos de produção são altos – uma situação que os deixa cada vez mais frustrados e desmoraliza o cultivo de algodão.
- viii. Muitos agricultores – senão todos – passaram a produzir outras culturas comerciais, principalmente girassol, arroz com casca, milho, amendoim, feijão-da-china, feijão, mandioca e hortaliças, pelo fato de terem processos de produção mais curtos e menos entediante e mercados confiáveis com preços mais atrativos.
- ix. Existência de práticas de conluio e corrupção, sobretudo nas aldeias e nos postos de compra.
- x. Interferência política nos níveis local e nacional: em troca da lealdade de seus eleitores, os líderes eleitos fazem vistas grossas aos conselhos ou orientações de especialistas na cadeia de valor da produção e comercialização do algodão.
- xi. As linhas de crédito oferecidas para comunidade produtoras de algodão são escassas ou inadequadas.

2.4.7 Impacto ambiental e sustentabilidade

2.4.7.1 Controle de pragas e pesticidas

O manejo de pragas é um problema que gera custos adicionais para a produção de algodão. Estima-se que os danos causados por insetos respondam por 15% das perdas da produção mundial de algodão, com grandes variações entre diferentes localidades⁴² (FAO, 2015). A dimensão das perdas da produção de algodão em decorrência de ataques de insetos depende da eficácia das estratégias de gestão de pragas adotadas, além de fatores exógenos como variações de temperatura e eventos climáticos extremos.

Desde a década de 1950, a aplicação de pesticidas tem sido o método mais comum para a prevenção de danos causados por pragas. Após sua introdução, no entanto, o manejo integrado de pragas (MIP) e o algodão geneticamente modificado (GM) passaram a ser elementos importantes e cada vez mais difundidos de um programa mais amplo de gestão de pragas. Os pesticidas são utilizados na cultura de algodão para o tratamento de sementes (inseticidas e fungicidas), para o tratamento do solo (herbicidas, nematicidas e fungicidas) e para aplicações foliares (inseticidas, herbicidas e fungicidas). A maioria das sementes de algodão comerciais é tratada com inseticidas antes da semeadura. Os três métodos de aplicação de pesticidas em campo são a pulverização aérea (13% do total), a pulverização manual (52%) e a pulverização por trator (35%)⁴³. Na Tanzânia, o método mais adotado é o da pulverização manual⁴⁴.

42 FAO e ICAC. *Measuring Sustainability in Cotton Farming Systems: Towards a guidance Framework*, Roma, Itália, 2015.

43 *Ibid.*

44 TCB. *The Cotton Industry Implementation Plan*, CIIP: 2010-2015. 2010.

A aplicação de pesticidas na produção de algodão pode gerar impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente, bem como sobre a produtividade da lavoura. Entre outros fatores que podem determinar esses efeitos, podemos citar os seguintes:

Quantidade usada

O uso excessivo de pesticidas é comum em muitos lugares e leva a uma exposição ambiental e humana desnecessária a essas substâncias. É importante aplicar os pesticidas em condições climáticas adequadas e evitar que se dispersem para fora da área de aplicação.

Tipo e comportamento dos pesticidas utilizados

Os pesticidas são classificados de acordo com o risco que oferecem, variando desde “altamente perigoso” a “sem probabilidade de causar danos”. Os dois esquemas mais comuns de classificação de pesticidas por nível de risco são o da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classifica os pesticidas quanto à toxicidade humana aguda, e o mais recente Sistema Harmonizado Global de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), que considera tanto a toxicidade humana aguda e crônica como a toxicidade ambiental. Além disso, a FAO introduziu critérios mais amplos para a classificação de pesticidas altamente perigosos (HHPs), que considera não só as propriedades químicas como também as circunstâncias de uso. O uso de produtos persistentes, altamente perigosos ou não seletivos (ou seja, aqueles que agem sobre uma ampla gama de organismos) tende a aumentar os riscos para a saúde humana e ambiental.

Manuseio e uso

Os pesticidas devem ser aplicados conforme as instruções contidas no rótulo e com o uso de todos os equipamentos de proteção individual recomendados. É importante que os pesticidas selecionados sejam registrados para uso em plantações de algodão no país em questão. Outros aspectos relevantes incluem: armazenamento de pesticidas; seleção, manutenção e limpeza dos equipamentos de aplicação; eliminação de resíduos do produto, materiais contaminados e embalagens vazias; procedimentos de aplicação; e mistura de diferentes produtos.

Impactos ambientais associados ao uso inadequado de pesticidas

- Contaminação de água potável, sistemas pluviais, lençóis freáticos e aquíferos.
- Intoxicação de peixes e outros organismos aquáticos e perda da biodiversidade.
- Longa persistência no solo, com impactos negativos sobre culturas rotacionais e organismos benéficos ao solo e a perda de serviços ecossistêmicos.
- Intoxicação da fauna selvagem (incluindo pássaros e abelhas) e perda de biodiversidade.
- Intoxicação ou contaminação de animais de criação.
- Redução da população de insetos polinizadores, que são importantes para a produção agrícola.
- Poluição atmosférica.

2.4.7.2 Gestão de recursos hídricos

A água é um elemento importante para garantir o crescimento e rendimento máximo das lavouras e outros aspectos de qualidade como o comprimento da fibra. A produção de algodão é significativamente afetada pelo fornecimento de água. O algodão pode ser cultivado com quantidades mínimas de água ou, caso haja disponibilidade do recurso, ele pode consumir grandes quantidades de água em determinados períodos do ciclo de produção. A necessidade de água varia muito dependendo da região, da duração da safra, do clima,

do cultivar, do método de irrigação e da meta de produção, oscilando entre 600 e 1200 mm⁴⁵. O algodão apresenta tolerância à seca e ao calor e, portanto, costuma se adaptar bem a climas com baixos índices pluviométricos, sendo cultivada em muitas regiões que apresentam baixa precipitação pluviométrica natural. Em geral, sistemas de irrigação são usados nessas áreas para garantir a maturidade da plantação e estabilizar e maximizar a produtividade. O sistema de cultivo irrigado responde pela metade de todas as terras destinadas ao plantio de algodão e por 73% da produção mundial. Nos países africanos, no entanto, o algodão é cultivado principalmente em sistemas de sequeiro. Assim como outros países africanos produtores de algodão, a Tanzânia depende inteiramente da agricultura de sequeiro para produzir algodão⁴⁶.

A produção de algodão pode gerar três problemas de sustentabilidade associados à gestão de recursos hídricos: esgotamento da água (somente para o cultivo de algodão irrigado), salinização do solo (geralmente associada ao plantio de algodão irrigado) e poluição da água, incluindo a eutrofização (provocada tanto pela produção irrigada como pelo sistema de sequeiro). Sendo assim, o algodão produzido na Tanzânia pode gerar apenas dois problemas relacionados à sustentabilidade: *poluição da água e eutrofização*.

2.4.7.3 Gestão do solo

Com o aumento dos impactos relacionados às mudanças climáticas, como a intensificação de chuvas, secas mais severas e oxidação da matéria orgânica do solo, a utilização e proteção adequada do solo se tornaram prioridades para promover a sustentabilidade da agricultura. As extensas monoculturas de algodão aumentam a vulnerabilidade do solo à erosão, degradam a estrutura do solo, diminuem a fertilidade do solo e aumentam o número de patógenos e nematoides veiculados pelo solo. Para manter a fertilidade do solo, os agricultores costumam adotar o sistema de rotação de culturas e utilizar fertilizantes químicos e orgânicos para restaurar a estrutura do solo. O algodão é cultivado tanto em monocultura, adotando-se a rotação de culturas, como em consórcios com outras espécies. Em regiões mais pobres, como na África, a rotação de culturas e o uso de fertilizantes orgânicos são os principais responsáveis por manter a fertilidade do solo. Os maiores problemas de sustentabilidade relacionados à gestão do solo no setor algodoeiro são o esgotamento da fertilidade do solo, a contaminação do solo e a erosão do solo⁴⁷.

Práticas de conservação do solo

Um dos melhores métodos para melhorar a produtividade do solo é o da agricultura de conservação (conhecido localmente como plantio direto, plantio reduzido, cultivo mínimo, etc.). Esse tipo de prática tende a deixar a maior parte da superfície do solo intocada e protegida por uma camada de material orgânico. Entre outros, essa prática traz os seguintes benefícios: aumento da taxa de infiltração, maior capacidade de retenção de água, melhor aeração do solo, menor escoamento superficial, maior capacidade de enraizamento, menor perda por evaporação, maior sequestro de carbono e uma produção mais estável no longo prazo.

2.4.8 Impactos ambientais e sustentabilidade – cenário atual nas áreas produtoras de algodão

O estudo revelou também que o sistema agrícola adotado por esses agricultores consiste, na verdade, em misturar diferentes culturas de forma irregular. É comum o algodão ser plantado junto com outras culturas, principalmente o milho, mas também girassol, quiabo e grão de bico. Verificou-se que essa prática é adotada mais amplamente na região de Simiyu do que nas duas outras regiões analisadas. Segundo os agricultores,

45 FAO e ICAC. *Measuring Sustainability in Cotton Farming Systems: Towards a guidance Framework*, Roma, Itália, 2015.

46 TCB. *The Cotton Industry Implementation Plan*, CIIP: 2010-2015. 2010.

47 FAO e ICAC. *Measuring Sustainability in Cotton Farming Systems: Towards a guidance Framework*, Roma, Itália, 2015.

há duas razões principais para a adoção dessa prática: o fato de as terras serem impróprias e a crença de que, ao plantar algodão e milho juntos, a produção de milho por unidade de terra é maior do que se eles plantassem só o milho, o que fortaleceria a segurança alimentar. De fato, é provável que o milho apresente maior rendimento ao ser plantado em consórcio com o algodão, pois, como o algodão exige de três a quatro capinas e a aplicação intensiva de pesticidas para o controle de pragas e doenças, o milho acaba recebendo cuidado maior em termos de limpezas frequentes e aplicações de agrotóxicos. O que os agricultores não entendem, no entanto, é que os pesticidas usados no cultivo de algodão têm longo efeito residual e não devem ser pulverizados em culturas como o milho, já que podem acarretar sérios problemas de saúde no longo prazo, entre os quais o câncer.

Por outro lado, alguns agricultores cultivam algodão em consórcio com girassol como parte de uma estratégia de Manejo Integrado de Pragas (IPM), uma vez que as pragas são facilmente atraídas pelo girassol e, portanto, não atacam o algodão. A pesquisa de campo constatou que, como parte do plano de controle de pragas por meio do IPM, alguns produtores plantam o girassol no centro ou ao redor de seus campos de algodão.



Algodão consorciado com girassol como parte do IPM no Distrito de Itilima

Como explicado anteriormente, os pesticidas são insumos importantes para a produção de algodão, mas há um sério problema no que se refere ao manuseio e manejo adequado dessas substâncias. Embora os rótulos de quase todos os pesticidas sejam escritos em Kiswahili, a maioria dos agricultores não entende as instruções apresentadas. Os produtores aplicam os pesticidas com base em experiências anteriores ou em orientações transmitidas informalmente por amigos ou distribuidores/fornecedores desses insumos. O estudo constatou que os agricultores não têm nenhum treinamento no manuseio e aplicação de pesticidas em termos de proporções de mistura, uso de equipamentos de proteção e eliminação de resíduos após a aplicação. Como observado anteriormente, os agricultores não utilizam equipamentos de proteção e baseiam-se na direção do vento para aplicar os pesticidas. Os resíduos não são eliminados corretamente, o que é corroborado por alguns recipientes vazios encontrados em fazendas de algodão (veja a foto).

De acordo com o CDTF, houve mudança na política nacional no sentido de substituir o fornecimento e uso de pesticidas com alto efeito residual (da família dos organoclorados), como o DDT e o Thiodan, por outros com menor efeito residual e menos nocivos ao meio ambiente (da família dos organofosfatos). Ao contrário dos organoclorados, os pesticidas organofosfatos podem ser diluídos em água e têm baixo efeito residual. Os agri-



Recipiente vazio de um pesticida (Ninja) descartado incorretamente encontrado em uma fazenda de algodão no Vilarejo de Mbiti, Bariadi, na região de Simiyu.

cultores, no entanto, reclamam que os pesticidas organofosforados não são suficientemente eficazes no controle de pragas e doenças do algodão. Além disso, esses pesticidas têm sido os principais responsáveis pelo aumento da resistência de pragas e pela incidência de doenças na área.

Isso obrigou os produtores de algodão a aumentar a quantidade de pulverizações, chegando a oito aplicações por safra, o que traz implicações para os custos de produção do algodão. Por outro lado, técnicos agrícolas do governo local afirmam que a ineficácia dos pesticidas usados no controle de pragas e doenças do algodão na região da WCGA se deve ao fato de os agricultores não diluírem corretamente o produto, já que a maioria deles não seguiria à risca as instruções fornecidas.

No que se refere à gestão da água e do solo, o único problema ambiental observado durante o estudo foi o esgotamento da fertilidade do solo

devido ao uso excessivo da mesma área, ano após ano, sem a reposição de nutrientes. Como se sabe, o nível de aplicação de fertilizantes orgânicos e inorgânicos na região da WCGA é baixíssimo. Há poucos casos de erosão do solo e contaminação da água, uma vez que o algodão é cultivado principalmente em áreas planas e, na maioria dos casos, as plantações ficam afastadas da fonte de água, como rios e lagos.

Em relação à substituição de culturas, devido a problemas constantes enfrentados na produção de algodão, como o fornecimento de insumos de baixa qualidade (sementes e pesticidas), balanças adulteradas, preços considerados baixos, mudanças climáticas, aumento dos custos de produção e incidência de pragas e doenças, os agricultores estão substituindo o cultivo de algodão por outras culturas com bons retornos, como o feijão-da-china, ervilha partida, arroz com casca, girassol, vegetais, milho e feijão guandu. Nos últimos três anos, a produção de algodão no país registrou queda de mais de 20% (ver Anexo 1) e, segundo estimativas do TCB, a safra deste ano (2015/2016) deve cair mais 20% e atingir 150 mil toneladas.

3 Oportunidades de emprego na Tanzânia

A Agenda de Emprego e Trabalho Decente constitui um dos compromissos estratégicos da RUT no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar do país. Tanto a Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza (NSGRP, ou MKUKUTA - I e II na sigla em suaíli) como o Plano Quinquenal de Desenvolvimento (FYDP II) identificam o emprego como uma das estratégias para a redução da incidência da pobreza.⁴⁸

O objetivo da MKUKUTA é criar oportunidades de trabalho decente para a população desempregada por meio das seguintes medidas:

- i. Criar empregos que promovam condições dignas de trabalho;
- ii. Proporcionar uma renda que seja suficiente para satisfazer necessidades sociais e econômicas básicas;
- iii. Equilibrar as necessidades e direitos dos trabalhadores e dos empregadores;
- iv. Assumir um compromisso com o diálogo social.

O FYDP II,⁴⁹ por sua vez, tem por objetivo a criação de oportunidades de trabalho decente por meio das seguintes ações:

- i. Promover programas de capacitação industrial (gestão produtiva e comercial, operações, garantia de qualidade etc.) e formação em outros processos produtivos ou na prestação de serviços.
- ii. Ampliar a capacidade produtiva e a criação de empregos, sobretudo para jovens e grupos desfavorecidos.

Embora não tenha ratificado a Convenção sobre a Política de Emprego, 1964 (n. 122), a Tanzânia criou os mecanismos jurídicos e políticos necessários para a promoção efetiva do emprego. A RUT formulou uma Política Nacional de Emprego (2008) que define a estratégia nacional de promoção do emprego. Além disso, o governo promulgou a Lei do Serviço Nacional de Promoção do Emprego (NEPSA) em 1999. Essa lei estabelece o Serviço Nacional de Promoção do Emprego, cujo objetivo é o de “promover a colocação profissional, a orientação vocacional e uma intervenção ativa no mercado de trabalho”. Além disso, a lei “estabelece um Comitê Consultivo Nacional de Emprego para prestar assessoria sobre a formulação de políticas de emprego, sobre a legislação de recursos humanos e sobre questões relacionadas ao emprego de pessoas com deficiência e trabalhadores do setor informal”.⁵⁰

Além disso, a OIT, junto com os constituintes tripartites, desenvolveu um Programa Nacional de Trabalho Decente alinhado com a MKUKUTA e com outros sistemas de desenvolvimento nacional como o programa Tanzania Vision 2025. O Programa Nacional de Trabalho Decente tem as seguintes prioridades: reduzir a pobreza por meio da criação de empregos decentes para jovens e mulheres, diminuir a incidência do trabalho infantil e suas piores formas e mitigar o impacto socioeconômico do HIV/AIDS.⁵¹

48 OIT. *Decent work country profile Tanzania (mainland)* / Escritório Internacional do Trabalho. – Dar es Salaam e Genebra: OIT, 2010.

49 RUT. *National Five Year Development Plan (2016/17-2020/21): Nurturing Industrialization for Economic Transformation and Human Development*, Ministério da Fazenda, junho de 2016.

50 *Ibid.*

51 *Ibid.*

Tabela 2: 3.0 Oportunidades de emprego na Tanzânia

Indicador de trabalho decente	Definição nacional		
	2000/2001	2006	2014
Proporção da população em idade ativa inserida no mercado de trabalho (15 a 64 anos), em %	78,0	79,2	77,8
Homens	80,0	80,8	82,1
Mulheres	76,1	77,6	73,8
Áreas urbanas*	54,6	72,7	76,0
Áreas rurais	85,1	84,0	82,2
Taxa de desemprego, em %	13	11,7	10,3
Homens	11,6	10,7	8,5
Mulheres	14,4	12,6	12,3
Áreas urbanas	32,6	22,6	13,5
Áreas rurais	7,9	7,5	8,4
Taxa de emprego informal (proxy), em %	-	-	31,2
Homens	-	-	48,9
Mulheres	-	-	51,1
Áreas urbanas	-	-	46,7
Áreas rurais	-	-	26,0
Taxa de desemprego por nível de escolaridade, em %	13,0	11,7	10,3
Nenhum grau de escolaridade	9,7	9	9,8
Ensino primário incompleto	11,7	9	-
Ensino primário completo	14,9	12,9	10,0
Ensino secundário ou superior	18,3	17,3	13,8
Jovens que não estudam nem trabalham (15 a 35 anos), em %	17,6	13,4	16,6
Homens	14,9	11,5	11,5
Mulheres	20,1	15,1	21,4
Áreas urbanas	37,9	25,0	16,1**
Áreas rurais	10,8	8,6	13,0
Taxa de desemprego entre jovens (15 a 35 anos), em %	16,5	13,2	11,7
Homens	14,8	12,1	8,9
Mulheres	18,2	14,2	14,5
Áreas urbanas	43,1	26,1	17,4
Áreas rurais	9,7	8,2	8,2

* As proporções da população em idade ativa empregada em áreas urbanas referentes a 2006 e 2014 são exclusivamente aquelas de Dar Es Salaam.

** Esse percentual não inclui jovens que moram em Dar es Salaam.

Fontes: ILFS 2014 e Perfil do Trabalho Decente da OIT (Tanzânia continental).

Como mostrado na tabela 2 acima, as oportunidades de emprego, mensuradas pela proporção da população em idade ativa que está empregada, registraram em 2014 uma leve queda de 1,4% em relação aos níveis de 2006. Desde 2006, as ofertas de emprego cresceram 3,3% em áreas urbanas, mas caíram 1,7% nas áreas rurais. Em termos de gênero, enquanto a oferta de emprego para homens registrou aumento de 1,3%, entre as mulheres houve uma queda de 3,8%. Por outro lado, as taxas de desemprego total, entre homens e em áreas urbanas vêm melhorando sistematicamente desde 2006. Também foi registrada uma melhora, ainda que pequena, entre as mulheres e um crescimento do desemprego rural. A melhora mínima na oferta de empregos para mulheres é atribuída, em parte, aos costumes rígidos e discriminatórios adotados na maioria dos países africanos, incluindo a RUT, nos quais menos oportunidades de emprego são oferecidas para a população feminina. E a redução da oferta de empregos rurais se deve ao sólido crescimento econômico do país, que gerou mais vagas em segmentos econômicos modernos do que em setores rurais como a agricultura.

Quanto ao emprego informal, a taxa nacional é de 31,2% – embora não seja tão alto, esse percentual é bastante significativo proporcionalmente ao total da população. Como indicado na tabela acima, a taxa entre as mulheres (51,1%) é ainda maior que a dos homens (46,7%). Da mesma forma, a taxa de emprego informal em áreas urbanas é superior à registrada em áreas rurais. Esse cenário parece sugerir que o crescimento do emprego, sobretudo em áreas urbanas, não melhorou substancialmente a oferta de trabalhos decentes.

Em termos de nível de escolaridade, embora o desemprego para a população com ensino secundário e superior tenha melhorado em relação aos níveis de 2006, esse grupo ainda registra o pior resultado com 13,8%, enquanto aqueles sem nenhum grau de escolaridade apresentaram uma taxa de desemprego de 9,8%. Esses resultados continuam a reforçar a constatação de que os empregos criados ao longo desse período consistem em ocupações de baixa qualidade que exigem níveis mínimos de escolaridade.

Com relação aos jovens, a tabela 2 mostra que a taxa de desemprego seguiu caindo no período de 2000 a 2014. No entanto, a taxa de desemprego entre jovens que não estudam nem trabalham aumentou de 13,4% para 16,6% nesse mesmo período, o que pode sugerir uma queda nas taxas de matrículas em escolas primárias e secundárias. Por outro lado, nos quesitos áreas urbanas/rurais e homens/mulheres, ainda há disparidades entre a taxa de desemprego juvenil e a taxa de jovens que não estudam nem trabalham. As taxas para áreas urbanas e homens melhoraram em 2014, enquanto aquelas referentes a mulheres e áreas rurais pioraram na comparação com os níveis registrados em 2006.

As trabalhadoras e os trabalhadores rurais ocupam menos empregos decentes que seus pares masculinos e urbanos, o que é confirmado pela taxa de emprego informal (96,3% para trabalhadores do sexo feminino frente a 90,2% para trabalhadores do sexo masculino; e 97,0% para trabalhadores rurais contra 82,1% para trabalhadores urbanos; veja a tabela 2).

Tabela 3: Estabilidade e segurança no trabalho na Tanzânia

Indicador de trabalho decente	2000/2001	2006	2014
Proporção de empregados remunerados que desempenham trabalhos precários (trabalhadores ocasionais, sazonais e temporários) em relação ao total de funcionários remunerados (em %)	-	57,8	30
Homens		58,4	30,3
Mulheres		56,5	29,4
Dar es Salaam		-	24,7
Outras áreas urbanas		54,7	32,4
Áreas rurais		64,4	32,2

Proporção de trabalhadores autônomos (em setores não agrícolas) com trabalho instável em relação ao total de trabalhadores autônomos (em %)	42,4	23,7	75,7
Homens	36,8	26,3	-
Mulheres	47,4	21,4	-
Dar es Salaam	-	-	-
Outras áreas urbanas	46,3	24,7	-
Áreas rurais	35,6	21,9	-

Fontes: ILFS 2014 e Perfil do Trabalho Decente da OIT (Tanzânia continental).

A vulnerabilidade no trabalho é uma grande preocupação na Tanzânia continental, onde 83,4% dos trabalhadores têm um emprego instável (veja a tabela 4). Essa situação é mais comum em áreas rurais (93,9%), seguido de outras áreas urbanas (71,4%) e de Dar Es Salaam (44,6%). Por outro lado, as mulheres são mais vulneráveis (88,7%) que os homens (78,2%). O mesmo padrão é observado em todas as áreas geográficas, com alta incidência de vulnerabilidade entre as mulheres.

Tabela 4: Proporção de trabalhadores vulneráveis em relação ao total de empregos na Tanzânia (em %)

Área geográfica	Homens	Mulheres	Ambos os sexos
Dar Es Salaam	37,4	54,3	44,6
Outras áreas urbanas	63,2	79,4	71,4
Áreas rurais	90,9	96,8	93,9
TOTAL	78,2	88,7	83,4

Fontes: ILFS 2014 (Tanzânia continental).

3.1 Emprego no setor algodoeiro e suas características

De acordo com a OIT, condições normais de trabalho são aquelas que compreendem⁵² os seguintes elementos: ausência de trabalho forçado ou compulsório; trabalho não exploratório; remuneração adequada; adoção de uma jornada de trabalho decente; possibilidade de diálogo social entre empregador e empregado; acesso a mecanismos de resolução de controvérsias em um tribunal independente com poder de execução; e ambiente de trabalho que aplique normas de segurança e saúde adequadas.

Há grande diferença característica entre trabalhadores assalariados, trabalhadores autônomos e trabalhadores familiares.

Trabalhadores assalariados (WEW)

No sistema de produção de algodão, os trabalhadores assalariados são classificados em dois subgrupos: o trabalho assalariado comum e o trabalho forçado ou compulsório.

52 Site da OIT (2016) (série sobre condições de trabalho e emprego). Disponível em: <<http://www.ilo.org>>.

Trabalhadores assalariados comuns

Esses trabalhadores são caracterizados por manter relações de emprego de longo prazo, dentro de um sistema formal que respeita direitos trabalhistas como licença médica remunerada e assistência de saúde. Por outro lado, eles são caracterizados pela ausência de condições de trabalho básicas e suas atividades laborais são tradicionalmente remuneradas por unidade produzida (por exemplo, colheita manual), pouco supervisionadas (por exemplo, no desmatamento da área) ou intensivas em mão de obra, além de fazerem parte de sistemas de baixa produtividade. Em contextos como esses, ações concebidas para aumentar a formação profissional e o nível de qualificação dos trabalhadores rurais têm o potencial de atacar as causas originárias de deficiências nos direitos trabalhistas e, mais especificamente, de remunerações inadequadas.

Trabalho forçado ou compulsório

Trabalhadores que se enquadram nessa categoria trabalham em ambientes com graves violações de direitos trabalhistas, e essa situação é muitas vezes caracterizada e impulsionada pelos seguintes aspectos: a prática de intermediários que se oferecem para conseguir trabalhadores para os empregadores em troca de uma taxa de serviço; sólidas instituições de exclusão social (por exemplo, discriminação com base na casta ou tribo); assimetrias de informação, como no caso do analfabetismo e do distanciamento geográfico; migração laboral (informal); forte monopólio financeiro e de mão de obra; e coerção exercida pelo Estado.⁵³ No entanto, nos casos em que as relações de trabalho não envolvem servidão e são sazonais, ocasionais ou diárias, esses trabalhadores costumam ficar em situação bastante vulnerável por receberem uma renda muito baixa. Esse também é grande problema enfrentado por produtores independentes de algodão e uma característica típica dessa categoria de trabalhadores. Evidências de campo sugerem que as condições enfrentadas por trabalhadores assalariados ocasionais são mais desfavoráveis em contextos de grande disponibilidade de mão de obra, concentração do controle de terras e ausência significativa de outras oportunidades de trabalho.⁵⁴

Trabalhadores autônomos e familiares

Observou-se que os trabalhadores autônomos e familiares em sistemas de produção de algodão enfrentam incentivos estruturais para trabalhar em excesso. Em muitas culturas, isso inclui (sobretudo para mulheres) a necessidade de aliar o trabalho agrícola às tarefas domésticas. Em muitos casos, há escassez de dados sobre os rendimentos líquidos dos agricultores nos países em desenvolvimento: acredita-se que os produtores autônomos de algodão em sistemas de produção não industrializados nem sempre atinjam níveis decentes de remuneração com a atividade agrícola. Isso se deve, em grande parte, aos riscos decorrentes da variabilidade de produção e da volatilidade dos preços pagos ao produtor, ao mesmo tempo em que há debate controverso em torno do impacto da posição de mercado das empresas de descaroçamento, que costuma ser monopsonista.

3.2 Mercado de trabalho do setor algodoeiro da Tanzânia

Bens comercializados internacionalmente, como é o caso do algodão, exigem sempre o uso intensivo de mão de obra e têm grande potencial de acessar mercados internacionais com bons preços. Esses tipos de bens têm enorme potencial de aumentar a demanda por trabalhadores não qualificados em países pobres nos quais a vantagem comparativa reside na mão de obra não especializada. E essa situação tende a gerar efeitos positivos na redução da pobreza, por aumentar o nível de emprego, de renda ou de ambos. Seja

53 FAO e ICAC. *Measuring Sustainability in Cotton Farming Systems: Towards a guidance Framework*, Roma, Itália, 2015.

54 *Ibid.*

a renda ou o emprego, o que é afetado depende de duas teorias:⁵⁵ a teoria do comércio, que supõe uma oferta inelástica de mão de obra, e a teoria do desenvolvimento, que pressupõe uma oferta infinitamente elástica. A teoria do comércio, expressa pelo teorema de Stolper-Samuelson, centra-se nos efeitos sobre o salário real de trabalhadores não qualificados. Em outras palavras, a exportação de produtos intensivos em mão de obra, como o algodão, tende a aumentar o salário real de trabalhadores não qualificados devido à oferta inelástica de mão de obra.⁵⁶ A teoria do desenvolvimento, por outro lado, defende que o comércio internacional só aumenta o nível de emprego em virtude de uma oferta de mão de obra infinitamente elástica. Nesse caso, a redução da pobreza ocorre se os trabalhadores adicionais conseguirem receber salários superiores ao que recebiam em seus antigos empregos.

Como mostrado anteriormente, a cadeia de fornecimento de algodão – que inclui a produção de algodão e a indústria têxtil – emprega um enorme número de pessoas na Tanzânia. O algodão é a única cultura comercial no país que emprega mais de 400 mil pequenos agricultores, a maioria dos quais vive nas regiões mais populosas da WCGA. Durante a década de 1980, o subsetor têxtil era o maior empregador do país, empregando quase 37 mil pessoas. Com base nesse fato, os efeitos da liberalização do setor algodoeiro e têxtil na Tanzânia sobre o emprego são, portanto, muito importantes para a redução da pobreza.

3.3 Tendências e fatores que afetam o mercado de trabalho do setor algodoeiro da Tanzânia

3.3.1 Tendências relacionadas a efeitos estruturais

Na Tanzânia, a liberalização do comércio resultou em mudanças estruturais no mercado de trabalho. Um dos efeitos estruturais da liberalização comercial no país foi uma mudança significativa na estrutura de exportação, com a redução de exportações tradicionais, como café, algodão, chá e tabaco, e o aumento de exportações não tradicionais, como minerais, bens manufaturados e produtos pesqueiros (veja a figura 16 abaixo). Embora possa ser parcialmente explicada pela substituição por outras culturas, essa redução nas exportações de culturas agrícolas tradicionais é preocupante quando se consideram os efeitos da liberalização do comércio sobre o emprego, já que a agricultura gera 66,3%⁵⁷ de todos os postos de trabalho e 84,4%⁵⁸ das pessoas em situação de pobreza residem em áreas rurais.

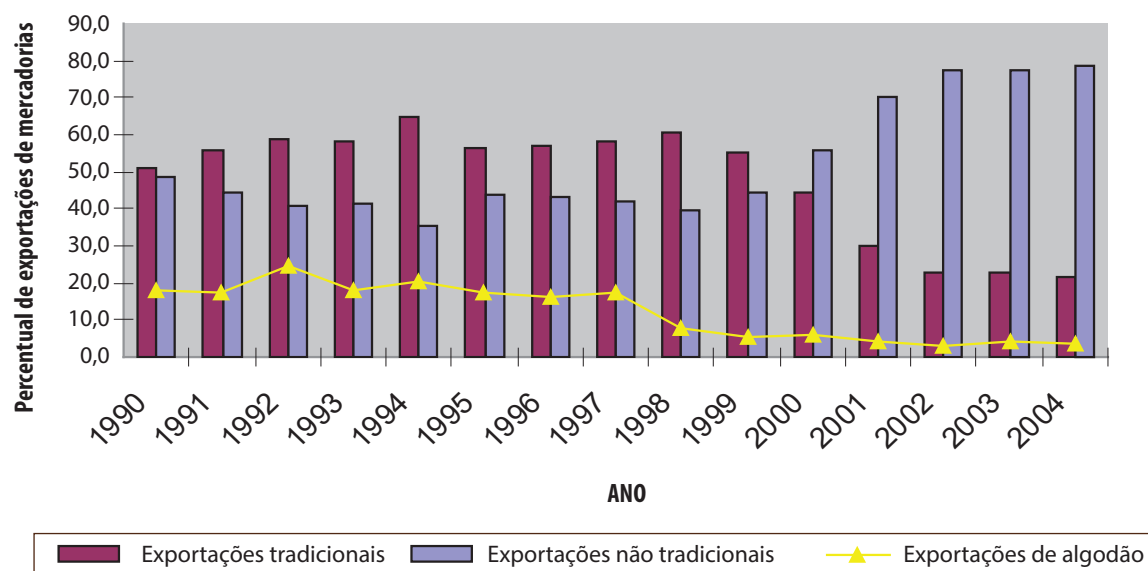
55 A elaboração dessas teorias comerciais baseia-se no trabalho de Winter (2001), derivado do artigo publicado pela ESRF – Kabelwa e Kweka (2006).

56 Essa afirmação baseia-se no trabalho de Bhagwati e Srinivassan (2000) e Conway (2004), derivado do artigo publicado pela ESRF – Kabelwa e Kweka, 2006.

57 De acordo com a Pesquisa Integrada sobre a Força de Trabalho de 2014 da RUT (2015): Relatório Analítico sobre a Tanzânia Continental.

58 NBS. *2011/12 Household Budget Survey Tanzania Mainland: main report*. Departamento Nacional de Estatísticas do Ministério da Fazenda – Dar es Salaam, 2014.

Figura 15: Exportações tradicionais e não tradicionais (%)



Fontes: Adaptado de Kabelwa e Kweka (2006)

O segundo impacto foi a migração de trabalhadores formais para o mercado informal. Embora costume gerar efeitos negativos para o trabalho assalariado urbano, já que inviabiliza a concorrência entre antigas indústrias de substituição de importações e indústrias de processamento de exportação, a liberalização do comércio foi muitas vezes associada à expansão do setor informal.⁵⁹ De acordo com a ILFS de 2014, o setor informal da Tanzânia responde atualmente por 21,7% do total de pessoas empregadas, seguido do setor privado (incluindo o formal) com 7,9%, sendo o restante distribuído pelos demais setores.⁶⁰ O setor informal é o segundo maior empregador depois da agricultura, que responde por 66,3%. Com o crescimento do número de empregos no setor informal, mais famílias, tanto em áreas urbanas como rurais, estão de uma forma ou de outra desenvolvendo atividades informais. Acredita-se que quase 42,5% de todas as famílias que vivem na Tanzânia estejam envolvidas em atividades do setor informal, o que representa ligeiro aumento de 3% em face de 2006 (39,5%).⁶¹ Aproximadamente 68,5% das famílias urbanas e 31,5% das rurais desenvolvem atividades dessa natureza. No subsetor têxtil, por exemplo, a rápida entrada de importações baratas – como foi o caso das roupas de segunda mão na década de 1990 – abriu novas oportunidades econômicas para a população urbana carente e vitalizou pequeno setor comercial informal conhecido como “Machinga”.⁶² Esses varejistas também auferem enormes lucros devido ao fato de operarem informalmente e, portanto, não caírem na malha fiscal.

O terceiro e último importante efeito estrutural é o institucional, que envolve a migração de investimentos do setor público para o privado. Essa migração foi atribuída a aumento no número de compradores privados, que foi de 10 durante a safra de 1993/1994 para 26 na safra de 2003/2004. Além disso, empresas privadas instalaram 22 fábricas de descaroçamento, aumentando o número de 33 em 1994 para cerca de 60 em 2002. A tabela 5 abaixo mostra o papel cada vez menor das Uniões de Cooperativas no manejo da cultura do algodão.

59 De acordo com a UNCTAD (2004), captado por: Kabelwa e Kweka: *The linkage between Trade, Development & Poverty Reduction (TDP): A Case Study of Cotton and Textile sector in Tanzania*, 2006.

60 Pesquisa Integrada sobre a Força de Trabalho de 2014 da RUT (2015): Relatório Analítico sobre a Tanzânia Continental.

61 *Ibid.*

62 KABELWA, G.; KWEKA, J. *The linkage between Trade, Development & Poverty Reduction (TDP): a case study of cotton and textile sector in Tanzania*, 2006.

Em 1994/1995, as Uniões de Cooperativas compraram cerca de 84% de todo o algodão em caroço e o Conselho de Algodão em Pluma e das Sementes do Algodão (TCLSB) adquiriu cerca de 6% da safra, enquanto o setor privado comprou apenas 10% da produção total. Em 2002, porém, as Cooperativas compraram menos de 10% do algodão em caroço, enquanto o setor privado foi responsável por mais de 90% dessas compras.

Tabela 5: Estatísticas de compra de algodão em caroço (safras de 1994/1994 a 2001/2002)

Safra	Cooperativas	%	Empresas privadas	%	TCLSB	%	TOTAL:
1994/1995	103.981	84	12.342	10	7.340	6	123.663
1995/1996	162.161	66	77.298	31	6.455	3	245.914
1996/1997	150.254	60	87.114	35	12.076	5	249.444
1997/1998	90.174	43	116.505	56	1.075	1	207.754
1998/1999	35.149	33	71.598	67	-	-	106.747
1999/2000	41.138	41	59.422	59	-	-	100.560
2000/2001	8.948	7	114.610	93	-	-	123.558
2000/2001	12.572	8	135.608	92	-	-	148.180

Fontes: Adaptado de Kabelwa e Kweka (2006).

3.3.2 Tendências atribuídas a efeitos na demanda de mão de obra

Os efeitos na demanda de mão de obra influenciam a tendência e evolução do crescimento do emprego, mas, por outro lado, podem ser consequência dos custos de produção, sobretudo dos custos de mão de obra. Na Tanzânia, a análise dos efeitos na demanda de mão de obra no setor algodoeiro enfoca mais as indústrias têxteis, as indústrias de processamento de algodão (empresas de descaroçamento) e os médios agricultores, pois essas são as únicas áreas nas quais suas operações exigem empregos formais ou insumos de mão de obra.⁶³ As estatísticas disponíveis mostram que a liberalização do comércio no setor têxtil foi associada a uma redução nos níveis de emprego formal. O emprego assalariado no setor têxtil caiu de uma média de 26,6% do total de empregos na indústria manufatureira entre 1991 e 1994 para uma média de 13,1% entre 2001 e 2004. O percentual de trabalhadores assalariados no setor têxtil continuou a diminuir ainda mais, alcançando uma média de 11,2 em 2015 (veja as tabelas 6 e 7). Essa tendência, no entanto, não reflete necessariamente a redução na demanda de mão de obra, mas provavelmente o colapso do setor têxtil após a liberalização comercial. Por outro lado, uma característica notável da tendência nos empregos assalariados é a mudança na evolução entre o trabalho permanente e o temporário. Enquanto o percentual de trabalhadores permanentes caiu de uma média de 98,2% entre 1991 e 1994 para uma média de 10,1% entre 2001 e 2004, a proporção de trabalhadores temporários aumentou de uma média de 1,8% para 89,9% nos mesmos períodos.

63 De acordo com KABELWA, G.; KWEKA, J. *The linkage between Trade, Development & Poverty Reduction (TDP): a case study of cotton and textile sector in Tanzania*, 2006.

Tabela 6: Tendência e evolução do emprego no setor têxtil entre (1991/1994 e 2001/2004)

	Emprego permanente		Emprego temporário		Total de empregos no setor têxtil	Total de empregos na indústria manufatureira	Proporção de empregos têxteis na indústria manufatureira
	Número	Percentual	Número	Percentual			
1991	30.624	98,5	461	1,5	31.085	124.002	25,1
1992	34.322	98,3	581	1,7	34.903	128.967	27,1
1993	34.358	97,9	644	1,8	35.085	129.456	27,1
1994	34.394	98,0	713	2,0	35.107	129.984	27,0
Média	33.425	98,2	600	1,8	34.045	128.102	26,6
2001	930	10,7	7.769	89,3	8.699	68.570	12,7
2002	911	10,3	7.932	89,7	8.843	68.296	12,9
2003	892	9,9	8.098	90,1	8.990	68.120	13,2
2004	874	9,6	8.268	90,4	9.142	68.045	13,4
Média	902	10,1	8.017	89,9	8.919	68.258	13,1

Fontes: Adaptado de Kabelwa e Kweka (2006).

Tabela 7: Tendência de emprego no setor têxtil no período de 2012 a 2015

	Total de empregos no setor têxtil	Total de empregos na indústria manufatureira	Proporção de empregos têxteis na indústria manufatureira
2012	13.490	120.840	11,2
2013	14.165	126.884	11,2
2014	14.876	133.231	11,2
2015	15.618	139.895	11,2

Fonte: Jamhuri ya Muungano wa Tanzania (RUT) 2016.

Nas indústrias de processamento de algodão (ou seja, nas empresas de descaroçamento), os empregos geralmente são de curta duração e grande parte das ocupações é temporária – essa revelação foi corroborada durante a pesquisa de campo. Embora a equipe de pesquisa não tenha tido a oportunidade de se reunir com os trabalhadores porque a temporada de beneficiamento de algodão ainda não havia começado, a direção das empresas de descaroçamento visitadas reconheceu que mais de 85% de todos os funcionários são temporários⁶⁴ (15% são sazonais, 75% são ocasionais e apenas 10% trabalham em regime permanente). Entre outras, podemos citar as seguintes ocupações: engenheiros, técnicos, chefes de turno, agentes comerciais, motoristas, ajudantes de motorista e trabalhos ocasionais. A maioria dos trabalhadores qualificados assina um contrato de três meses, enquanto a maior parte dos trabalhadores não qualificados recebe ofertas de empregos temporários. Tanto a pesquisa da equipe como o estudo realizado em 2006 por Kabelwa e Kweka constataram que os trabalhadores temporários geralmente trabalham em três turnos de oito horas cada. O número de funcionários por turno varia entre 25 e 100 trabalhadores. Uma das principais razões citadas pelas empresas de descaroçamento para preferir trabalhadores temporários e sazonais é que a maioria delas opera abaixo da ca-

64 De acordo com a GAKI e a Alliance Gineries, a temporada de beneficiamento de algodão normalmente começa em julho e termina em novembro de cada ano.

pacidade devido ao fornecimento inadequado de matérias-primas,⁶⁵ de modo que essa prática teria o objetivo de economizar custos. Por outro lado, alguns dizem que as empresas de beneficiamento de algodão preferem funcionários temporários ou ocasionais para não pagar os impostos e altos custos trabalhistas associados a funcionários permanentes e para ter flexibilidade nas baixas temporadas.⁶⁶

Entre os agricultores, os dados sobre emprego na cultura de algodão são escassos. No entanto, muitos produtores de algodão trabalham de forma sazonal e possuem apenas pequenas propriedades rurais. Há casos de propriedades médias com uma área de aproximadamente 40 hectares, mas praticamente não há fazendas de grande escala. Os donos de propriedades médias contratam trabalhadores externos, pois o cultivo de algodão é um empreendimento muito tedioso. O trabalho envolve atividades como a preparação da terra, capina e colheita. A maioria dos grandes agricultores utiliza tratores alugados para preparar a terra, ao custo de cerca de 96 mil xelins tanzanianos por hectare. Outros gastos incluem a colheita e o transporte, que custam 144 mil xelins tanzanianos por hectare (veja o Anexo 3). Os médios agricultores às vezes contratam membros de grupos de dança locais para atividades de capina e colheita.

A demanda de mão de obra é uma demanda derivada.⁶⁷ Os produtores obtêm retorno com a venda da sua produção e empregam mão de obra como um dos insumos do processo produtivo. Dessa forma, o desejo do produtor de aumentar sua produção é a principal fonte de demanda de mão de obra.

3.3.3 Tendências atribuídas a efeitos na oferta de mão de obra

A renda do trabalho assalariado e não assalariado é o principal determinante da oferta de mão de obra no setor algodoeiro e têxtil na Tanzânia. A decisão do produtor de empregar mão de obra assalariada depende, principalmente, dos salários oferecidos em relação aos rendimentos recebidos em ocupações não assalariadas. Como as atividades de cultivo de algodão são sazonais, muitas pessoas ficam sem emprego após o fim da safra e, em muitos casos, preferem oferecer sua mão de obra para as indústrias de processamento de algodão ou têxteis em regime assalariado.

Os salários baseiam-se no salário mínimo nacional⁶⁸ e diferem dependendo da escolaridade e experiência dos trabalhadores. A evolução da renda do trabalho no subsetor têxtil mostra uma redução em relação a outros setores industriais, apesar do aumento absoluto registrado durante a maior parte dos anos 1990 e 2000 (veja a tabela 8). Os setores só mostraram sinais de ligeira recuperação nos últimos anos (veja a tabela 9). Cabe destacar que a maioria das indústrias têxteis emprega cerca de 1,2 mil trabalhadores permanentes e temporários, dos quais 30 a 40% são permanentes.

65 Segundo a TCA, a maioria das empresas de descaroçamento opera com uma capacidade igual ou inferior a 35% e algumas já encerraram suas atividades. Durante 2014/2015, apenas 22 das 68 empresas de descaroçamento privadas que operavam na década de 2000 conseguiram comprar algodão dos agricultores.

66 KABELWA, G.; KWEKA, J. *The linkage between Trade, Development & Poverty Reduction (TDP): a case study of cotton and textile sector in Tanzania*, 2006.

67 *Ibid.*

68 O salário mínimo atualmente vigente para trabalhadores de fábricas na Tanzânia é de 100 mil xelins tanzanianos por mês.

Tabela 8: Tendência e evolução da renda do trabalho no setor têxtil entre 1991/1994 e 2001/2004

	Salários		Outros pagamentos		Renda total do trabalho no setor têxtil	Renda total do trabalho na indústria manufatureira	Proporção de empregos têxteis na indústria manufatureira
	Milhões de xelins tanzanianos	Percentual	Milhões de xelins tanzanianos	Percentual			
1991	2.279	72,0	887	28,0	3.166	15.218	2,3
1992	2.507	66,9	1.242	33,1	3.749	18.316	1,8
1993	2.638	62,0	1.614	38,0	4.252	21.093	1,5
1994	3.164	62,0	1.937	38,0	5.101	25.307	1,2
Média	2.647,0	65,7	1.420,0	34,3	4.067,0	19.983,5	1,7
2001	3.344	84,8	601	15,2	3.945	69.811	2,1
2002	4.300	86,9	651	13,1	4.951	75.680	1,8
2003	7.626	91,5	705	8,5	6.213	82.512	1,5
2004	9.700	92,7	763	7,3	7.798	90.478	1,2
Média	6.242,5	89,0	680,0	11,0	5.726,8	79.620,3	1,6

Fonte: Adaptado de Kabelwa e Kweka (2006).

Tabela 9: Tendência e evolução da renda do trabalho no setor têxtil no período de 2012 a 2015

	Renda do trabalho no setor têxtil em milhões de xelins tanzanianos	Renda do trabalho na indústria manufatureira em milhões de xelins tanzanianos	Renda do trabalho têxtil na indústria manufatureira
2012	16.002	439.581	3,6
2013	16.802	461.558	3,6
2014	17.642	484.634	3,6
2015	18.524	508.864	3,6
Média	17.242,5	473.659,3	3,6

Fonte: Jamhuri ya Muungano wa Tanzania (RUT) 2016.

Nas indústrias de processamento de algodão (ou seja, nas empresas de descaroçamento de algodão), os salários também dependem do nível de escolaridade e experiência. Nas empresas pesquisadas, os salários médios para os cargos de engenheiro, chefe de turno e técnico totalizaram, em média, 735.000 xelins tanzanianos (US\$ 350,00), 210.000 xelins tanzanianos (US\$ 100,00) e 168.000 xelins tanzanianos (US\$ 80,00) por mês, respectivamente, enquanto o salário médio de trabalhos temporários é de 3.150 xelins tanzanianos (US\$ 1,5) por turno de 8 horas. As mulheres, que representam a camada mais pobre da população nas regiões produtoras de algodão, geralmente são contratadas como trabalhadoras temporárias (em geral, constituem cerca de 25 a 40% da mão de obra temporária) e, devido aos baixos salários, não se beneficiam do emprego assalariado.

No que se refere ao trabalho não assalariado, a maioria dos pequenos produtores de algodão emprega sua mão de obra em atividades agrícolas ou não agrícolas informais. Nas atividades agrícolas, os rendimentos dependem, por um lado, dos custos de produção e transação e, por outro, dos preços de exportação. Quanto aos custos de produção, os produtores de algodão conseguiam auferir lucros durante os anos 2000 após a liberalização, quando retinham mais da metade do preço ao produtor devido à redução dos custos de transação. Em 2004, por exemplo, o preço ao produtor era de 300 xelins tanzanianos e o custo de produção era

de aproximadamente 170 xelins tanzanianos.⁶⁹ Ao longo do tempo, porém, devido ao aumento dos custos de produção e às mudanças climáticas, os únicos agricultores que auferem lucro são aqueles que possuem terras, com as quais conseguem obter pequena margem de aproximadamente 15% pelos seus esforços. Agricultores que arrendam terras não auferiram nenhum lucro este ano (veja o Anexo 3). Ao contrário do período pré-liberalização, hoje os agricultores recebem à vista, já que não são permitidas compras a crédito. Além disso, a eliminação do controle de preços agrícolas e a liberalização dos esquemas de comercialização promoveram uma mudança significativa ao transferir os rendimentos agrícolas dos conselhos de comercialização para pequenos agricultores. Vários dados sugerem que a participação do produtor nos preços de exportação aumentou, embora a diferença entre os dois tenha aumentado em termos nominais em xelins tanzanianos. Os aumentos na participação dos produtores são benéficos para a oferta de mão de obra e produção e devem ser promovidos por políticas de apoio à organização dos agricultores e à criação de mercados centrais.

Outro fator determinante da oferta de mão de obra na Tanzânia é a propriedade de terras. A disponibilidade de terras é muito limitada nas regiões produtoras de algodão e muitos agricultores possuem apenas pequenas propriedades rurais. Assim, em face da necessidade de aumentar seus rendimentos laborais, muitos pequenos agricultores de algodão optam por duas alternativas principais: aumentar a produtividade ou usar parte do seu tempo em atividades não agrícolas. A produtividade ainda é extremamente baixa na Tanzânia, o que é explicado, em parte, pela ausência de linhas de crédito para a aquisição de insumos após o colapso das operações anteriormente gerenciadas pelas Uniãos de Cooperativas Regionais. Em decorrência da baixa produtividade das fazendas de algodão, muitos produtores se aproveitam de brechas no sistema de mercado liberal para aumentar a quantidade do algodão em detrimento da qualidade do produto.

Em 1999, a Federação Internacional de Fabricantes Têxteis afirmou que o algodão em pluma produzido na Tanzânia era um dos algodões “de origem nacional” mais contaminados do mundo.⁷⁰ Entre outras, foram citadas as seguintes razões para a redução da qualidade da fibra de algodão da Tanzânia desde a liberalização: mistura de variedades de sementes previamente zoneadas, extinção dos procedimentos de classificação no momento da compra primária e diminuição do uso de inseticidas. Desde então, a qualidade da fibra produzida na Tanzânia nunca melhorou. Soma-se a esses fatores a falta de recursos para o monitoramento e fiscalização por parte do TCB e o fato de que diversos compradores precisam adquirir o algodão em caroço para cumprir contratos de fornecimento futuros e pagar empréstimos pendentes. Como constatado na avaliação de campo, a contaminação do algodão é agravada por agentes compradores desonestos que costumam adulterar balanças para obter maior volume de algodão dos agricultores. Como resposta a essa situação, os agricultores tendem a contaminar o algodão em caroço com materiais estranhos como areia, sal, pedras, água, óleo de lagarto etc., para compensar o valor perdido devido a medições imprecisas. Antes da liberalização comercial, o algodão produzido na Tanzânia era comprado com ágio. Desde a liberalização, porém, o algodão é comprado com um deságio de quase seis centavos de dólar por quilo.⁷¹

Para manter um padrão de alta qualidade do algodão em pluma, é necessário adotar procedimentos de controle em toda a cadeia de abastecimento. Nesse ponto, existe um conflito entre o TCB e os produtores de algodão, que em sua maioria são analfabetos ou desinformados. Além disso, a situação tem sido agravada por ilegalidades cometidas por empresas privadas. Essas empresas adotam algumas práticas exploratórias (como adulterar balanças para enganar os produtores) e, em resposta, os agricultores geralmente não se importam muito com a qualidade do algodão. Alguns agricultores, por exemplo, molham o algodão ou usam outros artifícios para aumentar seu peso. Os primeiros prejudicados nesse processo são as empresas de descaroçamento, que precisam arcar com custos de manutenção em decorrência do processamento de um algodão deliberadamente estragado. A culpa

69 KABELWA, G.; KWEKA, J. *The linkage between Trade, Development & Poverty Reduction (TDP): a case study of cotton and textile sector in Tanzania*, 2006.

70 *Ibid.*

71 *Ibid.*

dessa situação também é do governo, já que o TCB e o Instituto de Pesos e Medidas (WMA) não têm desempenhado seu papel regulador e de supervisão com a devida rigorosidade. As duas instituições enfrentam limitações em termos de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura. O TCB, por exemplo, deveria ter pelo menos um inspetor de algodão para supervisionar duas aldeias durante a temporada de cultivo de algodão e um número máximo de 100 postos de compra durante a temporada de compra, mas atualmente a organização só conta com 29 inspetores em toda a região da WGCA, que é formada por nove regiões com 35 distritos. De acordo com o TCB, esses distritos têm cerca de quatro mil aldeias e entre seis e oito mil postos de compra, o que significa que um inspetor de algodão precisa supervisionar 138 aldeias e 207 a 276 postos – uma tarefa praticamente impossível. Por outro lado, o WMA, que é responsável pela fiscalização de balanças durante a temporada de compra, têm apenas 10 funcionários para cobrir toda a Zona do Lago. Além disso, essas duas importantes instituições enfrentam sérias limitações em termos do poder legal necessário para cumprir suas obrigações devido às ultrapassadas leis que as criaram. Por exemplo, a Lei de Pesos e Medidas (CAP 340), que foi revista em 2002, determina que qualquer pessoa que cometa infrações relacionadas a adulterações de pesos e medidas ou de balanças de pesagem deve ser punida com multa de 10 mil xelins tanzanianos ou pena de três anos de prisão, o que representa uma punição muito branda e insuficiente para coibir os infratores em circunstâncias normais, já que eles costumam pagar a multa para não serem presos.

Além de aumentar a produtividade, os produtores de algodão podem optar por desenvolverem outras atividades agrícolas ou não agrícolas. A migração de trabalhadores do setor agrícola (para exercer ocupações não agrícolas e empregos em áreas urbanas) é um dos fatos estilizados do desenvolvimento econômico.⁷² Apesar de lenta, a mobilidade laboral nas áreas de cultivo de algodão tem sido significativa. Durante o estudo, verificou-se que a dependência do algodão como meio de subsistência diminuiu de forma considerável. A maioria dos produtores de algodão atualmente desenvolve outras atividades como, por exemplo, o cultivo de leguminosas, girassol, arroz com casca e hortaliças, atividades pecuárias, pesca e outros pequenos negócios. Por outro lado, alguns afirmam ter havido conflitos políticos relacionados à promoção de atividades agrícola e não agrícolas na Tanzânia.⁷³ Embora a Política Nacional de Emprego incentive o desenvolvimento de ocupações rurais não agrícolas, a Estratégia de Desenvolvimento do Setor Agrícola (ASDS) do Ministério da Agricultura considera que o emprego não agrícola compete por uma oferta limitada de mão de obra rural e, portanto, a migração rural-urbana reduz a força de trabalho agrícola.⁷⁴

3.4 Retorno sobre o trabalho

Uma análise do setor algodoeiro da Tanzânia indica que, nos últimos 10 a 15 anos, o retorno sobre o trabalho dos produtores de algodão e outros trabalhadores que trabalham em fábricas têxteis e de beneficiamento de algodão foi afetado pelos seguintes fatores:

- i. Aumento dos custos de insumos e menor produtividade por área cultivada

Antes da liberalização do mercado, as sociedades cooperativas primárias ou autoridades competentes forneciam gratuitamente ou financiavam os insumos e era mais fácil garantir o pagamento desses empréstimos. Com a liberalização do mercado, porém, a tarefa de recuperar os empréstimos concedidos aos produtores para a aquisição de insumos tornou-se muito difícil e as empresas de descaroçamento e sociedades cooperativas estão menos dispostas a fornecer esses produtos aos agricultores. Com isso, os produtores de algodão precisam contar com insumos fornecidos pelo CDTF/TCB ou comprar os produtos em lojas agrícolas. Como o mercado de insumos não é bem regulado, os agricultores acabam pagando caro por insumos de baixa qualida-

72 KABELWA, G.; KWEKA, J. *The linkage between Trade, Development & Poverty Reduction (TDP): a case study of cotton and textile sector in Tanzania*, 2006.

73 *Ibid.*

74 *Ibid.*

de e há anos esse fator tem sido um dos principais responsáveis pelo aumento dos custos de produção e pela queda da produção do algodão por área cultivada.

ii. Preço pago e inflação

Embora o preço do algodão pago aos produtores venha crescendo em termos nominais, o valor absoluto tem apresentado estabilidade ou queda devido ao aumento da inflação (veja as figuras 17 e 18) e ao crescimento dos custos de produção.

Figura 17: Preço líquido pago aos produtores de algodão por kg entre 2006 e 2015

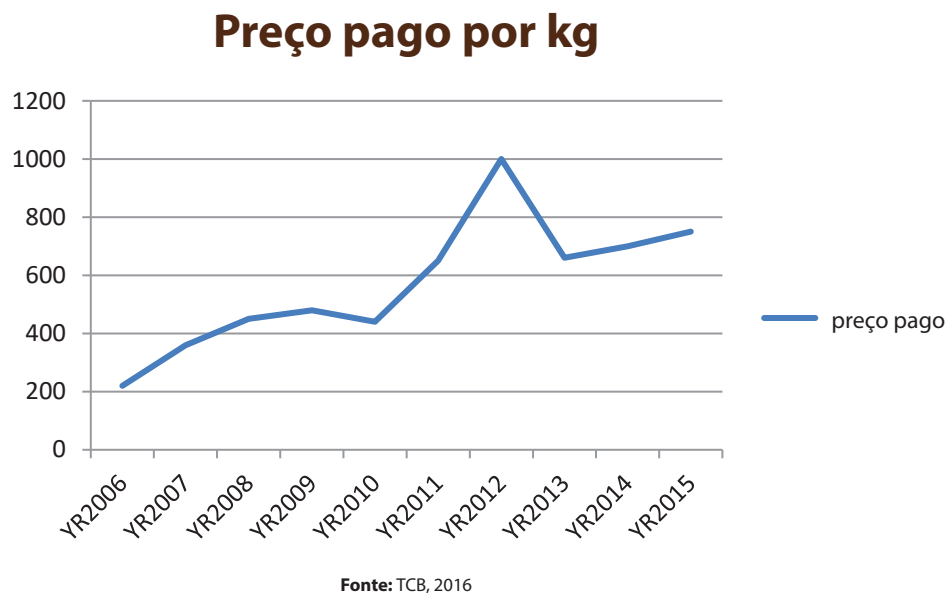
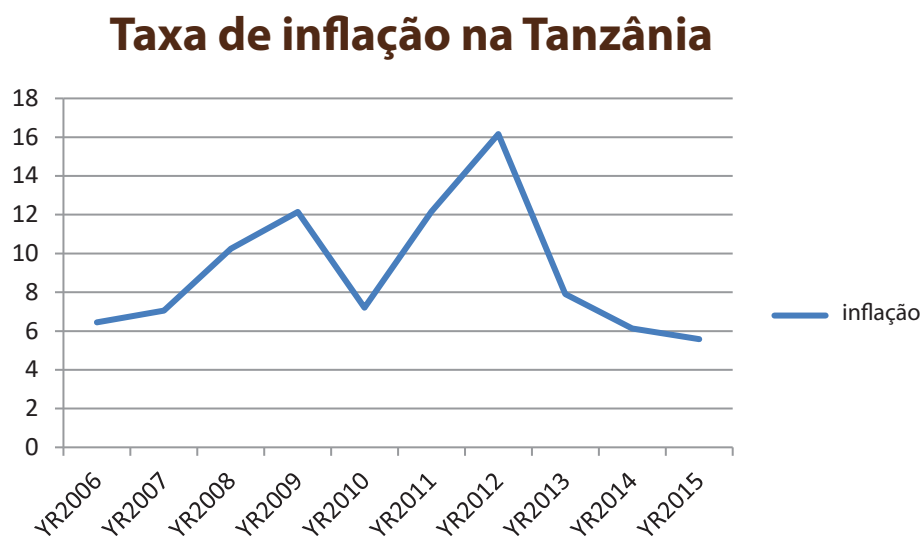


Figura 18: Taxa de inflação na Tanzânia entre 2006 e 2015

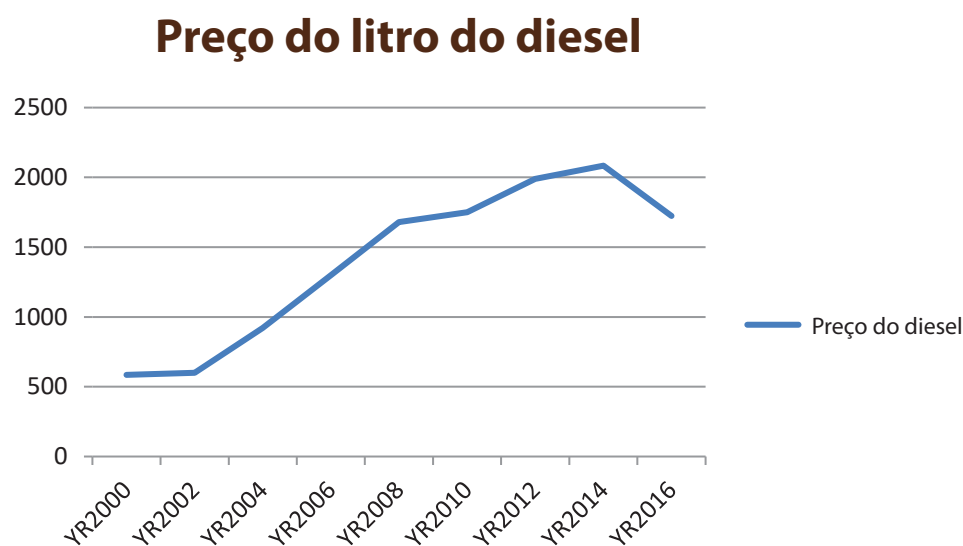


iii. Incerteza no mercado mundial e altos custos de transporte

Após a liberalização do mercado no final da década de 1990, o algodão da Tanzânia passou a enfrentar problemas para manter os padrões de qualidade exigidos pelo mercado de exportação, um fenômeno que até hoje continua a assombrar o subsetor e que tem sido um dos principais responsáveis pela diminuição do preço médio do algodão pago ao produtor.

Além disso, as exportações de algodão na Tanzânia envolvem altos custos de transporte, já que as áreas produtoras situam-se longe da costa e, diferentemente de outros produtos primários de exportação, o algodão apresenta baixa relação valor/volume. O rápido crescimento dos preços de combustíveis nos últimos 15 anos (veja a figura 19) reduziu mais os preços pagos aos produtores de algodão do que os de outros produtos de exportação com uma maior relação valor/volume.⁷⁵ Da mesma forma, os preços dos insumos usados nas fazendas, que aumentam de acordo com a distância até a costa, desempenharam papel fundamental no aumento dos custos de produção do algodão, o que acaba reduzindo os preços pagos aos agricultores.

Figura 19: Preço do combustível diesel por litro na Tanzânia (2000-2016)



Fonte: www.energypedia/wiki/fuel_prices_Tanzania. Setembro de 2016.

iv. O fornecimento de energia para as fábricas é caro e pouco confiável

Embora o fornecimento de energia tenha se estabilizado no último ano, a Tanzânia registrou casos frequentes de racionamentos, quedas de energia e baixa tensão na última década que, de uma forma ou de outra, foram responsáveis pelo baixo desenvolvimento e desempenho do subsetor de produção de algodão. Além disso, as tarifas de energia elétrica do país são muito altas em comparação com outros países em desenvolvimento produtores de algodão. Entre 2007 e 2012, por exemplo, as tarifas cobradas na Tanzânia praticamente duplicaram, passando de US\$ 0,07 por kWh em dezembro de 2007 para US\$ 0,13 por kWh em janeiro de 2012, frente a um valor médio de US\$ 0,05 por kWh em outros países em desenvolvimento como a Índia e o Brasil.⁷⁶ Isso minou a competitividade da maioria das empresas de descaroçamento e fábricas têxteis, a ponto de algumas fecharem

⁷⁵ World Bank. *Agriculture in Tanzania since 1986: follower or leader to growth*. Banco Mundial, Estudo de País, Washington D.C., 2000.

⁷⁶ MOSSES, K. C. A study on the performance of textile sector in Tanzania-Challenges and ways forward. *International Academic Research Journal of Business and Management*, vol. n. 4, edição n. 5, fev./2016, p. 1-14, 2016.

as portas e outras reduzirem o nível de operação para conseguir sobreviver. Quem sofre o impacto final da conjunção de todos esses fatores são os trabalhadores de fábricas e produtores de algodão.

v. Excesso de impostos

Outro desafio enfrentado pelos produtores de algodão e pela indústria têxtil é o pagamento de diversos impostos cobrados pelos governos central e local. As empresas acreditam que todos esses tributos deveriam ser consolidados em um único imposto, permitindo que a empresa pague todas as taxas de uma só vez e em um local específico. Além de desestimular os contribuintes, a multiplicidade de impostos aumenta o número de processos de tributação envolvidos e os custos das empresas, frustrando suas operações. Na Tanzânia, por exemplo, as empresas pagam 6% sobre a folha de pagamento para o fundo de capacitação e desenvolvimento, 0,3% sobre o faturamento anual para a taxa de serviços urbanos e 5% sobre os preços pagos ao produtor – apenas para citar alguns. O importante aqui é ressaltar que essa sucessão de taxas aumenta o custo de fazer negócios e reduz a competitividade nos mercados interno e externo, o que acaba afetando significativamente os produtores e trabalhadores do setor.

Os fatores descritos acima contribuíram muito não só para minar a competitividade do setor algodoeiro da Tanzânia, mas também para reduzir o retorno sobre o trabalho dos produtores de algodão e funcionários de fábricas de processamento de algodão e têxteis. Diante desse cenário, os produtores estão se sentindo desmoralizados e já começaram a substituir o cultivo de algodão por outras culturas mais rentáveis, como leguminosas, girassol, milho, arroz etc. Isso também levou algumas empresas de descaroçamento a fechar suas fábricas, enquanto outras reduziram o nível de atividade, seja diminuindo as compras de algodão, empregando menos trabalhadores e/ou reduzindo salários. Essa constatação é corroborada pelo declínio constante da produção total de algodão ano após ano.

3.5 Categorias de pequenos produtores de algodão na Tanzânia

Embora não tenham sido confirmados pela pesquisa, os dados disponíveis na Tanzânia indicam que o setor algodoeiro é amplamente dominado por pequenos agricultores que detêm propriedades com uma área média de 0,5 a 10 hectares cada.⁷⁷ A área média plantada por produtor costuma oscilar a cada ano dependendo de vários fatores, como clima, preços futuros e disponibilidade e aplicação de insumos. Os dados disponibilizados pelo TCB indicam que, no período de 10 anos entre 1997/1998 e 2006/2007, a área média de produção por produtor por ano variou de 0,47 a 1,6 há.⁷⁸ Além disso, um estudo realizado por Poulton e Maro em 2009 propôs quatro categorias de famílias produtoras de algodão que vivem na região da WCGA, a saber: produtores com uma área de 0 a 0,9 ha (que representam 40% de todos as famílias pesquisadas), produtores que têm uma área de 1 a 1,9 ha (29% do total de famílias), produtores cuja área é de 2 a 3,9 ha (24% do total de domicílios pesquisados) e, por último, aqueles com uma área igual ou superior a 4 ha (6% de todos os domicílios). Quanto às características de produção, esse estudo revelou que os grupos 2 e 3 apresentaram muitos comportamentos e traços semelhantes. A tabela 10 abaixo resume as características de produção de cada grupo.⁷⁹

77 POULTON, C.; MARO, W. *Comparative analysis of organization and performance of Africa cotton sectors: the cotton sector of Tanzania*. Elaborado para o Banco Mundial.

78 *Ibid.*

79 Com base na safra de algodão de 2006 e nos preços pagos durante aquele ano.

Tabela 10: Categorias dos produtores de algodão na Tanzânia

Grupo 1 (0 a 0,9 ha)	Grupo 2 (2 a 3,9 ha)	Grupo 3 (4 a 10 ha)
- Os custos de produção por kg de semente de algodão são baixos em termos absolutos. - O custo de produção é consideravelmente inferior ao preço médio do algodão em caroço pago em 2006. - Os rendimentos são semelhantes aos que eles receberiam se trabalhassem para outras pessoas. - Com base na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as famílias deste grupo vivem nitidamente em situação de pobreza. As famílias deste grupo costumam ter rebanhos menores, cultivar culturas alimentares em áreas menores e não gerar renda com outros negócios. - Embora as quantias recebidas não sejam grandes, a produção de algodão desempenha papel importante nas atuais estratégias de subsistência deste grupo, já que o produto tem um mercado garantido e, por isso, os produtores podem contar com ele para gerar renda. - As famílias deste grupo enfrentam sérias restrições de produção que limitam sua capacidade de buscar melhores preços – ou mesmo serviços – no curto prazo. Assim, elas têm maior chance de permanecer em situação de pobreza em qualquer cenário plausível de uma melhora no desempenho do setor do algodão.	- Os custos de produção por kg de semente de algodão são baixos em termos absolutos. - O custo de produção é consideravelmente inferior ao preço médio do algodão em caroço pago em 2006. - Com base na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as famílias deste grupo vivem nitidamente em situação de pobreza. As famílias deste grupo costumam ter rebanhos menores, cultivar culturas alimentares em áreas menores e não gerar renda com outros negócios. - Embora as quantias recebidas não sejam grandes, a produção de algodão desempenha papel importante nas atuais estratégias de subsistência deste grupo, já que o produto tem um mercado garantido e, por isso, os produtores podem contar com ele para gerar renda. - As famílias deste grupo possuem alguns recursos (terra, arado e gado) para expandir a produção de algodão em caso de melhoria do potencial de rentabilidade da produção de algodão. - As famílias deste grupo contratam regularmente mão de obra (embora alguns familiares também trabalhem para outras pessoas).	- Os custos de produção por kg de semente de algodão são baixos em termos absolutos. - O custo de produção é consideravelmente inferior ao preço médio do algodão em caroço pago em 2006. - Os rendimentos do trabalho são moderadamente atrativos. - O trabalho familiar consiste essencialmente em gerenciar e supervisionar os trabalhadores contratados. - Com base na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as famílias deste grupo não vivem em situação de pobreza. - As famílias deste grupo costumam ter um rebanho de gado considerável e/ou gerar renda com algum outro negócio (ou talvez até um salário em aldeias acessíveis). - As famílias deste grupo são muitas vezes (mas nem sempre) grandes – algumas famílias poligâmicas chegam a ter mais de 20 membros. Por essa razão, a renda <i>per capita</i> varia de acordo com o número de dependentes. - Nas famílias deste grupo, o número de trabalhadores contratados é consideravelmente maior que o de familiares dedicados às plantações de algodão.

Fonte: Adaptado de Poulton e Maro (2009).

4 Direitos trabalhistas na Tanzânia

4.1 Trabalho infantil

O trabalho infantil é definido nestas três principais convenções internacionais:

- Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) das Nações Unidas;
- Convenção sobre a Idade Mínima da OIT, 1973 (n. 138); e
- Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil da OIT, 1999 (n. 182). A Tanzânia ratificou todas as três convenções.

A definição mais geral de trabalho infantil é “qualquer trabalho realizado por uma criança que possa ser perigoso, interferir com a educação da criança ou ser prejudicial à sua saúde ou ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social”.

Nos termos da Convenção sobre a Idade Mínima da OIT, os governos devem especificar uma idade mínima para admissão ao emprego, abaixo da qual nenhuma criança poderá ser empregada.⁸⁰ Essa idade não deve ser inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória e nunca inferior a 15 anos (ou 14 anos, no caso de países em desenvolvimento que tenham solicitado essa exceção no momento da ratificação). A Convenção n. 138 também concede permissão excepcional para trabalho leve a partir dos 13 anos (ou 12 nos países em que a idade mínima geral é 14), desde que o trabalho não interfira a educação escolar da criança e não seja física, mental ou socialmente prejudicial. O trabalho leve só pode ser aplicado quando a legislação nacional especifica as atividades e condições que podem ser consideradas como trabalho leve. A idade mínima para trabalho perigoso é 18 anos de idade.

Com relação às piores formas de trabalho, a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil da OIT aborda questões como a escravidão por dívida, o trabalho forçado, o tráfico e o que é comumente designado como “trabalho infantil perigoso”, referenciado no Artigo 3(d) e definido como “trabalho que, pela sua natureza ou pelas condições em que é exercido, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moralidade das crianças”. O trabalho infantil perigoso é considerado mais relevante nos setores agrícolas, porque a agricultura é uma das ocupações mais perigosas em termos de lesões relacionadas ao trabalho, doenças e morte.⁸¹ Nos termos dessa convenção, cabe aos países definir quais atividades, tarefas e condições são consideradas perigosas e vedadas a menores de 18 anos.⁸² Essas definições podem fazer referência concreta a tipos de cultivo ou serem mais genéricas – por exemplo, manusear ou aplicar agrotóxicos ou manusear as plantas e o solo por um certo período após a aplicação, usar ferramentas perigosas, trabalhar à noite, trabalhar mais que determinado número de horas por semana ou erguer e transportar cargas acima de certos limites estabelecidos por faixa etária e sexo. Em nível nacional, as Convenções da OIT são vinculantes aos Estados signatários.

A RUT ratificou diversas Convenções da OIT sobre trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva. Subsequentemente, o governo promulgou várias leis, descritas a seguir, para se alinhar às convenções ratificadas.

80 FAO e ICAC. *Measuring sustainability in cotton farming systems: towards a guidance framework*, Roma, Itália, 2015.

81 *Ibid.*

82 A lista de trabalhos perigosos na Tanzânia é apresentada na seção 4.1.1.

4.1.1 Arcabouço jurídico e político da Tanzânia sobre trabalho infantil

O trabalho infantil na Tanzânia é regulado pelas seguintes leis e políticas, que estão alinhadas às convenções internacionais supramencionadas:⁸³

Lei do Emprego e Relações Trabalhistas n. 6 de 2004

Essa lei contém disposições sobre *direitos trabalhistas básicos*, *estabelece padrões de emprego básicos*, regula a prevenção e a resolução de conflitos e fornece uma estrutura para negociação coletiva e questões relacionadas.

Lei da Criança de 2009

Essa lei foi promulgada para reformar e consolidar a legislação relacionada às crianças, estipular os direitos da criança e promover, proteger e manter o bem-estar infantil com o objetivo de colocar em prática as convenções internacionais e regionais sobre os direitos da criança; controlar a filiação, guarda temporária, adoção e custódia infantil; regular mais detalhadamente o emprego e a aprendizagem profissional; e dispor sobre crianças em conflito com a lei e assuntos relacionados.

Lei dos Delitos Sexuais e Disposições Especiais de 1998

Essa lei inclui penalidades para abuso sexual, exibição indecente ou manutenção de relações sexuais com crianças menores de 18 anos de idade. O Código Penal da Tanzânia Continental também proíbe e define penalidades para o uso deliberado dos proventos da prostituição.

Lei contra o tráfico de pessoas n. 6 de 2008

Essa lei abrange todos os aspectos do tráfico de pessoas, e a Seção 6 (1) classifica o tráfico de crianças como “tráfico grave”. A Seção 6 (4) estipula penas mais pesadas para esse crime que para o tráfico de adultos, conforme indicado na Seção 7 (3).

Lista de trabalhos perigosos

Uma lista de trabalhos perigosos foi preparada após uma consulta tripartite em nível nacional. A lista fornece orientações às partes envolvidas para a identificação do trabalho infantil e suas piores formas. Na Tanzânia, a lista de ocupações perigosas é a seguinte:

i. Setor agrícola

Aplicação de agrotóxicos e fertilizantes, colheita e triagem usando ferramentas e equipamentos perigosos ou colheita de plantas potencialmente tóxicas, plantio sob condições que acarretem risco ou perigo à saúde da criança, pastoreio de grandes rebanhos, operação de maquinário agrícola, assistência a técnicos em oficinas agrícolas sem a adoção de medidas de segurança, transporte de resíduos para descarte, limpeza de instalações comerciais de abate, limpeza de equipamentos de pulverização, coleta e transporte de lenha para empresas.

ii. Setor da pesca

Lançamento e recolhimento de redes, triagem de peixes, cozinhar para fins comerciais, transporte de blocos de gelo, evisceração, escamação, corte, salga e secagem de peixes.

⁸³ De acordo com Plano de Ação Nacional da RUT para a Erradicação do Trabalho Infantil (2009), Ministério do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento da Juventude, junho de 2009.

iii. Indústrias extrativas

Escavação de poços, galerias ou valas, transporte de minérios do poço, perfuração e dinamitação, moagem ou peneiração de minérios, nivelamento de areia seca ou úmida, transporte de água, amalgamação e tratamento de minérios.

iv. Setor da construção civil

Mistura de cimento, pintura, assentamento de tijolos (argila/cimento), escavação de valas, transporte de água, transporte de tijolos, operações de escavação, operações de demolição, operação de equipamentos motorizados, armazenagem de brita em pedreiras e transporte para o local da obra.

v. Setor de serviços (domésticos)

Reparo de equipamentos e instalações, fornecimento de assistência e cuidados pessoais em lares de idosos, transporte de lenha e outros combustíveis e fornecimento de serviços de segurança.

vi. Setor de serviços (serviços de hotelaria e restaurante)

Limpeza de janelas, lavagem de roupa de cama e mobiliário de áreas externas, transporte de água, arrumação de camas, coleta de lenha, preparação de alimentos (bancas de venda de rua), limpeza de piscinas e lavagem de grandes quantidades de pratos.

vii. Setor de serviços (serviços comunitários)

Serviços de sapataria, reparos elétricos, conserto de automóveis, pintura, coleta de lixo, lavanderias, venda de água, revirar lixo, venda de alimentos na rua, mendicância ou uso de crianças para mendicância nas ruas.

Políticas de Desenvolvimento Infantil de 2008

As Políticas de Desenvolvimento Infantil de 2008 concentram-se na erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil (PFTI) e estabelecem outras disposições com implicação indireta na erradicação do trabalho infantil.

A Política de Desenvolvimento Infantil de 1996

A Política de Desenvolvimento Infantil de 1996 reconhece os direitos da criança à nutrição, saúde e abrigo, educação, segurança e proteção contra a discriminação.

A Política de Educação e Treinamento de 1995

A Política de Educação e Treinamento de 1995 incorpora as preocupações com a erradicação do trabalho infantil, orientando, sincronizando e harmonizando todas as estruturas, planos e práticas para garantir, entre outros objetivos, o acesso, a equidade e a qualidade dos níveis pré-primário e primário de educação e estabelecendo mecanismos eficientes de gestão, administração e financiamento do ensino nesses dois níveis. A política também declara categoricamente que a educação primária, que consiste em um ciclo educacional de sete anos, continuará sendo de matrícula e presença compulsórias para crianças na faixa etária de 7 a 13+ anos.

Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza (NSGRP II/MKUKUTA II)

A NSGRP II/MKUKUTA II contém disposições para melhorar os índices de alfabetização, promover a escolarização de crianças que estão fora da escola, promover os direitos da criança e fornecer intervenções de proteção social para auxiliar as populações vulneráveis, que podem incluir as famílias de crianças que trabalham.

Plano de Ação Nacional Subsidiado para Crianças Mais Vulneráveis

Esse programa dedica-se a fornecer apoio a todas as crianças consideradas mais vulneráveis independentemente da causa da vulnerabilidade, proporcionando uma cobertura de proteção abrangente contra o estigma frequentemente associado à identificação de crianças mais vulneráveis com HIV/AIDS.

Estabelecimento da Unidade de Trabalho Infantil

Uma das medidas adotadas pela Tanzânia Continental após a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) das Nações Unidas em 1991 foi o estabelecimento de uma Unidade de Trabalho Infantil em 1994, subsequentemente a um acordo com a OIT para supervisionar o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) por meio do Programa Nacional de Ação (NAP) sobre Trabalho Infantil, que foi implementado por parceiros sociais.

Apesar da existência de um arcabouço legal e político, o trabalho infantil continuou a ser um problema grave no país pelos seguintes motivos:

- i. Aplicação deficiente das leis trabalhistas em razão da inadequação dos recursos humanos, particularmente a carência de funcionários especializados em questões trabalhistas nos níveis de governo nacional, distrital e local; baixa capacidade de investigação e punição de casos de trabalho infantil devido à natureza fraudulenta do processo e à incapacidade dos funcionários envolvidos de compreender suas responsabilidades; baixo nível de informação sobre as disposições legais referentes ao trabalho infantil por parte das autoridades policiais, elaboradores de políticas e outros funcionários públicos nos diferentes ministérios, departamentos e agências (MDAs); baixa conscientização e compreensão em nível comunitário tanto sobre a existência da lei como sobre a disposição específica relativa ao trabalho infantil.
- ii. Implementação inadequada das políticas relevantes de proteção da criança devido à compreensão inadequada da política pelos responsáveis nos diferentes ministérios, departamentos e agências em nível nacional, bem como pelos diferentes atores nos departamentos de governo locais, pelos vereadores e pelos cidadãos em geral; baixa capacidade dos governos locais de projetar e implementar diferentes tipos de intervenções ou respostas para atender às necessidades de ampla gama de grupos desatendidos e vulneráveis; e insuficiências no financiamento e na disseminação de respostas voltadas para crianças desfavorecidas e vulneráveis.

4.1.2 Trabalho infantil na Tanzânia – Situação atual

O trabalho infantil é comum na Tanzânia. De acordo com um relatório sobre trabalho infantil publicado recentemente,⁸⁴ a Tanzânia possui 4,2 milhões de crianças na faixa de 5 a 17 anos que trabalham, o que equivale a 28,8% de todas as crianças no país, sendo que 74,7% dessas crianças (21,5% do total) estão envolvidas com trabalhos perigosos e as 25,3% restantes (7,3% do total) realizam trabalhos não perigosos. O relatório também revela que cerca de 92,4% de todas as crianças envolvidas com trabalho infantil trabalham como auxiliares domésticos não remunerados e 4% trabalham em ocupações⁸⁵ remuneradas.⁸⁶

84 Com base no Terceiro Relatório de Pesquisa sobre Trabalho Infantil, preparado pelo NBS em colaboração com a OIT e o UNICEF e publicado recentemente. A pesquisa foi financiada pelo Banco Mundial, UK-DFID e Canadá.

85 Esses dados foram relatados por: GELARD, C. Survey Shows child labour still on the rise in Tanzania. *The Guardian Newspaper*, quinta-feira, 21 jul. 2016. Mas também podem ser encontrados em: NBS e OIT. *Child labour survey, Tanzania Mainland: analytical report*. fev./2016.

86 Segundo o Relatório sobre Trabalho Infantil, os meninos (6.032 xelins tanzanianos/mês) ganham mais que as meninas (5.441 xelins tanzanianos/mês).

Tabela 11: Trabalho infantil na Tanzânia

Indicador de trabalho decente	2000/2001	2006	2014
Trabalho infantil (5-17) em %	31,3	27,5	28,8
Masculino	38,2	30,8	29,3
Feminino	29,7	24,0	28,4
Áreas urbanas	12,0	10,7	18*
Áreas rurais	36,4	32,4	35,6

* Esse índice não inclui Dar es Salaam, onde 3,6% das crianças estão envolvidas com trabalho infantil.

Fonte: ILO 2010 e NBS e ILO 2016

O trabalho infantil na Tanzânia é um fenômeno rural, concentrando 35,6% da incidência total de trabalho infantil no país, contra apenas 18% nas áreas urbanas. Segundo o relatório, os setores agrícola, de silvicultura e de pesca empregam o maior número de crianças no país – 92,1% – com uma porcentagem maior entre os meninos (94,3%) que entre as meninas (89,6%). O envolvimento em atividades agrícolas tem maior prevalência nas áreas rurais (97%) e outras áreas urbanas (70,1%) em comparação com Dar es Salaam (6,1%) e a maioria dessas crianças trabalha em média 29 horas por semana.⁸⁷ Esses dados levam à conclusão de que a agricultura é um melhor indutor do envolvimento precoce das crianças no trabalho que outras atividades econômicas, o que torna a questão ainda mais preocupante, porque esse setor abrange a maioria dos ambientes perigosos – por exemplo, com o uso de agrotóxicos e maquinário agrícola.

Em termos de gênero, o relatório mostra que as meninas são o grupo mais afetado, porque trabalham em situações mais vulneráveis, como os serviços domésticos. Dados adicionais indicam que a proporção de meninas em trabalhos perigosos é ligeiramente superior à dos meninos: 75,8% contra 73,6%. Dar es Salaam tem a maior proporção de crianças em trabalho infantil perigoso (96,8%, em comparação com 76,4% em outras áreas urbanas), sendo que a incidência de trabalho infantil perigoso nas áreas rurais (74,1%) é ligeiramente menor.⁸⁸

Adicionalmente, constatou-se índice considerável de absenteísmo escolar entre as crianças da Tanzânia devido ao trabalho infantil, o que agrava a ameaça ao desenvolvimento das crianças envolvidas nessas atividades. Os resultados do terceiro relatório sobre trabalho infantil indicam que, entre 10,2 milhões de crianças na faixa de 5 a 17 anos que frequentam a escola, as crianças que trabalham respondem por uma proporção relativamente menor de presença escolar, com 28,7% (2,9 milhões), em comparação com 71,3% (7,3 milhões) entre as crianças que não trabalham.⁸⁹

4.1.3 Formas de trabalho infantil encontradas nas comunidades algodoeiras

O problema do trabalho infantil no setor algodoeiro varia de acordo com o contexto socioeconômico. Em países como a Tanzânia, onde o algodão é cultivado em pequenas propriedades, é comum que as crianças ajudem nas tarefas agrícolas. Essa prática pode ter implicações positivas para a economia familiar e o desenvolvimento infantil, contanto que a criança não seja exposta a riscos inaceitáveis e o trabalho não comprometa sua escolaridade. As práticas agrícolas que constituem instâncias de trabalho infantil, e não apenas ocupações e tarefas domésticas aceitáveis para uma criança, incluem, por exemplo, exposição direta ou indireta a produtos

87 Segundo NBS e ILO. *Child labour survey, Tanzania mainland*: analytical report, fev./2016.

88 *Ibid.*

89 *Ibid.*

químicos, uso de ferramentas perigosas, trabalho noturno, trabalhar além de um certo número de horas por semana e erguer ou transportar cargas além de certos limites.

Conforme indicado anteriormente e com base na avaliação de campo, as constatações fornecem um quadro claro de que a Tanzânia possui uma política bem definida e articulada e conta com o arcabouço jurídico e regulatório necessário para promover e solucionar questões relacionadas ao trabalho infantil. Também foi demonstrado a contento que essa política e regime jurídico estão bem alinhados com as principais convenções internacionais sobre direitos e proteção da criança (Convenções das Nações Unidas e da OIT).

Na cadeia de valor do setor algodoeiro, diferentemente de outros setores, como tabaco, mineração e pesca, constatou-se que o trabalho infantil existente geralmente é leve e contribui para o desenvolvimento da criança (em cerca de 90% dos casos). Ele é desenvolvimental no sentido de que, acima de tudo, não afeta necessariamente a saúde ou o desenvolvimento pessoal das crianças nem interfere com sua educação escolar. Pelo contrário, ele ajuda a moldá-las e prepará-las para serem cidadãos responsáveis e trabalhadores em sua vida adulta. Tarefas domésticas realizadas tanto por meninas como por meninos (limpar a casa, coletar lenha, cuidar do rebanho etc.) são parte integrante do trabalho infantil normal e rotineiro em todas as comunidades pesquisadas. Em segundo lugar, o número de horas exigidas, na maioria dos casos, não é superior a 6 por dia ou 20 por semana,⁹⁰ o que é considerado seguro e benéfico para o desenvolvimento das crianças. As entrevistas e discussões realizadas com interlocutores relevantes nos níveis municipal e distrital, bem como as informações obtidas em discussões com grupos focais, confirmaram a percepção de que as piores formas de trabalho infantil ou trabalho infantil forçado são basicamente inexistentes. Entretanto, a equipe de campo constatou que há uma baixa compreensão do que sejam as piores formas de trabalho infantil entre as partes envolvidas, devido à fronteira difusa entre o trabalho leve para o desenvolvimento infantil e as piores formas de trabalho infantil, bem como ao fato de que a cultura e as crenças locais percebem todas as crianças que terminaram o curso primário (na faixa etária de 14 a 18 anos) como suficientemente crescidas para cuidar de seus próprios problemas. Em investigação paralela, um estudo constatou envolvimento significativo de rapazes na faixa etária de 14 a 18 anos com aplicação de agrotóxicos, empacotamento de algodão⁹¹ em armazéns e transporte de algodão. Essas atividades geralmente são realizadas sem qualquer precaução ou equipamento de proteção. Os anexos 5 e 6 descrevem sucintamente os tipos de tarefas realizadas por crianças nas áreas de cultivo de algodão e a extensão do seu envolvimento.

O trabalho infantil é encontrado predominantemente na capina e colheita de algodão, particularmente durante os fins de semana, quando as crianças (na faixa etária de 10 a 15 anos) auxiliam seus pais, em especial aqueles que não podem contratar mão de obra externa. As crianças às vezes trabalham para obter dinheiro para gastos pessoais, fora do horário escolar e nos feriados escolares, em turnos de trabalho variando de 4 a 5 horas por dia. Por outro lado, os agricultores manuais preferem recorrer ao trabalho infantil principalmente em razão da necessidade de reduzir os custos de produção, pois a remuneração das crianças é menor que a dos jovens ou adultos. Além disso, como há excesso de oferta de mão de obra na maioria dessas comunidades, as crianças estão competindo por emprego, o que intensifica a pressão descendente sobre os salários.

90 Exceto em alguns poucos casos, especialmente em Chato, Geita, onde foi constatado que os garotos atravessavam a noite durante feriados e fins de semana empacotando algodão em armazéns.

91 Depois de ser adquirido dos fazendeiros, o algodão geralmente é mantido em armazéns locais antes de ser transportado para as fábricas. Para facilitar o transporte em caminhões, o algodão armazenado deve ser embalado em sacos grandes (com até 100 kg). Esse ensacamento geralmente é feito por meninos e jovens em troca de uma pequena remuneração, às vezes durante a noite, em turnos de até 12 horas.





Crianças ajudando o pai a colher algodão durante o fim de semana na aldeia de Mahaha – Magu DC



No entanto, questões como o casamento precoce na faixa de 15 anos de idade motivado por ganhos econômicos por parte dos pais (geralmente o pai), o alto índice de divórcios e uma tendência crescente entre os adultos do sexo masculino de abandonarem suas famílias, especialmente após a colheita do algodão, vêm contribuindo para o fortalecimento do ciclo de pobreza, gerando múltiplos resultados negativos sobre o bem-estar e o desenvolvimento das crianças.⁹² Em algumas comunidades, constatou-se que o trabalho infantil com ênfase negativa (menos de 10%) existia particularmente a partir de uma perspectiva de educação, com uma tendência à perda de escolaridade das crianças em razão do absenteísmo ou da baixa frequência escolar.

No processamento de algodão e na fabricação de produtos têxteis, o nível de conformidade com a legislação trabalhista e outras leis relacionadas ao trabalho infantil é muito alto, resultando em índices quase nulos de trabalho infantil. Isso resulta, em larga margem, da implementação e aplicação eficaz das leis relevantes, par-

⁹² A Lei do Matrimônio de 1971 da Tanzânia permite que mulheres com menos de 18 anos firmem um contrato matrimonial. Embora esse contrato seja firmado com o consentimento dos nubentes ou do guardião, esse guardião não faz parte dos termos e condições do contrato.

tualmente a Lei de Emprego e Relações Trabalhistas n. 6 de 2004. Os consultores visitaram a Mwatex (2001) Ltda., uma empresa de fabricação de tecidos localizada em Mwanza, e a JOC Textile (T) Co. Ltda. em Shinyanga, e verificaram que essas companhias seguiam ao pé da letra as restrições legais ao trabalho infantil. A mesma situação foi observada nas empresas de descaroçamento de algodão visitadas – especificamente, GAKI Ginnery em Shinyanga e Alliance Ginnery em Kasoli, Bariadi.

Entrevistas e discussões realizadas com o chefe do Escritório Regional de Trabalho em Mwanza e com o Comissário de Trabalho em exercício em Dar es Salaam confirmaram que o trabalho infantil nesse setor formal é praticamente inexistente. Essa situação foi alcançada a partir de programas abrangentes de conscientização conduzidos pelo Departamento do Trabalho por meio da sua rede de escritórios regionais, que cobre todas as regiões, além de campanhas de mídia, seminários, exposições etc.

O Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil (CLMS) a ser introduzido em um futuro próximo, começando com um programa-piloto nas regiões de Tanga e Kigoma, pretende assegurar que as questões de trabalho infantil sejam detectadas desde o nível local até o nível nacional. Para isso, será necessário estabelecer Comitês Distritais da Criança em todos os distritos e Comitês Locais da Criança em todas as aldeias do país.

A questão fundamental, no que se refere ao trabalho infantil na produção de algodão, é a pobreza extrema que parece afetar todas as famílias nas comunidades algodoeiras, bem como as normas socioeconômicas negativas. Como observado antes, divórcios, conflitos familiares e casamentos precoces são casos comuns nessas comunidades. Os efeitos sobre as crianças e seu futuro podem ser devastadores, com forte impacto negativo sobre o trabalho infantil – uma situação que pode reforçar ainda mais o ciclo de pobreza. Portanto, a adoção de medidas e intervenções que mitiguem a pobreza e abordem as normas socioculturais negativas é crucial.





4.1.4 Principais questões e causas do trabalho infantil nas áreas algodoeiras

Durante a pesquisa, foram identificadas as principais razões ou fatores causais da prevalência do trabalho infantil na zona do lago:

- i. Tradição e crença cultural de que as crianças devem aprender desde cedo a executar diferentes atividades domésticas e econômicas para estarem bem preparadas para o futuro.
- ii. Sistema educacional deficiente em termos de qualidade do ensino e com carências de infraestrutura, como recursos humanos, salas de aula, instalações de ensino etc., o que atua como um desestímulo à frequência escolar e às vezes faz que muitos alunos recebam notas baixas e desistam de qualquer educação subsequente.
- iii. Poucas alternativas de carreira para a maioria dos formandos da escola primária, que não têm oportunidades de prosseguir em seus estudos.
- iv. Os treinamentos vocacionais adequados aos formandos do nível escolar mais básico são muito caros.
- v. Pobreza alimentar, com algumas famílias nas zonas rurais dependendo de apenas uma refeição por dia. As crianças dessas famílias são forçadas a trabalhar para ajudar no sustento familiar.
- vi. Conflitos familiares e matrimoniais são outras causas do aumento do trabalho infantil nas áreas de cultivo de algodão. As comunidades algodoeiras são caracterizadas pela poligamia. Durante a pesquisa, constatou-se que a poligamia é a causa básica de mais de 70% dos conflitos e separações matrimoniais, que tendem a resultar em pais solteiros incapazes de sustentar suas famílias.
- vii. Baixa compreensão por parte dos diferentes atores – incluindo os pais, as próprias crianças e as autoridades governamentais locais – do que constitui trabalho infantil e da distinção entre as formas desenvolvimentais e as piores formas de trabalho infantil.

4.2 Trabalho forçado

4.2.1 Arcabouço jurídico e político do trabalho forçado

Como forma de combater o trabalho forçado no país, a RUT ratificou três Convenções da OIT. A primeira foi a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil de 1999 (n. 182), que foi ratificada em 2001. Outros dois instrumentos ratificados foram a Convenção sobre Trabalho Forçado de 1930 (n. 29) e a Convenção para a Abolição do Trabalho Forçado de 1957 (n. 105). Ambas foram ratificadas em 1962.

As três convenções são apoiadas pela Lei do Emprego e das Relações Trabalhistas de 2004 (ELRA), que entrou em vigor em dezembro de 2006. Essa lei cancelou a Portaria sobre Emprego, segundo a qual o trabalho obrigatório podia ser imposto por razões de interesse público (OIT 2010). Além disso, há também uma lei antitráfico, que foi promulgada em 2008. A Lei Antitráfico Humano abrange o tráfico para fins sexuais e de exploração do trabalho (*ibid.*).

Com base na avaliação realizada por vários especialistas, inclusive a OIT, chegou-se à conclusão que essas legislações não eram muito eficazes no nível de implementação. Por exemplo, a legislação nacional antitráfico continua a ser inadequada, pois não proíbe todas as formas de tráfico de pessoas. O estabelecimento, pelas leis nacionais (Código Penal, Lei da Imprensa, Lei da Marinha Mercante e Lei do Governo Local [Autoridades Distritais]), do trabalho compulsório como punição pela manifestação de opiniões políticas, não envolvimento em ocupações socialmente úteis e diversas infrações da disciplina de trabalho é incompatível com a Convenção n. 105 (*ibid.*). Além, tem sido frequente a introdução e aplicação de estatutos e diretivas emitidas pelas autoridades locais impondo trabalho compulsório à população, o que é contrário à lei ELRA de 2006 (*ibid.*).

4.2.2 Trabalho forçado – Situação atual nas comunidades algodoeiras

A equipe não encontrou evidências de trabalho forçado nas áreas de plantio de algodão. A única incidência de trabalho forçado encontrada referia-se ao tráfico de algumas meninas para diversas cidades para trabalhar como empregadas domésticas (veja o Anexo 6). Investigações adicionais produziram informações não confirmadas de que, na região de Geita, há pessoas envolvidas em algum tipo de trabalho forçado em atividades de mineração e na produção de abacaxi. Algumas dessas pessoas são migrantes de países vizinhos como o Burundi. Essa constatação sobre trabalho forçado é compatível com os resultados do estudo sobre trabalho decente realizado em 2010 pela OIT na Tanzânia, que foi publicado com a conclusão de que é difícil aferir com precisão os casos de trabalho forçado porque a maioria deles não é denunciada. Por outro lado, não havia dados estatísticos disponíveis ao consultor nos níveis de governo central e local com relação a esse indicador. Esse tipo de situação sugere que pesquisas adicionais são necessárias nessa área, bem como orientação sobre como capturar e registrar as informações ou dados indicativos.

4.3 Oportunidades iguais e tratamento equitativo no emprego

A Tanzânia ratificou as Convenções relevantes sobre oportunidades iguais e tratamento equitativo no emprego, ou seja, a Convenção sobre Remuneração Equitativa de 1951 (Nº 100) e a Convenção sobre Discriminação (Emprego e Ocupação) de 1958 (Nº 111). Além disso, a Política Nacional de Emprego de 2008 “compromete-se com o fornecimento de tratamento justo e equitativo aos homens e mulheres, reconhecendo que as mulheres estão em desvantagem no mundo do trabalho em razão de suas múltiplas funções como produtoras, reprodutoras e provedoras de cuidados familiares”. As seções 7 e 8 da Lei do Emprego e das Relações Trabalhistas de 2004 proíbem a discriminação no local de trabalho e nos sindicatos e associações patronais, respectivamente.

te (para mais informações sobre os aspectos considerados, consulte o Indicador 11 do Arcabouço Jurídico, “Oportunidades e tratamento equitativos”). Portanto, algum progresso tem sido obtido no estabelecimento do arcabouço jurídico e político para esse elemento do trabalho decente no que concerne à igualdade entre os gêneros.

No cultivo de algodão em pequena escala, as mulheres constituem a maior parte da mão de obra desde a preparação do terreno até a colheita.⁹³ Entretanto, pesquisas adicionais indicam que as mulheres são sub-representadas nos cargos decisórios de entidades como associações, cooperativas e sindicatos de produtores e, em comparação com os homens, têm menos contratos com as empresas da cadeia de valor do algodão, menor participação em treinamentos, menos acesso a insumos e menor rentabilidade na produção de algodão. Constatou-se que a mesma discriminação de gênero afetava o acesso aos ativos de produção (terras, rebanhos, mão de obra etc.) e a serviços como educação, extensão, serviços financeiros e tecnologia. Outra pesquisa realizada na África e em outros continentes, como a Ásia, também indicou que as mulheres que trabalham para empresas situadas na cadeia de valor do algodão em atividades como colheita de algodão, fornecimento de alimentação, plantio e gerência em campo também recebem menos que os homens (cerca de 90% do salário masculino médio). Lacunas de gênero também foram observadas no nível familiar, constatando-se que, na agricultura familiar de pequena escala típica, as mulheres envolvem-se principalmente na produção de algodão com seus maridos, mas seu trabalho frequentemente não é reconhecido.⁹⁴ A experiência mostra que, quanto mais algodão é plantado, mais mulheres são forçadas a trabalhar nos campos de algodão, às vezes em detrimento de seus próprios cultivos de espécies secundárias, que são necessários como suplementação de renda.

4.3.1 Oportunidades iguais e tratamento equitativo no emprego – Situação atual nas comunidades algodoeiras

No nível dos agricultores

Conforme explicado anteriormente e de acordo com as constatações da pesquisa de campo (ver também o Anexo 2), a comunidade algodoeira é caracterizada por um sistema patriarcal, e a terra, que é um fator de produção importante, pertence majoritariamente aos homens. As mulheres proprietárias de terras constituem menos de 10% de todos os produtores agrícolas, sendo que investigações adicionais revelaram que essa propriedade decorre da morte de seus maridos ou de uma situação de poligamia. Constatou-se que o sistema poligâmico é mais proeminente na região de Simiyu (que responde por mais de 45% da produção algodoeira do país) que nas outras duas regiões, onde se estima que 80% dos homens mantêm casamentos poligâmicos com, em média, 2 a 3 mulheres. Nas famílias poligâmicas, as mulheres e os respectivos filhos tendem a deter certo poder de acesso e controle da terra, embora o poder decisório final permaneça com o pai. Verificou-se que as mulheres e crianças são consideradas uma boa fonte de trabalho para a família.

Os jovens têm menos controle da terra; a maioria obtém acesso à terra por meio das famílias. Constatou-se que a propriedade da terra por jovens ocorre por herança após a morte dos pais ou por casamento – um fenômeno mais aplicável aos jovens do sexo masculino, pois as mulheres jovens não têm direito de propriedade sobre os bens de suas famílias. Há forte crença cultural nessas comunidades de que as mulheres devem ser proprietárias de terras no local onde se casam.

No que concerne às atividades agrícolas, todos os membros da família participam igualmente, mas quando se trata do poder decisório sobre os rendimentos auferidos, os homens mantêm o domínio. Isso provavelmente emana da crença cultural de que as mulheres e crianças são uma boa fonte de mão de obra para a agricultura

93 De acordo com a FAO. *Analysis of Incentives and Disincentive for Cotton in United Republic of Tanzania*. 2013.

94 *Ibid.*

e outras tarefas domésticas. Esse tipo de situação também foi mais perceptível na região de Simiyu que nas outras duas regiões, Mwanza e Geita.



Mulheres e um jovem colhendo algodão na região de Simiyu.

No nível de processamento

Como a pesquisa de campo foi realizada antes do início da temporada de processamento do algodão, a equipe do estudo não conseguiu se encontrar com as equipes operacionais, mas, de acordo com as fábricas⁹⁵ visitadas, a maioria das mulheres trabalha no nível operacional em ocupações temporárias. A proporção de mulheres nesse nível é de 50% na empresa de descaroçamento de algodão GAKI e de 40% na empresa Alliance. No nível gerencial, ambas as empresas de descaroçamento têm menos de 5% de mulheres em cargos administrativos e cerca de 10% no nível gerencial médio. Com relação ao pagamento, constatou-se que não há discriminação entre homens e mulheres. Os pagamentos ou salários seguem a legislação trabalhista da Tanzânia e são baseados na qualificação e na experiência.

Em conclusão, os estereótipos femininos ainda são muito fortes nas comunidades algodoeiras e, no que se refere ao emprego, as mulheres estão em maioria no segmento de emprego precário devido à sua natureza e à sua escolaridade. Deve-se lembrar que nessas comunidades as mulheres ou meninas recebem menos prioridade educacional que os homens ou meninos. As mulheres, em sua maioria, acabam se tornando donas de casa (às vezes casando-se muito precocemente, com 14 ou 15 anos de idade) ou sendo empregadas como trabalhadores temporários em fábricas de processamento de algodão ou produtos têxteis.

⁹⁵ O consultor conversou com a administração das duas empresas de descaroçamento de algodão, GAKI Investment em Shinyanga e Alliance Gineries em Kasoli, Bariadi – Simiyu. Subsequentemente, ele se reuniu com a administração e alguns funcionários de uma fábrica de produtos têxteis, Mwatex, em Mwanza.

5 Diálogo social e liberdade de associação

A liberdade de associação e o direito à negociação coletiva são dois direitos essenciais tanto dos empregados como dos agricultores autônomos, porque permitem que eles desempenhem papel ativo no processo de determinação das regras básicas do processo de produção, como as condições de trabalho, os salários e outras demandas. Isso envolve o direito dos trabalhadores e patrões de “elaborar seus estatutos e regras, eleger seus representantes com total liberdade, organizar sua administração e suas atividades e formular seus próprios programas”⁹⁶ (OIT, 2003). Na prática, essa associação pode então ser usada para fins de negociação coletiva.

O grau de organização dos produtores e trabalhadores algodoeiros difere significativamente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os países desenvolvidos são caracterizados por número considerável de sindicatos e alto grau de organização dos agricultores, ao passo que a maioria dos países em desenvolvimento está no extremo oposto. O baixo nível de organização nos países em desenvolvimento decorre basicamente dos baixos rendimentos dos produtores e trabalhadores no setor algodoeiro, que são insuficientes para financiar o trabalho dos sindicatos rurais. Outro fator determinante importante é a dispersão por extensas áreas, que, dada a ausência de uma infraestrutura de transporte, adiciona à organização a restrição dos altos custos de transação. Um terceiro aspecto da organização dos trabalhadores agrícolas é a alta frequência de formas de emprego de curto prazo e não regularizadas, o que dificulta sua representação por sindicatos.

5.1 Arcabouço jurídico para o diálogo social e instituições políticas na Tanzânia

A Tanzânia ratificou os principais instrumentos relevantes da OIT para o diálogo social e a representação dos trabalhadores e empregadores. Esses instrumentos incluem a Convenção sobre Liberdade de Associação e Proteção do Direito de Organização de 1948 (n. 87), a Convenção sobre Direito de Organização e Negociação Coletiva de 1949 (n. 98) e a Convenção sobre Consultas Tripartites (Padrões Trabalhistas Internacionais) de 1976 (n. 144). Na Tanzânia, o direito de se associar e formar uma organização é garantido pela Lei do Emprego e das Relações Trabalhistas de 2004 (ELRA), que estipula o direito dos empregados de estabelecer e participar de sindicatos e o direito dos empregadores de constituir associações patronais. A ELRA estabelece o Conselho Trabalhista, Econômico e Social (LESCO), uma organização tripartite que é a plataforma mais elevada para o diálogo social. Embora o LESCO esteja em vigor, essa instituição é praticamente inoperante, particularmente na promoção do diálogo social trilateral, o que inclui a aprovação de políticas que possam favorecê-lo. O aumento da capacitação dos membros do LESCO é necessário para que ele possa se tornar um catalisador de mudanças.⁹⁷

Usando o índice de densidade de sindicatos como fator representativo da representação e força sindical, a participação dos sindicatos afiliados no Congresso Sindical da Tanzânia (TUCTA) cresceu de 300.746 membros em 2001 para 403.833 membros em junho de 2008 – um aumento de 103.000 membros. Isso corresponde a um aumento de 34% em sete anos, ou 14.700 membros por ano. A Associação de Empregadores da Tanzânia (ATE) é a organização patronal máxima. A participação total na ATE em 2008 era de 826 empresas com 165.089 empregados. Isso constitui 13,7% da força de trabalho remunerada total, fornecendo também o índice de densidade ponderado.⁹⁸

96 OIT. *Decent work country profile Tanzania (mainland)*. Dar es Salaam e Genebra: OIT, 2010.

97 OIT. *Decent work country profile Tanzania (mainland)*. Dar es Salaam e Genebra: OIT, 2010.

98 *Ibid.*

Entretanto, o desafio global ao diálogo social na Tanzânia está na falta de consistência do fornecimento, aos trabalhadores e empregadores, da liberdade de diálogo e tomada de decisões em questões de interesse comum. Outro desafio é a existência de leis conflitantes regulando o diálogo social no país. Enquanto os funcionários públicos (tanto no continente como em Zanzibar) são regidos pelas leis do serviço público, os trabalhadores e patrões no setor privado são regidos pelos regimes jurídicos trabalhistas de 2004 e 2005, respectivamente, para a região continental e Zanzibar. Isso enfraquece o diálogo social, pois os parceiros sociais deparam-se com conflitos de interesses gerados pelas diferentes leis a que estão sujeitos. Além disso, é um obstáculo à solução de conflitos, pois os trabalhadores no setor público são obrigados a seguir os complexos (e mais políticos) procedimentos estipulados pela legislação pertinente, que são contrários aos procedimentos descritos nas leis trabalhistas de 2004 e 2005 abrangendo os setores tanto público como privado. Nesse particular, é necessária uma harmonização das leis trabalhistas. Embora a legislação trabalhista contemple a negociação coletiva, a carência de habilidades de negociação entre os representantes das associações de trabalhadores e de patrões, somada à desconfiança mútua, contribuiu para o fracasso na obtenção de um número suficiente de Acordos de Negociação Coletiva (CBAs) para proteger e aprimorar os direitos dos trabalhadores. A situação é pior em Zanzibar, onde não há um único CBA registrado. A capacitação em técnicas de negociação e elaboração de CBAs poderia melhorar a situação atual.

As disparidades de gênero, particularmente em órgãos consultivos como o LESCO e outros, permanecem elevadas. A participação das mulheres nas instituições de diálogo social é baixa, conforme revelou um estudo realizado em 2008, segundo o qual a representação feminina no diálogo social global no país era de apenas 14,3%.

5.2 Diálogo social e liberdade de associação – Situação atual nas comunidades algodoceiras

O diálogo social e a liberdade de associação são extremamente tênues entre os plantadores de algodão. Não foram encontradas evidências da existência de grupos formais ou mesmo informais de agricultores estabelecidos com a finalidade de promover a produção ou a comercialização do algodão. Como observado anteriormente, o sistema de cooperativas está quase completamente dormente. A Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia (TACOGA), em tese um órgão representativo dos plantadores de algodão, é praticamente desconhecida por muitos agricultores. Sua penetração entre a população é praticamente nula, provavelmente porque ainda está nos estágios iniciais de evolução. Não obstante, a Associação parece gozar de reconhecimento governamental de alto nível, pois em junho último foi capaz de induzir o governo a anunciar um melhor preço indicativo para o algodão, de 1000 xelins tanzanianos por quilo, para a temporada de plantio em andamento – o que foi bem recebido pelos agricultores, que estavam descontentes com os 750 xelins por quilo recebidos na temporada anterior.

No que se refere ao processamento do algodão e à fabricação de produtos têxteis, o diálogo social é bastante visível. Tanto o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da Tanzânia (TPAWU) como o Sindicato dos Trabalhadores Industriais e Comerciais da Tanzânia (TUICO) são ativos nessa área – o primeiro no que se refere ao processamento de algodão e o último com relação aos fabricantes de produtos têxteis. A liberdade de associação dos trabalhadores está consubstanciada na legislação trabalhista, mas o principal problema é a tendência dos empregadores, particularmente no processamento de algodão, a resistir às tentativas de estabelecer filiais sindicais devido ao temor de que a atividade sindical possa se tornar uma fonte de desarmonia ou problemas industriais.



5.2.1 Principais problemas e desafios

- i. Nenhuma empresa de processamento de algodão é afiliada à Associação de Empregadores da Tanzânia (ATE), uma entidade patronal central, estando, portanto, fora do escrutínio positivo da ATE, que não apenas defende os interesses de seus membros, mas também os incentiva a adotar as melhores práticas de recursos humanos e de ética comercial em geral.
- ii. Baixa capacidade de negociação por parte dos líderes nas filiais do TPAWU e TUICO, associada a baixos níveis de educação na maioria dos casos.
- iii. Recursos humanos e financeiros inadequados no TPAWU e TUICO, resultando na incapacidade de apoiar adequadamente seus membros no nível das filiais.
- iv. A maioria das fábricas de processamento de algodão (descaroçadores) são empresas familiares administradas por membros da família, que raramente têm qualificação universitária. Isso constitui um desafio à implementação e prática de direitos trabalhistas nos locais de trabalho.
- v. Resistência, por parte de alguns empregadores, ao estabelecimento de filiais sindicais por seus empregados ou, quando estas já existem, a fornecer a cooperação necessária.

6 Seguridade social na Tanzânia

Proporção significativa da população da Tanzânia vive perto da linha de pobreza, o que significa que grande porcentagem é vulnerável a pequenas variações na renda e a outros choques. A previdência social formal ou obrigatória existente cobre apenas 8,1% da população, que é um índice muito baixo em comparação com outros países de baixo desenvolvimento, nos quais a cobertura atinge em média 25% da população. Os dados disponíveis mostram que a assistência social também é muito baixa. Em termos gerais, mais de 90% da população, inclusive praticamente todos os trabalhadores do setor informal, autônomos e desempregados, não dispõem de qualquer proteção social em caso de vulnerabilidade às contingências da vida, choques de subsistência ou privação grave.

O governo da Tanzânia adotou algumas iniciativas em nível político e institucional, implementando medidas para aumentar a cobertura da proteção social como parte das prioridades nacionais a serem colocadas em prática por meio da MKUKUTA e MKUZA, que é o acrônimo em suaili para “Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza” (NSGRP). Conforme indicado no documento da NSGRP, as principais metas de proteção social são o fornecimento de proteção social adequada e a proteção dos direitos dos vulneráveis, com serviços voltados para as necessidades básicas e sua proteção na Tanzânia continental e a melhoria das redes de segurança e proteção social para grupos pobres e vulneráveis em Zanzibar.

6.1 Política e Arcabouço Institucional de Seguridade Social

Com base em OIT (2010) e OIT e RUT (2013), são relacionadas a seguir algumas políticas cruciais e instrumentos e instituições associados para apoiar a consecução das metas descritas acima.

A Política Nacional de Seguridade Social

Essa política foi promulgada em 2003 para expandir a cobertura da previdência social no âmbito do então Ministério do Trabalho e do Emprego, de modo a harmonizar os fundos existentes e reduzir a fragmentação. A política cobre três áreas principais do sistema de seguridade social: esquemas obrigatórios, assistência social à população vulnerável e esquemas voluntários baseados no mercado. A política também estabeleceu a Autoridade Reguladora da Seguridade Social (SSRA), que define a agenda e implementa o Programa de Reforma da Seguridade Social, com foco na ampliação da cobertura, incluindo trabalhadores informais.

A Política Nacional de Emprego

Essa política foi formulada em 2007 pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Seu objetivo é fornecer ocupações produtivas, com acesso equitativo a oportunidades de emprego decente e foco prioritário em grupos vulneráveis. O Plano de Ação de Emprego para a Juventude foi desenvolvido para executar os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento da Juventude.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e a Política Nacional de Gestão de Desastres

Essa política supervisiona as diferentes intervenções voltadas para a melhoria da prevenção, preparação, recuperação e reabilitação em caso de desastres naturais ou com causa humana. As instituições responsáveis pela supervisão dessa política são o Departamento de Gestão de Desastres do Gabinete do Primeiro-Ministro e o Departamento Nacional de Segurança Alimentar do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar.

Plano Estratégico para o Setor de Saúde III

Os serviços de saúde e assistência social fornecidos pelo Ministério da Saúde e Previdência Social (MoHSW) por meio do seu Plano Estratégico para o Setor de Saúde III colocam mais ênfase na extensão do atendimento de saúde aos pobres e vulneráveis, incluindo o apoio aos portadores de HIV/AIDS. Embora o governo tenha aberto as portas aos prestadores de serviços de saúde privados desde 1993, os serviços de saúde na Tanzânia continuam a ser financiados basicamente pelo setor público (um modelo de compartilhamento de custos com um sistema de isenções – aplicáveis, por exemplo, a crianças com menos de cinco anos e portadores de doenças como tuberculose, AIDS, doenças epidêmicas e hanseníase). Adicionalmente, o Departamento de Previdência Social (DWS) do MoHSW fornece atendimento de emergência e assistência social, com foco nos idosos, portadores de deficiências e crianças vulneráveis, conforme estipulado nas principais políticas, como a Política Nacional de Envelhecimento (2003), a Lei de Proteção à Criança (2009), a Lei de Pessoas Portadoras de Deficiência (2009) e o Plano de Ação Nacional Subvencionado para as Crianças Mais Vulneráveis (2007-2010).

A Política Nacional de Educação e Treinamento (1995)

Essa política garante o acesso de todos os cidadãos à educação e à alfabetização adulta como um direito básico. O Ministério da Educação e Treinamento Vocacional assume a responsabilidade pela facilitação do acesso à educação pelos mais desfavorecidos, como pessoas portadoras de deficiências e órfãos. Com base nessa política, o governo aboliu as taxas cobradas nas escolas públicas primárias e secundárias.

Fundos de Seguridade Social

O governo também promulgou várias leis referentes a fundos de seguridade social, como a Lei de Financiamento da Seguridade Social Nacional (n. 28 de 1997), 2003, a Lei do Fundo de Pensão Paraestatal, 1978, a Lei do Fundo de Pensão para o Serviço Público, 1999, o Fundo de Pensão para Autoridades Locais, 2006, a Lei de Seguridade Social (Autoridade Regulatória), 2008, e a Lei do Fundo Nacional de Seguro de Saúde, 1999.

Ratificação de convenções internacionais

Embora a RUT não tenha ratificado a Convenção sobre Seguridade Social (Padrões Mínimos) de 1952 (n. 102), várias outras convenções internacionais, bem como a Estrutura de Política Social da União Africana, foram ratificadas pela República Unida da Tanzânia. Além disso, o governo está envolvido com a agenda do Piso de Proteção Social.

6.2 Esquemas de proteção social

Com base na Folha de Dados sobre Proteção Social na Tanzânia, estes são os tipos de proteção social existentes no país:

Esquemas de contribuição (seguro de previdência social)

Esses são esquemas baseados no modelo de seguro de previdência social, fornecendo proteção contra a perda de rendimentos resultante do envelhecimento, invalidez, maternidade, morte do provedor, lesões de trabalho e doenças. Segundo a SSRA,⁹⁹ em 2014 os esquemas à base de contribuição atendiam apenas 9% da população total e concentravam-se basicamente no setor formal. Quase 99% dos trabalhadores do setor informal, que corresponde a mais de 91% de toda a força de trabalho (incluindo camponeses, empregados agrícolas e trabalhadores em empresas de pequeno porte, indústrias de pequena escala, pesca etc.) não são cobertos

⁹⁹ Disponível em: <www.ssra.go.or.tz>.

por qualquer tipo de esquema de segurança social, dispondo somente de acesso limitado a certos serviços de saúde pública. Apenas recentemente, após a alteração da Lei de Seguridade Social n. 5 de 2012, os fundos de pensão começaram a cobrir o setor informal. Com base nesse fato, a maioria dos trabalhadores do setor informal tende a depender exclusivamente da família estendida e do clã para qualquer tipo de assistência.

Seguro de saúde

Dois fundos compulsórios de assistência social oferecem cobertura médica e de saúde: o Fundo Nacional de Seguro de Saúde (NHIF) e o Fundo Comunitário de Saúde (CHF), estabelecido como uma opção ao esquema de pagamento por atendimento e voltado para as famílias pobres em áreas rurais. Segundo o *site* do NHIF, em 31 de junho de 2015, cerca de 3.237.434 e 6.677.244 beneficiários, respectivamente, estavam inscritos no NHIF e no CHF. No total, somente 22% da população era coberta pelo NHIF e pelo CHF em 2015, o que significa que mais de três quartos da população no país não é coberta pelo esquema, como deveria ocorrer nos pontos de serviço. A administração do NHIF introduziu recentemente outro serviço médico, que é fornecido por meio de um cartão designado pelo acrônimo TIKA (Tiba Kwa Kadi) em suaili. O objetivo do TIKA é proporcionar atendimento aos trabalhadores de baixa renda residentes em aldeias ou municípios.

Programas não contributivos (assistência social)

Os programas não contributivos consistem em transferências em dinheiro ou em espécie sem que esse fornecimento seja vinculado a qualquer contribuição obrigatória. Na Tanzânia, estes são os principais programas da rede de segurança social:

- Programa de Crianças Mais Vulneráveis (MVC): administrado pela DSW, esse instrumento fornece assistência social a crianças vulneráveis, inclusive órfãos. O programa MVC fornece assistência, apoio e proteção baseada na comunidade a cerca de 570.000 órfãos e crianças mais vulneráveis. A DSW também implementa programas de apoio de pequena escala para outros grupos vulneráveis, como idosos, portadores de deficiências e usuários de drogas.
- Distribuição de alimentos subsidiados: a Agência Nacional de Reserva Alimentar é usada pelo governo da Tanzânia para distribuir alimentos gratuitamente ou a preços altamente subsidiados nos distritos com maior índice de insegurança alimentar. O programa atinge cerca de 1,2 milhão de pessoas por ano.
- Merenda escolar: cobre aproximadamente 600.000 alunos de escolas primárias (8% do total). O programa é financiado em grande parte pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP) das Nações Unidas e é voltado aos distritos mais afetados pela insegurança alimentar.
- Transferências de renda baseadas na comunidade pelo Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF) – ver explicação adicional sobre os programas do TASAF.
- Programa de Obras Públicas, também gerido pelo TASAF, e Programa *Food for Assets*, que também paga em alimentos.

Em termos de empoderamento econômico, as Sociedades de Cooperativas de Poupança e Crédito (SACCOS) são as instituições de microfinanciamento mais comuns, especialmente nas áreas rurais. O TASAF está desenvolvendo atualmente uma estratégia e plano de implementação voltados para a melhoria dos meios de vida, consistindo no fornecimento de apoio e assessoria sobre poupança e investimentos por meio de intervenções baseadas na comunidade.

Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF)

No início da década de 2000, percebendo que o crescimento econômico acelerado pode não ser suficiente para reduzir a pobreza extrema e a desigualdade de forma substancial e sustentável, o governo da Tanzânia



(GoT) estabeleceu o Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF) como uma das iniciativas de implementação da Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza (NSGRP) a fim de assegurar crescimento mais inclusivo. A implementação das duas fases iniciais do TASAF produziu resultados impressionantes, facilitando o acesso das comunidades aos serviços sociais por meio de projetos de infraestrutura, como escolas, centros de saúde e pontos de água, que atingiram 7,3 milhões de pessoas no TASAF I e 16,1 milhões no TASAF II. Com base nesse sucesso, em 2013 o GoT decidiu elaborar e implementar o programa Rede de Segurança Social Produtiva da Tanzânia (TASAF III – PSSN). O objetivo do TASAF III é aumentar o consumo das famílias e, ao mesmo tempo, melhorar os indicadores de desenvolvimento humano e ajudar os beneficiários a poupar e investir para gerar receita e adquirir bens familiares, desviando-os do caminho da pobreza extrema.

Os objetivos de larga escala do PSSN deverão ser atingidos por meio dos seguintes componentes:

- i. Estabelecimento de uma Rede Nacional de Segurança incorporando transferências vinculadas à participação em obras públicas e à adesão a responsabilidades compartilhadas.
- ii. Apoio às intervenções baseadas na comunidade que melhorem os meios de vida e aumentem a renda (por meio de poupança e investimentos comunitários, bem como de subsídios voltados para a melhoria das fontes de receita).
- iii. Desenvolvimento direcionado da infraestrutura (educação, saúde e água) para permitir que as comunidades pobres atinjam os objetivos da rede de segurança.
- iv. Capacitação das comunidades, distritos/autoridades de área do projeto e em nível nacional para assegurar a implementação adequada do programa.
- v. O programa foi expandido em 2014, com planos de atingir cerca de 920.000 famílias vivendo abaixo da linha de pobreza alimentar até o final de 2015. O PSSN já atingiu cerca de 275.000 famílias beneficiárias (e, até 2014, mais de US\$ 12 milhões já haviam sido entregues às famílias inscritas). Transferências de pagamentos foram feitas para cerca de 138.000 famílias beneficiárias. Em 2016, o programa de Redes de Segurança Social do TASAF havia atingido 1,2 milhão de famílias.¹⁰⁰

Direcionamento do programa TASAF

O TASAF III usa uma combinação de quatro elementos para identificar com sucesso os beneficiários do programa: um mecanismo geográfico para identificar e selecionar distritos, bairros e aldeias e alocar um nível adequado de recursos; triagem na comunidade para identificar famílias extremamente pobres e vulneráveis em aldeias selecionadas; um Teste de Média Representativa para verificar e minimizar erros de inclusão; e um teste de Validação da Comunidade para confirmar os resultados do direcionamento na comunidade e do Teste de Média Representativa.

Embora a Tanzânia tenha vários esquemas e programas de proteção social em atividade, os especialistas acreditam que o país ainda não dispõe de um sistema de proteção social abrangente que possa oferecer serviços de proteção social em períodos de crise econômica ou social. Além disso, a abrangência e o impacto dessas iniciativas ainda são limitados, com cobertura inferior a 1% da população total e de cerca de 6,5% da população de trabalhadores no setor formal. Quase todo o setor informal não é coberto por qualquer esquema de seguridade social (OIT e RUT, 2013).

Em conclusão, os indicadores de desempenho do sistema de seguridade social da Tanzânia sugerem que a proteção social oferecida aos trabalhadores no país é limitada e insuficiente e a cobertura dos esquemas de seguridade social por contribuição, na prática, está restrita basicamente aos trabalhadores do setor formal (dos quais cerca de metade gozam dessa proteção). É igualmente evidente que riscos sociais de curto prazo, como o desemprego, não são contemplados pelo sistema atual. As disposições sobre benefícios de longo prazo, como

100 Site do TASAF (2016). Disponível em: <<http://www.tasaf.org>>.

pensões e direitos de herança, são limitadas a poucos indivíduos. Nesse particular, o sistema de seguridade social não cumpre os objetivos almejados.

6.3 Seguridade social – Situação atual nas comunidades algodoeiras

Nível dos produtores de algodão

No nível de produção de algodão, não existe nenhuma cobertura formal de seguridade social (NSSF, PPF, LAPF, GEPIF e NHIF), principalmente devido ao histórico desses esquemas. Eles foram elaborados originalmente para atender ao setor formal. Porém, como a produção de algodão ocorre principalmente em pequenas propriedades de subsistência, tem sido difícil incluir esses agricultores nos Fundos de Seguridade Social. Nos últimos anos, alguns esforços foram feitos para incorporar o setor informal, que inclui os produtores de algodão, em bases voluntárias, mas nenhum sucesso foi registrado até o momento. O NSSF, por exemplo, tentou alistar membros nas áreas de cultivo de algodão. Em Bariadi, o consultor foi informado que o NSSF havia iniciado esforços para recrutar membros, mas a iniciativa falhou, aparentemente devido à inadequação dos preparativos e da falta de conscientização dos agricultores sobre os benefícios do esquema, bem como sobre as condições para participar dele.

Constatou-se que o Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF) era bastante ativo em todas as áreas visitadas, embora a implementação prática das transferências de renda só tenha sido iniciada há cerca de um ano. O esquema de transferência de renda é colocado em prática de duas maneiras diferentes. A primeira consiste em transferências monetárias incondicionais, em que os beneficiários recebem uma quantia especificada a cada dois meses para cobrir as necessidades básicas da família, especialmente alimentação. As famílias sem crianças recebem 20.000 xelins tanzanianos e as famílias com filhos recebem 28.000 xelins tanzanianos. Na segunda modalidade, há uma transferência monetária condicional, com condições associadas à educação e à saúde da criança, em que os beneficiários têm direito a receber um pagamento adicional caso levem seus filhos à escola e às clínicas. Esse arranjo é baseado em um sistema de monitoramento que envolve todas as partes envolvidas: o TASAF, as escolas e centros de saúde e os beneficiários. Com intenções e por motivos muito claros, as transferências de renda são feitas a um membro feminino da família, porque na prática as mulheres são os pilares das atividades sociais e econômicas nas comunidades familiares.

A implementação desse esquema produziu melhorias consideráveis nos índices de matrícula escolar e atendimento ambulatorial de crianças. Inicialmente, o esquema enfrentou alguns obstáculos relacionados principalmente à identificação dos beneficiários, com pessoas não elegíveis manipulando o processo de triagem nas comunidades em detrimento dos beneficiários qualificados. No entanto, medidas foram adotadas para remover essas pessoas e inscrever aquelas que mereciam o benefício.

O Fundo Comunitário de Saúde (CHF) estava ativo em todos os distritos abrangidos pelo estudo. Por outro lado, em áreas municipais há uma réplica do CHF chamada Tiba kwa Kadi, popularmente conhecida pelo seu acrônimo em suaili, TIKa. A cobertura do CHF nas áreas pesquisadas era, em média, de 20%. A contribuição para esse fundo é baseada em uma quantia especificada por agregado familiar (máximo de seis membros). Em alguns distritos, a contribuição por família é de 5.000 xelins tanzanianos, enquanto em outros é de 10.000 xelins tanzanianos.

Outras redes de segurança social encontradas nessas áreas incluem grupos informais de autoajuda, Bancos Comunitários (VICOBA) locais e Grupos de Poupança e Crédito (VSL). Grupos tradicionais conhecidos popularmente em idioma kusukuma como *Nzengo* ou *Ifogong'o* são componentes cruciais do sistema de solidariedade e segurança social nas comunidades.

O efeito do programa TASAF de transferência de renda, somado a uma iniciativa recente do governo atual de introdução do ensino gratuito desde a escola primária até a educação secundária de nível IV, foi um aumento



dramático das matrículas e da frequência escolar. Segundo informantes confiáveis nos níveis de distrito e aldeia, as matrículas escolares aumentaram de 70% para uma média de 80%. Atualmente, a proporção nacional média de matrícula escolar é de 85%.¹⁰¹

6.3.1 Principais problemas e desafios

- i. Por ser essencialmente praticado em pequenas propriedades, o cultivo de algodão não é atraente para a maioria dos fundos de seguridade social formais.
- ii. A indisponibilidade de cobertura de seguridade social formal continua a ser um problema, que deve ser abordado por meio de uma estratégia de implementação bem concebida e detalhada.
- iii. O colapso das cooperativas e o crescimento do setor privado após a liberalização do setor algodoeiro afetaram todos os sistemas existentes que poderiam ser usados para proporcionar benefícios de seguridade social.
- iv. Não há um esquema de pensão para idosos fora do domínio formal.
- v. A cobertura do CHF ainda é muito baixa e uma maior conscientização é necessária.
- vi. Há uma grave escassez de medicamentos e os serviços nos centros de saúde das aldeias ou bairros são insatisfatórios, desestimulando a participação das pessoas no CHF.
- vii. O TIKa parece estar fora do alcance da maioria dos beneficiários em potencial, pois a contribuição prescrita de 10.000 xelins tanzanianos anuais por pessoa é considerada excessiva, especialmente entre trabalhadores sem renda regular.

101 Segundo MUGARULA, F. Pupil Enrollment Soars by 85%: Free Education Pays Dividends. *Jornal Daily News*, 14 jul. 2016.

7 Programas/projetos nas áreas algodoeiras

Esses são, resumidamente, os programas/projetos de desenvolvimento identificados durante a pesquisa:

N.	Programa	Natureza da organização	Setor/área de intervenção	Status
1	Programa de Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CSDP), gerenciado pelo Gatsby Trust da Tanzânia	Internacional	Algodão – WCGA	Em andamento
2	COMPACI (Competitive African Cotton Initiative)	Internacional	Algodão – WCGA	Encerrado em 2016
3	Apoio ao aumento da renda dos produtores de algodão em pequenas propriedades por meio da melhoria da qualidade e do acesso aos mercados (programa de melhoria de qualidade do algodão e desenvolvimento da infraestrutura) implementado e financiado pela União Europeia (UE)	Local	Algodão – WCGA e ECGA	2012-2014 Fase I Fase II em andamento
4	Apoio às crianças vulneráveis e suas famílias, com acesso a assistência médica, saneamento e água potável, ocupações produtivas e proteção, implementado pelo Plano Internacional	Internacional	Trabalho infantil – Geita	Em andamento
5	Programa de Desenvolvimento da Renda Rural (RLDP) financiado pela Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC) e implantado pela RLDC	Local	Algodão – WCGA e ECGA	Encerrado em 2015
6	World Vision	Local	Trabalho infantil – Itilima, Simiyu	Em andamento
7	<i>Stops Child Exploitation</i> , implementado pela Terres Des Hommes, Holanda	Internacional	Trabalho infantil e direitos da criança – Mwanza	Em andamento



8 Conclusão e recomendações

8.1 Conclusão e constatações

Com base nas constatações do estudo expostas anteriormente, as recomendações a seguir são fornecidas não apenas para restaurar a vitalidade anterior do cultivo do algodão, mas também para assegurar que a produção de algodão contribua de forma significativa para a geração de empregos e o alívio da pobreza, particularmente entre as mulheres e os jovens, permitindo, em última análise, a eliminação dos poucos aspectos negativos do trabalho infantil, da discriminação contra as mulheres e de outras lacunas para a adoção de um ambiente de trabalho decente observadas nas áreas de cultivo de algodão.

- i. Adicionalmente, um sistema de produção de algodão bem desenvolvido requer a presença de um vínculo sólido e sustentável com as atividades precursoras, bem como um vínculo subsequente confiável com o desenvolvimento industrial (empresas de processamento de algodão e fabricação de produtos têxteis de pequeno, médio e grande porte), em linha com as iniciativas de desenvolvimento do governo atual, que estão lastreadas em algum tipo de conceito de revolução industrial.
- ii. **As principais conclusões do estudo são as seguintes:**
- iii. O cultivo de algodão na Tanzânia ocorre predominantemente em pequenas propriedades, usando técnicas tradicionais e com irrigação natural.
- iv. O setor algodoeiro é marcado por muitas ineficiências, como governança inadequada do setor, ineficácia do sistema de fornecimento e distribuição de insumos, baixa produtividade por unidade de área e mão de obra, prevalência de pragas e doenças, condições meteorológicas erráticas, sistema de comercialização ineficaz, interferência política etc.
- v. No que se refere ao processamento e comercialização, o setor algodoeiro da Tanzânia é um dos mais competitivos em comparação com outros países produtores de algodão na África.
- vi. O trabalho infantil é muito comum nas áreas de plantio de algodão, embora os atores acreditem que o trabalho infantil praticado não é prejudicial ao desenvolvimento das crianças.
- vii. Os estereótipos de gênero e a opressão das mulheres são comuns nas áreas algodoeiras, porque a sociedade é de natureza predominantemente patriarcal.
- viii. O diálogo social é tênue nas áreas de plantio de algodão.
- ix. Não foi detectada a existência de trabalho forçado em nenhuma das áreas algodoeiras em que o estudo foi realizado. Isso é devido em parte à indisponibilidade de dados e, por outro lado, à parca ou nula compreensão da maioria dos atores sobre o que constitui trabalho forçado e qual é o seu significado real.
- x. Há muitas violações nos locais de trabalho e os direitos trabalhistas não são praticados pelos atores, especialmente pela maioria das empresas de descaroçamento de algodão.
- xi. Não existem esquemas formais de seguridade social nas áreas rurais. O seguro de saúde e o TASAF são os únicos esquemas encontrados nas áreas rurais, mas constatou-se também que cobrem uma proporção mínima da população (menos de 5%).

8.2 Recomendações do estudo

8.2.1 Recomendação para o setor algodoeiro em geral

- i. Há necessidade premente de aumentar os investimentos na cadeia de valor. O governo, por exemplo, deve garantir a alocação de recursos financeiros, humanos e físicos suficientes ao Conselho do Algodão da Tanzânia, às autoridades governamentais locais para melhorar os serviços de extensão e ao Instituto de Pesquisa Ukiriguru para aumentar a produção de sementes básicas.
- ii. A produção e a distribuição de sementes de algodão devem ser incorporadas ao regime oficial de produção e distribuição de sementes para assegurar que os produtores de algodão recebam sementes certificadas oficialmente pelo TOSCI. Isso encerraria de uma vez por todas as reclamações persistentes dos agricultores sobre a indisponibilidade de quantidades suficientes e a baixa qualidade das sementes.
- iii. A agricultura irrigada deveria ser considerada de maneira crítica, explorando-se as possibilidades de realizar investimentos de nível adequado na infraestrutura de irrigação, o que inclui a possibilidade de perfurar poços artesianos ou utilizar os recursos hídricos do lago Victoria. Essa medida, além de melhorar os aspectos qualitativos e quantitativos da produção, certamente atenuaria os efeitos de mudanças climáticas, como a ocorrência de secas regulares e severas.
- iv. A agricultura sob contrato é um conceito positivo e bem-vindo. Entretanto, há necessidade premente de institucionalizá-la. Isso exigiria, em primeiro lugar, a participação e conscientização adequada dos agricultores sobre a necessidade e os possíveis benefícios dos esquemas de plantio sob contrato. Em seguida, seriam formados grupos de agricultores legalmente reconhecidos como responsáveis pelos arranjos de produção e comercialização. Problemas como intermediários inescrupulosos, pesagem com balanças alteradas e adição de água e areia ao algodão pelos agricultores provavelmente poderiam ser definitivamente erradicados.
- v. Constatou-se que a interferência política local e em níveis mais altos é uma preocupação constante e um problema profundamente enraizado. Vontade política e apoio por parte das camadas superiores da liderança do país são urgentemente necessários para impedir que os políticos, particularmente em nível local, procurem obter votos dos agricultores em detrimento das orientações científicas dos especialistas em algodão.
- vi. O sistema de cooperativas, tanto no nível básico como no estrato superior, deve ser revitalizado e simplificado para competir eficazmente com o setor privado (descaroçadores de algodão). Para começar, as AMCOs devem ser fortalecidas e receber o apoio necessário, particularmente em termos de recursos financeiros ou conexão com instituições de crédito, tendo em vista que suas entidades máximas, como a NCU e o SHIRECU, estão pesadamente endividadas e já não conseguem obter financiamento bancário.
- vii. O Instituto de Pesos e Medidas (WMA) deve reforçar urgentemente seu papel supervisor e de monitoramento, pois a questão da adulteração das balanças, tanto mecânicas como digitais, degenerou em um problema básico e crônico com múltiplos efeitos negativos, que incluem a tendência dos agricultores a adicionar água e areia ao algodão, conforme observado anteriormente. Isso provavelmente exigirá mais recursos financeiros e intervenção de capacitação que permita ao WMA desempenhar eficazmente essa função. Leis rigorosas e punições severas para quem for considerado culpado de adulteração de balanças poderiam exercer um efeito dissuasivo desejável. Existe, portanto, uma necessidade de revisar o regime jurídico aplicável a essa questão de modo a torná-lo mais eficaz, pois a legislação de pesos e medidas existente parece estar desatualizada e não tem o poder de punir adequadamente os culpados.
- viii. O Instituto de Pesquisa de Pesticidas Tropicais (TPRI) deve intensificar suas atividades regulatórias para assegurar que os fabricantes, importadores e distribuidores de agrotóxicos sigam estritamente as normas e diretrizes prescritas. O TPRI também deve tomar medidas para aumentar a conscientização dos agricultores sobre a aplicação de agrotóxicos. Pesticidas inefazes e falta de informações sobre sua aplicação foram sistematicamente citados como preocupações significativas por praticamente todos os agricultores entrevistados durante a realização deste estudo.



- ix. No nível do processamento do algodão e fabricação de produtos têxteis, a disponibilidade de eletricidade e os altos custos de transporte resultantes da infraestrutura deficiente foram citados como desafios importantes. Essas questões devem ser abordadas para estimular o aumento dos investimentos privados.
- x. Há necessidade urgente de implementação de uma estratégia que melhore os meios de sustento das comunidades algodoeiras. Os agricultores devem receber treinamento em agronegócio (inclusive boas práticas agrônomicas – GAPs) e formação de grupos empresariais de produtores rurais – FBGs).
- xi. As comunidades devem ser assistidas e apoiadas com o estabelecimento de Grupos Comunitários de Poupança e Crédito (VSLs) ou Bancos Comunitários (VICOBAs), com foco nas mulheres, que são os pilares das atividades econômicas no círculo familiar e, portanto, têm imenso potencial de multiplicação dos efeitos nos níveis da família e da comunidade.
- xii. Programas dedicados de treinamento profissional e de empreendedorismo para jovens devem ser estabelecidos. Essa iniciativa poderia se beneficiar substancialmente do programa de eletrificação rural em andamento sob a supervisão da Agência de Eletrificação Rural (REA).

8.2.2 Recomendações sobre aspectos do trabalho decente

- i. A implementação do sistema de monitoramento do trabalho infantil deve ser apoiada com mais fundos e capacitação desde o nível comunitário até o nível nacional. A World Vision vem realizando um trabalho louvável no distrito de Itilima, onde está subvencionando um programa para estabelecer comunidades de crianças nas aldeias.
- ii. Há necessidade premente de estabelecer um mecanismo de coordenação entre as principais partes envolvidas no trabalho infantil, particularmente o Departamento do Trabalho, LGAs, OSHA, TPAWU, ATE, TUICO, CTI e TCB.
- iii. Deve ser estabelecido um programa dedicado de conscientização sobre direitos da criança, trabalho infantil e educação infantil, de modo a sensibilizar os pais e a comunidade em geral sobre a importância de assegurar que as crianças tenham a oportunidade de explorar plenamente o seu potencial de desenvolvimento e sobre a necessidade de alterar suas práticas e atitudes que perpetuam o trabalho infantil.
- iv. É necessário aumentar a conscientização dos empregadores sobre a importância de aceitar a presença dos sindicatos em seus locais de trabalho.
- v. É necessário conscientizar os empregadores sobre a importância de participar da ATE. A ATE, por sua vez, deve intensificar seus esforços de conquista de novos membros para além da sua iniciativa de boas-vindas por meio da abertura de um escritório regional em Mwanza para a zona do lago.
- vi. É necessário apoiar o TPAWU/TUICO com iniciativas de capacitação e recursos financeiros.
- vii. É necessário apoiar o Departamento do Trabalho com capacitação (técnica, financeira e em termos do número de fiscais de trabalho) para que ele possa desempenhar eficazmente sua função essencial de fiscalização dos locais de trabalho.
- viii. O governo, por meio da SSRA, deve formular uma estratégia abrangente para assegurar que o setor rural seja coberto pelo sistema de seguridade social formal.
- ix. As empresas seguradoras devem ser estimuladas a ampliar sua cobertura para o setor rural.
- x. O governo deve acelerar suas iniciativas, por meio da SSRA, de implementação de um esquema de assistência médica universal, além de introduzir um esquema de seguridade social universal no país.
- xi. O fornecimento de medicamentos aos centros de saúde, especialmente aqueles localizados em áreas de difícil acesso, deve ser melhorado. Isso será excelente fator motivador de adesão ao CHF.

8.3 Recomendações sobre a cooperação Sul-Sul

Intervenções relacionadas às experiências já identificadas no projeto com o Brasil (Seção 2.1 do PRODOC).

RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO	INSTITUIÇÕES DA TANZÂNIA	EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS (SEÇÃO 2.1 DO PRODOC)	INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS
		2.1.1 Prevenção e eliminação do trabalho infantil e trabalho forçado	
Há necessidade premente de estabelecer um mecanismo de coordenação entre as principais partes envolvidas no trabalho infantil, particularmente o Departamento do Trabalho, LGAs, OSHA, TPAWU, ATE, TUICO, CTI e TCB.	Gabinete do Primeiro-Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências; Departamento do Trabalho	b. Promoção do diálogo social (CONAETI e CONATRAE)	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)
É necessário apoiar o Departamento do Trabalho com capacitação (técnica, financeira e em termos do número de fiscais de trabalho) para que ele possa desempenhar eficazmente sua função essencial de inspeção dos locais de trabalho.	Gabinete do Primeiro-Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências; Departamento do Trabalho	c. Fiscalização trabalhista na área de trabalho infantil e trabalho forçado	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)
Deve ser estabelecido um programa dedicado de conscientização sobre direitos da criança, trabalho infantil e educação infantil, de modo a sensibilizar os pais e a comunidade em geral sobre a importância de assegurar que as crianças tenham a oportunidade de explorar plenamente o seu potencial de desenvolvimento e sobre a necessidade de alterar suas práticas e atitudes que perpetuam o trabalho infantil.	Gabinete do Primeiro-Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências; Departamento do Trabalho Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia: Departamento de Educação Básica Ministério da Saúde e Previdência Social: Departamento de Previdência Social	d. Promoção da legislação trabalhista nacional e internacional, com um relacionamento estreito entre o poder judiciário e a sociedade.	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)
É necessário aumentar a conscientização dos empregadores sobre a importância de aceitar a presença dos sindicatos em seus locais de trabalho.	Gabinete do Primeiro-Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências; Departamento do Trabalho	b. Promoção do diálogo social (CONAETI e CONATRAE)	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)
É necessário conscientizar os empregadores sobre a importância de participar da ATE. A ATE, por sua vez, deve intensificar seus esforços de conquista de novos membros para além da sua iniciativa de boas-vindas por meio da abertura de um escritório regional em Mwanza para a zona do lago. É necessário também apoiar o TPAWU/TUICO com iniciativas de capacitação e recursos financeiros.	Gabinete do Primeiro-Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências; Departamento do Trabalho Associação de Empregadores da Tanzânia (ATE), Sindicato da Agricultura e dos Trabalhadores Agrícolas da Tanzânia (TPAWU) e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Comércio (TUICO)	b. Promoção do diálogo social (CONAETI e CONATRAE)	Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)
As comunidades devem ser assistidas e apoiadas com o estabelecimento de Grupos Comunitários de Poupança e Crédito (VSLs) ou Bancos Comunitários (VICOBAs), com foco nas mulheres, que são os pilares das atividades econômicas no círculo familiar e, portanto, têm um imenso potencial de multiplicação dos efeitos nos níveis da família e da comunidade.	Escritório do Presidente – Administração Regional e Governo Local (TAMISEMI): Divisão de Governo Local Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF)	Programas de transferência monetária condicional e programas de reintegração para vítimas do trabalho infantil e do trabalho forçado	Programa de Eliminação do Trabalho Infantil (PETI)



O governo deve acelerar suas iniciativas, por meio da SSRA, de implementação de um esquema de assistência médica universal, além de introduzir um esquema de seguridade social universal no país.

O fornecimento de medicamentos aos centros de saúde, especialmente aqueles localizados em áreas de difícil acesso, deve ser melhorado. Isso será um excelente fator motivador de adesão ao CHF.

Autoridade Reguladora da Seguridade Social (SSRA)

Ministério da Saúde e Previdência Social

Fundo Nacional de Seguro de Saúde (NHIF)
Fundo Comunitário de Saúde (CHF)

A implementação do sistema de monitoramento do trabalho infantil deve ser apoiada com mais fundos e capacitação desde o nível comunitário até o nível nacional. A World Vision vem realizando um trabalho louvável no distrito de Itilima, onde está apoiando um programa para estabelecer comunidades de crianças nas aldeias.

Gabinete do Primeiro-Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências;
Departamento do Trabalho
Ministério da Saúde e Previdência Social:
Departamento de Previdência Social

Fiscalização trabalhista na área de trabalho infantil e trabalho forçado

Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

Há necessidade premente de aumentar os investimentos na cadeia de valor. O governo, por exemplo, deve garantir a alocação de recursos financeiros, humanos e físicos suficientes ao Conselho do Algodão da Tanzânia, às autoridades governamentais locais para melhorar os serviços de extensão e ao Instituto de Pesquisa Ukiriguru para aumentar a produção de sementes básicas.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MLF): Divisões de Administração e Gestão de Recursos Humanos, Política e Planejamento
Escritório do Presidente – Administração Regional e Governo Local (TAMISEMI):
Departamento do Governo Local
Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB) e Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF)

e. A experiência da ABRAPA

A produção e a distribuição de sementes de algodão devem ser incorporadas ao regime oficial de produção e distribuição de sementes para assegurar que os produtores de algodão recebam sementes certificadas oficialmente pelo TOSCI. Isso encerraria de uma vez por todas as reclamações persistentes dos agricultores sobre indisponibilidade de quantidades suficientes e baixa qualidade das sementes.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Divisões de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola e de Desenvolvimento de Culturas
Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB), Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF) e Instituto de Certificação Oficial de Sementes da Tanzânia (TOSCI)

e. A experiência da ABRAPA

A agricultura irrigada deve ser considerada de maneira crítica, explorando-se as possibilidades de realizar investimentos de nível adequado na infraestrutura de irrigação, o que inclui a possibilidade de perfurar poços artesianos ou utilizar os recursos hídricos do lago Victoria. Essa medida, além de melhorar os aspectos qualitativos e quantitativos da produção, certamente atenuaria os efeitos das mudanças climáticas, como as secas regulares e severas.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Divisão de Planejamento e Gestão do Uso de Terras Agrícolas
Ministério da Água e Irrigação (MWI):
Divisão de Recursos Hídricos

e. A experiência da ABRAPA

O sistema de cooperativas, tanto no nível básico como no estrato superior, deve ser revitalizado e simplificado para competir eficazmente com o setor privado (descarregadores de algodão). Para começar, as AMCOs devem ser fortalecidas e receber o apoio necessário, particularmente em termos de recursos financeiros ou conexão com instituições de crédito, tendo em vista que suas entidades máximas, como a NCU e o SHIRECU, estão pesadamente endividadas e já não conseguem obter financiamento bancário.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Divisão de Desenvolvimento de Culturas e Comissão de Desenvolvimento Cooperativo da Tanzânia (TCDC)
Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB)

e. A experiência da ABRAPA

A agricultura sob contrato é um conceito positivo e bem-vindo. Entretanto, há necessidade premente de institucionalizá-la. Isso exigiria, em primeiro lugar, a participação e conscientização adequada dos agricultores sobre a necessidade e os possíveis benefícios dos esquemas de plantio sob contrato. Em seguida, seriam formados grupos de agricultores legalmente reconhecidos como responsáveis pelos arranjos de produção e comercialização. Problemas como intermediários inescrupulosos, pesagem com balanças alteradas e adição de água e areia ao algodão pelos agricultores provavelmente poderiam ser definitivamente eliminados.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Divisões de Treinamento e de Desenvolvimento de Culturas
Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB), Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia (TACOGA) e Associação do Algodão da Tanzânia (TCA)

e. A experiência da ABRAPA

Constatou-se que a interferência política local e nos níveis superiores é uma preocupação constante e um problema profundamente enraizado. Vontade política e apoio por parte das camadas superiores da liderança do país são urgentemente necessários para impedir que os políticos, particularmente em nível local, procurem obter votos dos agricultores em detrimento das orientações científicas dos especialistas em algodão.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Divisões de Desenvolvimento de Culturas e de Política e Planejamento
Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB), Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia (TACOGA) e Associação do Algodão da Tanzânia (TCA)

e. A experiência da ABRAPA

O Instituto de Pesquisa de Pesticidas Tropicais (TPRI) deve intensificar suas atividades regulatórias para assegurar que os fabricantes, importadores e distribuidores de agrotóxicos sigam estritamente as normas e diretrizes prescritas. O TPRI também deve tomar medidas para aumentar a conscientização dos agricultores sobre a aplicação de agrotóxicos. Pesticidas ineficazes e falta de informações sobre sua aplicação foram sistematicamente citados como preocupações significativas por praticamente todos os agricultores entrevistados durante a realização deste estudo.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Divisão de Desenvolvimento de Culturas

e. A experiência da ABRAPA

Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB), Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF) e Instituto de Pesquisa de Pesticidas Tropicais (TPRI)

O Instituto de Pesos e Medidas (WMA) deve reforçar urgentemente seu papel supervisor e de monitoramento, pois a questão da adulteração das balanças, tanto mecânicas como digitais, degenerou em um problema básico e crônico com múltiplos efeitos negativos, que incluem a tendência dos agricultores a adicionar água e areia ao algodão, conforme observado anteriormente. Isso provavelmente exigirá mais recursos financeiros e uma intervenção de capacitação que permita ao WMA desempenhar eficazmente essa função. Leis rigorosas e punições severas para quem for considerado culpado de adulteração de balanças poderiam exercer um efeito dissuasivo desejável. Existe, portanto, uma necessidade de revisar o regime jurídico aplicável a essa questão de modo a torná-lo mais eficaz, pois a legislação de pesos e medidas existente parece estar desatualizada e não tem o poder de punir adequadamente os culpados.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Divisão de Desenvolvimento de Culturas

e. A experiência da ABRAPA

Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB) e Instituto de Pesos e Medidas (WMA)

No nível do processamento do algodão e fabricação de produtos têxteis, a disponibilidade de eletricidade e os altos custos de transporte resultantes da infraestrutura deficiente foram citados como desafios importantes. Essas questões devem ser abordadas para estimular o aumento dos investimentos privados.

Ministério da Indústria e Comércio (MIT): Departamentos de Indústria e de Investimento

e. A experiência da ABRAPA



2.1.2. Inclusão produtiva focada na capacitação e no emprego para jovens e mulheres

Há uma necessidade urgente de implementação de uma estratégia que melhore os meios de sustento das comunidades algodoeiras. Os agricultores devem receber treinamento em agronegócio (inclusive boas práticas agrônômicas – GAPs) e formação de grupos empresariais de produtores rurais (FBGs).	Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MFL): Departamentos de Treinamento e de Desenvolvimento de Culturas Escritório do Presidente – Administração Regional e Governo Local (TAMISEMI): Divisão de Governo Local Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia: Departamento de Educação e Treinamento Técnico Vocacional e Autoridade de Educação e Treinamento Técnico Vocacional (VETA) Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB)	Programas de educação profissional e técnica para acesso ao mercado de trabalho b. Política Nacional de Aprendizagem c. Agenda sobre trabalho decente	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) Ministério da Educação (MEC) Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)
Programas dedicados de treinamento profissional e de empreendedorismo para jovens devem ser estabelecidos. Essa iniciativa poderia se beneficiar substancialmente do programa de eletrificação rural em andamento sob a supervisão da Agência de Eletrificação Rural (REA).	Gabinete do Primeiro Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências; Departamento do Trabalho em Colaboração Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia: Departamento de Educação e Treinamento Técnico Vocacional e Autoridade de Educação e Treinamento Técnico Vocacional (VETA)	a. Programas de educação profissional e técnica para acesso ao mercado de trabalho b. Política Nacional de Aprendizagem c. Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) Ministério da Educação (MEC) Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

9 Bibliografia

AMAN, H.; ANGWANDA, A. *Population growth, structure and momentum in Tanzania*: THDR 2014: Background Paper No.7, ESRF Discussion Paper 61, 2014.

BAFFES, J. Tanzania's Cotton Sector: constraints and challenges in a global environment africa region working paper series, n. 42, dezembro de 2002.

BANCO MUNDIAL. *Agriculture in Tanzania since 1986: Follower or Leader to Growth*: Estudo de País do Banco Mundial, Washington DC, 2000.

_____. *Tanzania economic update: the road less traveled – unleashing public private partnerships in Tanzania*. Tanzania economic update; edição n. 8. Washington, D.C.: Grupo do Banco Mundial, 2016.

_____. *Tanzania Mainland Poverty Assessment*: Washington D.C., Grupo do Banco Mundial, 2015.

COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO (ICAC) em associação com Generation 10 (2015). *Banco de dados estatísticos*. Disponível em: <<https://icac.generation10.net/statistics/index>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. *Cotton: Review of the World Situation*, vol. 67, n. 6, julho-agosto, 2014.

FAUSTINE Kapama. *Mixed Feelings over Child Marriage*. Daily news, segunda-feira, 18 de julho de 2016. Publicado pela empresa jornalística Tanzânia Standards Limited, Dar Es Salaam, Tanzânia.

GELARD, C. *Survey Shows Child Labour Still on the Rise in Tanzania*. The Guardian Newspaper, quinta-feira, 21 de julho de 2016.

ITC (2015) Trade Map Database. Disponível em:

Jamhuri ya Muungano wa TANZANIA (URT) (2016) *Hali ya Uchumi wa Taifa katika Mwaka 2015 (Annual Economic Review for 2015)*: M

KABELWA, G.; KWEKA, J. *The linkage between Trade, Development & Poverty Reduction (TDP): A Case Study of Cotton and Textile sector in Tanzania*. Projeto de pesquisa apresentado Á CUTS-CTEE (Índia) para o Projeto TDP da Tanzânia, junho de 2006.

MOSSES, K. C. A study on the performance of textile sector in Tanzania-Challenges and ways forward. *International Academic Research Journal of Business and Management*, vol. n. 4, edição 5, p. 1 a 14, fev./2016.

MUGARULA, F. Pupil Enrollment Soars by 85%: Free Education Pays Dividends. *Jornal Daily News Paper*, de 14 de julho de 2016.

TANZANIA NATIONAL BUREAU OF STATISTICS (NBS) e INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Child Labour Survey, Tanzania Mainland*: Analytical Report, fev. 2016

NBS. *2011/12 Household budget survey Tanzania Mainland*: main report. Escritório Nacional de Estatística, Ministério da Fazenda – Dar es Salaam, 2014.

NKWAME, Marc. *TASAF Clients Set to Receive Cash via Mobile Phone*. Disponível em: <www.dailynews.co.tz>. Acesso em: 23 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). *Analysis of Incentives and Disincentive for Cotton in United Republic of Tanzania*. 2013.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO); COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO (ICAC). *Measuring Sustainability in Cotton Farming Systems: Towards a guidance Framework*, Roma, Itália, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) e REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA (2013) Tanzania Decent Work Country Programme 2013 -2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Decent work country profile Tanzania (mainland)*. Dar es Salaam e Genebra: OIT, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Site (Condition of Work & Employment Series)*. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. 2016.

POULTON, C.; MARO, W. *Comparative Analysis of Organization and Performance of Africa Cotton Sectors: The Cotton Sector of Tanzania*. Documento elaborado para o Banco Mundial. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 2015: Work for human development Briefing note for countries on the 2015 Human Development Report (United Republic of Tanzania)*, 2015.

REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA (RUT). *Integrated Labour Force Survey 2014: Analytical Report for Mainland*, 2015.

RUT. *National Action Plan for the Elimination of Child Labour*. Ministério do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento dos Jovens, junho de 2009.

RUT. *National Five Year Development Plan (2016/17-2020/21): Nurturing Industrialization for Economic Transformation and Human Development*. Ministério da Fazenda, junho de 2016.

TANZANIA: *Contract Cotton Farming Increasing in Lake Zone* – Report, 23 de maio de 2016. Disponível em: <www.allafrica.com>.

TCB (2010). *The Cotton Industry Implementation Plan, CIIP: 2010-2015*.

WORLD WIDE FUND POR NATURE (WWF). Sustainable agriculture: cotton-overview. Disponível em: <<http://www.worldwildlife.org/industries/cotton>>. 2015.

Site do TASAF (2016). Disponível em: <<http://www.tasaf.org>>.

Site do TCB (2016). Disponível em: <<http://www.cotton.or.tz>>.

www.energylopedia/wiki/Fuel_Prices_Tanzania, setembro de 2016.

www.gdinflation.com

<http://www.trademap.org/Index.aspx>

<http://dailynews.co.tz/index.php/home-news/51582-bill-on-marriage-act-seeks-to-end-underage-marriages>, baixado em 12 de julho de 2016

10 Anexos e apêndices

Anexo 1: Produção de algodão na Tanzânia de 2009 a 2014

PRODUÇÃO DE ALGODÃO DE 2009 A 2014								
ZONA	REGIÃO	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013		2013/2014	2014/2015
					Simiyu	147.564	117.761	100.288
					Geita	35.730	22.424	16.665
ZONA OCIDENTAL	Shinyanga	174.162	105.662	138.602	Shinyanga	64.800	40.645	31.410
	Mwanza	59.637	33.517	50.076	Mwanza	45.100	22.726	17.480
	Mara	10.986	10.705	15.940	Mara	20.925	13.223	14.948
	Kagera	4.700	1.812	3.734	Kagera	1.029	312	154
	Tabora	15.650	10.737	14.842	Tabora	32.700	22.368	19.143
	Kigoma	294	47	386	Kigoma	429	97	53
	Singida	1.336	753	883	Singida	2.000	1.638	998
	Total	266.765	163.233	224.463		350.277	241.194	201.139
	%	99,91	99,61	99,31		99,47	99,72	99,60
ZONA ORIENTAL	Manyara	172	490	768	Manyara	1.496	424,0	424,9
	Morogoro	33	73	564	Morogoro	204	105,0	200,6
	Kilimanjaro	6	33	25	Kilimanjaro	28	40,0	79,9
	Pwani	19	28	120	Pwani	41	5,0	8,0
	Tanga	5	11	77	Tanga	35	50,0	90,0
	Iringa	4	1	10	Iringa	80	49,0	12,7
	Total	239	636	1.564		1.884	673	816
	%	0,09	0,39	0,69		0,53	0,28	0,40
Total geral		267.004	163.869	226.027		352.161	241.867	201.955

Fonte: CDTF, 2015

Anexo 2: Controle e acesso a recursos e características dos produtores de algodão na região da WCGA

REGIÃO	SIMIYU			MWANZA			GEITA		
Propriedade de terras (por gênero e idade)	90% homens	8% mulheres	2% jovens	70% homens	25% Mulheres	5% jovens	80% homens	15% Mulheres	5% jovens
Tamanho das terras cultivadas*	5% grandes	15% médias	80% pequenas	1% grandes	9% médias	90% pequenas	0% grandes	8% médias	92% pequenas
Tecnologia Usada (aragem)	35% trator	65% arado de boi	5% enxada manual	10% trator	75% arado de boi	15% enxada manual	1% trator	9% arado de boi	90% enxada manual
Formas de acesso à terra (própria vs contratada/alugada)	30% de terra própria	70% de terra alugada ou contratada		25% de terra própria	75% de terra contratada ou alugada		20% de terra própria	80% de terra contratada ou alugada	

Fonte: Dados de pesquisas

* Os produtores de algodão são categorizados da seguinte maneira: pequenos agricultores são os que possuem menos de 2,5 acres, médios produtores são os que possuem de 2,5 a 9,5 acres e grandes produtores são os que possuem mais de 9,6 acres.

Anexo 3: Custos médios dos produtores de algodão por hectare

MARGEM MÉDIA DE CUSTO DOS PRODUTORES DE ALGODÃO (POR HECTARE)						
Itens	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Custo total	% dos custos totais em uma terra própria	% dos custos totais em uma terra contratada
A. Insumos						
Sementes	Kg	19,2	1.200	23.040		
Pesticidas	L	14,40	2.000	28.800		
Subtotal dos custos				51.840	7%	6%
B. Preparação do terreno						
Limpeza da terra	Hectare	1	48.000	48.000		
Aragem da terra	Hectare	1	96.000	96.000		
Gradação da terra	Hectare	1	96.000	96.000		
Subtotal dos custos				240.000	30%	26%
C. Mão de obra						
Plantio	Hectare	1	36.000	36.000		
Primeira remoção de ervas daninhas	Hectare	1	72.000	72.000		
Segunda remoção de ervas daninhas	Hectare	1	72.000	72.000		
Terceira remoção de ervas daninhas	Hectare	1	72.000	72.000		
Primeira vaporização	Hectare	1	36.000	36.000		
Segunda vaporização	Hectare	1	36.000	36.000		
Terceira vaporização	Hectare	1	36.000	36.000		
Colheita	Hectare	1	144.000	144.000		
Subtotal dos custos				504.000	63%	55%
D. Terra contratada						
Contrato de terra	Hectare	1	120.000	120.000		
Subtotal dos custos				120.000		13%
Total (terra própria)				795.840	100%	100%
Total (terra contratada)				915.840		
Renda média (terra própria)	Kg	912,00	1.000*	912.000		
Média de renda (terra contratada)	Kg	912,00	1.000	912.000		
Margem bruta (terra própria)				116.160		
Margem Bruta (terra contratada)				(3.840)		
Percentual de margem bruta (terra própria)				15%		
Percentual de margem bruta (terra contratada)				0%		

Fonte: Dados de pesquisas

* Este é o preço base oficial de 1kg de algodão para a safra de 2016.

Anexo 4: Preços do algodão e deduções de 2005/2006 a 2014/2015

Ano	Taxa paga ao CDTF em xelins tanzanianos por Kg	Taxa cess distrital em xelins tanzanianos por kg (5%)	Taxa distrital para o desenvolvimento da educação (paga a alguns comissários distritais – em xelins tanzanianos por kg)	Preço líquido pago por kg	Deduções totais por kg em xelins tanzanianos	Preço total por kg em xelins tanzanianos
2005/2006	8,25	11	-	220	19,25	239,25
2006/2007	10	18,25	-	365	28,25	393,25
2007/2008	20	22,75	-	455	42,75	497,75
2008/2009	15	23	-	460	38	498
2009/2010	15	18	-	360	33	393
2010/2011	30	30	-	600	70	670
2011/2012	30	55	10	1100	95	1195
2012/2013	40	33	10	660	83	743
2013/2014	30	35	10	700	75	775
2014/2015	30	37,5	10	750	77,5	827,5

Fonte: CDTF, 2015



Anexo 5: Atividades agrícolas e não agrícolas não remuneradas desempenhadas por crianças na região da WCGA

TIPO DE ATIVIDADE	NÚMERO MÉDIO DE HORAS POR DIA	TEMPO DE TRABALHO	NÚMERO DE DIAS E DIAS ESPECÍFICOS DA SEMANA	PROPORÇÃO DE CRIANÇAS ENVOLVIDAS EM TERMOS DE GÊNERO (PERCENTUAL)	
Atividades agropecuárias				Meninas	Meninos
Preparação da terra	4,5 horas	Manhã	Principalmente nos fins de semana – 1 dia	50%	50%
Aragem	4,5 horas	Manhã	Principalmente nos fins de semana	15%	85%
Plantio	4,0 horas	Manhã	Principalmente nos fins de semana	50%	50%
Capina	4,0 horas	Manhã	Principalmente nos fins de semana	50%	50%
Aplicação de fertilizantes/adubação	2,0 horas	Manhã	Principalmente nos fins de semana	0	100%
Aplicação de herbicidas	2,0	Manhã	Principalmente nos fins de semana	0	1%
Colheita de algodão	4,5	Manhã	Principalmente nos fins de semana	50%	50%
Coleta e transporte para um estabelecimento comercial/para casa	1	No final da tarde	Nos fins de semana e em alguns dias da semana	0	100%
Transporte para o mercado	3	Manhã/tarde	Principalmente nos fins de semana	0	100%
Tarefas domésticas					
Faxina em casa	0,5 – 1	Manhã	Nos fins de semana e em alguns dias da semana	99%	1%
Limpeza de talheres	0,5 – 1	De manhã/ à tarde e no fim da tarde	Fins de semana e dias de semana	99%	1%
Cozinhar	0,5 – 1	Manhã/à tarde e no fim da tarde	Fins de semana e dias de semana	99%	1%
Buscar água	0,5 – 1	Manhã/tarde	Fins de semana e dias de semana	85%	5%
Catar lenha	3	Manhã/tarde	Fins de semana e dias de semana	100%	0%
Cuidar de gado	8	O dia inteiro	Fins de semana	10%	90%
Cuidar de crianças	Até 6 horas	Manhã/tarde	Fins de semana	100%	0

Fonte: Pesquisa de Campo na região da WCGA (discussões com grupos focais), junho-julho 2016

Anexo 6: Atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas desempenhadas por crianças na região da WCGA

TIPO DE TRABALHO REMUNERADO/ATIVIDADES	NATUREZA DO TRABALHO	NÚMERO DE HORAS ENVOLVIDAS	TEMPO DE TRABALHO	NÚMERO DE DIAS E DIAS ESPECÍFICOS DA SEMANA	PROPORÇÃO DE CRIANÇAS ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES REMUNERADAS (percentual aproximado)	PROPORÇÃO DE CRIANÇAS ENVOLVIDAS EM TERMOS DE GÊNERO (percentual aproximado)	
						Meninas	Meninos
Atividades relacionadas ao cultivo de algodão (preparação da terra, aragem, plantio, capina e colheita de algodão)	Casual	Até 6 horas	Manhã/Tarde	Fins de semana e feriados	Menos de 5%	30%	70%
Atividades de transporte e armazenamento de algodão	Casual	Até 6 horas	De dia e às vezes à noite	Fins de semana e feriados	Menos de 2%	0	100%
Trabalho doméstico (cuidar de crianças, realizar tarefas domésticas, cuidar de gado, jardinagem) – trata-se dos que migraram para uma cidade (tráfico de crianças)					Menos de 2%	100%	

Fonte: Pesquisa de Campo na região da WCGA (discussões com grupos focais), junho-julho 2016

**Anexo 7: Lista de instituições visitadas para fins de coleta de informações,
nomes dos entrevistadores e participantes das discussões com grupos focais**

S/N	NOME DA INSTITUIÇÃO	NOME DA PESSOA DE CONTATO	TELEFONES DE CONTATO
1	Conselho do Algodão da Tanzânia (TCB)	Irene. 149T. Gestor responsável pela promoção do cultivo do algodão em Marenge	+255 22 2128 347 +255 754 362109
2	Fundo Gatsby da Tanzânia (TGT)	Assessor sênior para políticas do Programa de Desenvolvimento Têxtil e do Algodão (CTDP) Donald Sayi: Coordenador do Programa	+225 22 2112 900 +255 756 226667 +255 754 750541
3	Gabinete do Primeiro Ministro, Trabalho, Emprego, Juventude e Deficiências; Departamento do Trabalho	Rehema Moyo: Comissário do Trabalho Batazar Mushi: Vice-Comissário do Trabalho Peter Sembuyage: Gestor do Trabalho Sabas Muhina: Gestor do Trabalho	+255 718502323 +255 754 571456 +255 713 705690 +255 715 787487
4	Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da Tanzânia (TPAWU)	Kabengwe D. Kabengwe: Secretário-Geral John L. Vahaye: Vice-Secretário Geral Katusime Kafanabo	+255 22 2182496 +255 754 606160 +255 786 606160 +255 672 247161
5	Ministério da Indústria, Unidade de Comércio e Investimentos na Indústria Têxtil	Johnvianney B. Ndyamukama, Especialista Sênior na Indústria Têxtil	+255 22 2127898 +255 755 62973
6	Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF)	Zablon I. Bugingo: Responsável pela Área de Desenvolvimento e Comunicação	+255 784 226143
7	Ministério da Saúde Departamento do Bem-Estar e Proteção Infantil	Daniel S. Masunzu: Comissário Adjunto de Assistência Social (Bem-Estar Familiar, Bem-Estar Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância) Pilly Mwinjiami: Assistente social	+255 713 481759 +255 713 464530
8	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	Ajuaye Sigalla: Consultor nacional	+255 22 2664557-9 +255 763 820029
9	Autoridade Reguladora da Seguridade Social (SSRA)	Ansga A. Mushi: Diretor de Pesquisas Atuariais e Desenvolvimento de Políticas Abdallah Mhagama, Gerente de Pesquisa e Planejamento	+255 22 2761683/4 +255 745 073231
10	Escritório Internacional do Trabalho, Tanzânia	Charlotte Goermans – Especialista em Trabalho Infantil e Desenvolvimento Juvenil	+255 22 2196700
11	Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca	Revelian S. Ngaiza: Coordenador de Programas e Analista de Políticas	+255 789 309798
12	GAKI Investment Ltd	Modest Betty – Gerente Benno Urassa – Contador Leonard Mushi – Gerente Geral	+255 756 376679 +255 769 500823 +255 762 980232
13	Instituto de Pesquisas Agrícolas de Ukiriguru	Dra. Evelina Lukonge: Diretor Responsável por Atividades de Desenvolvimento	+255 754 430675
14	Instituto de Certificação Oficial de Sementes da Tanzânia (TOSCI)	Joseph Ngura: Diretor Responsável	+255 765 614799
15	Escritório da Autoridade Zonal do Algodão da Tanzânia: Mwanza	Buluma Kaludushi: Gestor Zonal Kisiza Ndimu Fiscal responsável pela fiscalização de empresas de descaroçamento de algodão	+255 784 626457 +255 784 801895

16	Escritório Regional do Trabalho, Região de Mwanza.	Hadija Hersi: Diretora do Escritório Regional do Trabalho	+255 28 2540107 +255 767 124054 +255 784 124054 +255 673 124054
17	Autoridade Responsável pela Segurança e Saúde no Trabalho (OSHA) Zona do Lago, Mwanza.	Mjawa M. Shenduli: Gestora Zonal	+255 762 904543 +255 682 148400 +255 656 012140
18	Associação dos Empregadores da Tanzânia (ATE), Zona do Lago, Mwanza.	Witness. A. Mollel: Assistente Administrativo	+255 713 283434
19	Plan International Tanzania – Unidade de Programas de Geita	Nicas Ngumba: Gestor de Programas Maximilian S. Kitigwa, Coordenador de Projetos Relacionados ao Trabalho Infantil	+255 282520370 +255 714 573041
20	MWATEX (2001) LTD, Mwanza	Abhaw P. Gerente Geral Jovina F. Tulahi, Presidente para Mulheres, Mwatex (2001) Ltda., Sindicato dos Trabalhadores Industriais e Comerciais da Tanzânia (TUICO)	+255 686 170899 +255 754 015571
21	União de Cooperativas da Região de Shinyanga (SHIRECU)	Masele Kunji – Diretor de Patrimônio	+255 757 456 715
22	Escritório Regional do Trabalho na Região de Shinyanga	Revocatus Mabula – Diretor do Trabalho	+255 755 115975
23	Geita, Simiyu e Shinyanga, Área do Sindicato da Agricultura e dos Trabalhadores Agrícolas da Tanzânia (TPAWU).	Emmanuel Msigala – Secretário de Área	+255 718 148887
24	JOC Textile (1) Co Ltd.	Floyd Liu – Gerente Geral	+255 716 711909
25	Quton Tanzania	Tariro Sithole – Gerente Geral	+255 756 597757 +255 779 138346
26	União de Cooperativas de Nyanza	John Masalu – Gerente de Operações e Transportes	+255 754 624831 +255 787 624831
27	Associação dos Produtores de Algodão da Tanzânia (TACOGA)	Godfrey Mokiri – Presidente em exercício George Mpanduji – Secretário Hussein Kubili – Vice-Presidente Bakari Hamis – Membro Zena Kabonga – Membro Thereza Stephano – Membro Yunis Malago – Membro Masoud – Membro Jogoli Mayombo – Membro Joshua Kalandu – Membro	+255 788 679408 +255 767 039082 +255 786 547760 +255 784 797037 +255 755 275668 +255 787 945269 +255 753 800906 +255 769 456259 +255 754 044077 +255 784 221636
28	Sociedade Cooperativa do Mercado Agrícola de Mahaha	Charles Makindya – Presidente Masolwa Igagi – Secretário	+255 629 511590 +255 685 865015
29	Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento do Setor Algodoeiro (CDTF)	Esaú Mwalukasa – Diretor Administrativo James Simon Malya: Diretor para o Desenvolvimento da Cultura do Algodão	+255 754496511 +255 754 289494 +255 787 289494
30	Alliance Gineries – Kasoli, Simiyu	Boaz Ogola: Gerente Geral Pili Robert: Cozinheiro Neema Lucas: Diretor de Extensão Elizabeth Gerome: Diretora de Extensão Buluma John: Diretor de Extensão	+255 7677 46 1986 +255 759 714 999 +255 752 684183 +255 757 1533359 +255 763 301919



31	Fundo Nacional de Seguro de Saúde (NHIF)	Gabriel Gregory Ishole – Diretor de Comunicação – Departamento responsável pelo Fundo Comunitário de Saúde	+255 754 057548
32	Instituto de Pesos e Medidas (WMA)	Hemedi Kipengele: Gerente Regional	+255 754 605961 +255 782 605961
33	Terres des Hommes	Anke Groot: Gerente Nacional	+ 255 754 474949 +255 (0) 282 541636

Regiões, distritos e vilarejos/ruas de cultura do algodão visitados:

S/N	REGIÃO	S/N	CÂMARA DISTRITAL/MUNICIPAL	S/N	VILAREJOS/RUAS
1	SIMIYU	1	Câmara Municipal de Bariadi	1	Rua Mbiti
		2	Conselho Distrital de Itimila	2	Vilarejo de Lugulu
2	MWANZA	3	Conselho Distrital de Magu	3	Rua Mahaha
		4	Conselho Distrital de Misungwi	4	Vilarejo de Nguge
3	GEITA	5	Câmara Municipal de Geita	5	Rua Nyaiseke
		6	Conselho Distrital de Chato	6	Vilarejo de Kanyama

Lista de informantes-chave (gestores administrativos locais [WE0], diretores executivos locais [VE0], diretores de atividades de extensão agrícola e professores)

SN	VILAREJO/RUA	NOME DO INFORMANTE-CHAVE	CARGO	TELEFONE
1	Rua Mbiti: Câmara Municipal de Bariadi, Região de Simiyu.	Joseph Igoko	Rua Mtaa/Diretor Executivo (ME0)	+255 765 199447
2	Vilarejo de Lugulu, Conselho Distrital de Itimila, Região de Simiyu	Bugumba Lukas Elinkaela A. Kishai	Gestor Executivo Comunitário (VE0)	+255 682 021561 +255 758 715220
3	Vilarejo de Mahaha, Conselho Distrital de Magu, Mwanza			
4	Vilarejo de Nguge: Conselho Distrital de Misungwi – Mwanza	Magreth Chocha	Oficial de Campo para Atividades Pecuárias	+255 685 225065
		Peter Ntoba	Diretor de Atividades Agrícolas de Campo (vilarejo)	+255 758 889367
		John Choto	Diretor de Atividades Agrícolas de Campo (região)	+255 763 949184
		Frank Mayombo	Professor Chefe, Escola Primária de Nguge.	+255 764 187233
		Athanasi Boniface	Gestor Executivo Comunitário (VE0)	+255 759 305468
5	Rua Nyaiseke, Câmara Municipal de Geita, Região de Geita	Paulo Masoso	Gestor Administrativo Local (WE0)	+255 764 070615
		Clement Williamu Nonga	Gestor Executivo Comunitário (VE0)	+255 756 888791
6	Vilarejo de Kanyama. Câmara Distrital de Chato, Região de Geita	Thobias Ntigwanamba	Conselheiro Local, Área de Ilmela, Câmara Distrital de Chato.	+255 767 162388

Lista de nomes de Agricultores (dos gêneros masculino e feminino) envolvidos em discussões com grupo focais nas regiões de Simiyu, Mwanza e Geita:

	VILAREJO/RUA	FAIXA ETÁRIA	S/N	NOME DO PARTICIPANTE	IDADE	TELEFONE:
1.	Rua Mbiti: Câmara Municipal de Bariadi, Região de Simiyu.	JOVENS DO GÊNERO MASCULINO COM IDADES DE 18 A 25 ANOS.	1	Chenya Sisto	24	+255 685 428775
			2	Masunga Edward	23	+255 766 419621
			3	Lino N. Guselya	21	+255 768 216354
			4	William Y. China	20	-
			5	Mayiku Elias	18	-
			6	Mambo D. Lubis	21	+255 764 781873
			7	Libert Weuse	24	+255 752 294484
		JOVENS DO GÊNERO FEMININO COM IDADES DE 18 A 25 ANOS	1	Suzana Shadrack	25	+255 765 585518
			2	Zawadi John	18	+255 684 671781
			3	Happiness Nkonya	18	-
			4	Easter Samwel	20	-
			5	Neema Nkonya	18	+255 745 415454
			6	Agnes Edward	21	+255 757 283222
			7	Sophia Lucas	18	-
			8	Christina Charles	18	-
		ADULTOS DO GÊNERO MASCULINO: 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Moses Masalu	44	+255 769 380243
			2	Silas Ayubu	40	+255 683 133506
			3	Zakayo Nyanda	58	+255 788 207870
			4	Masumbuko Matimwa	57	+255 683 865503
			5	Nila Kuselya	50	+255 758 882941
			6	China William	47	+255 764 952058
			7	Zizi Kubilu	46	+255 688 591277
			8	Subi Sweka	32	+255 783 795240
			9	Nila Wapi	48	+255 682 021217
			10	Kizito Kija	50	+255 789 032125
		ADULTOS DO GÊNERO FEMININO: 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Elizabeth Makelemo	57	+255 688 060112
			2	Pendo Fales	32	+255 786 865027
			3	Anna Masabo	41	+255 762 606989
			4	Ng'washi Kilugala	42	+255 766 632519
			5	Kweji Kamongo	44	-
			6	Mhungulu Lubisi	40	+255 763 588813
		GRUPO DE CRIANÇAS: ABAIXO DE 17 ANOS DE IDADE	1	Berita Mgima (gênero feminino)	15	-
			2	Magret Mgaya (gênero feminino)	12	-
			3	Limi Joseph (gênero feminino)	15	-
			4	Alphonse Mgaya (gênero feminino)	15	-
			5	Samweli Lucas (gênero feminino)	16	-
			6	Pemba Tabu (gênero feminino)	15	-
			7	Lazaro Methew	16	-

2.	Vilarejo de Lugulu: Conselho Distrital de Iitimila, Região de Simiyu.	ADULTOS DO GÊNERO FEMININO: 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Magreth Petro	38	+255 789 216273
			2	Modesta Aloyce	45	+255 688 422 587
			3	Suzana Philip	50	+255 768 953 632
			4	Magreth Masuka	48	+255 766 100049
			5	Easter Mbesi	42	-
			6	Masunga Páscoa	40	+255 789 135181
			7	Maria Masuka	26	-
		ADULTOS DO GÊNERO MASCULINO: 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Liso Charles	56	+255 787 534951
			2	Lucas Hazina	52	+255 684 515177
			3	Sospiter Ngusa	64	+255 784 785095
			4	Ndalahile Ngusa	56	+255 686 351110
			5	Evarist Nkuba	71	+255 784 376085
			6	Masunga Zabron	44	+255 763 090291
			7	Saimon Tembo	27	+255 783 180014
			8	Nyenye Mboje	54	+255 786 856203
			9	Rashid Ahmed	46	+255 766 176381
			10	Elias Kaselabantu	45	+255 685 236899
			11	Juma Jumanne	38	+255 785 439199
			12	Seni Kilino	48	+255 789 235375
		GRUPO DE CRIANÇAS: ABAIXO DE 17 ANOS DE IDADE	1	Mbuke Donald (gênero feminino)	13	-
			2	Flora Deus (gênero feminino)	14	-
			3	Teddy Deus (gênero feminino)	13	-
			4	Saka Masanza (gênero feminino)	13	-
			5	Saenda Emmanuel (gênero masculino)	13	-
			6	Emmanuel Limbu (gênero masculino)	14	-
			7	Jackson Mlasheni (gênero masculino)	16	-
			8	Edward Robert (gênero masculino)	17	-
			9	Joseph John (gênero masculino)	13	-

3.	Vilarejo de Mahaha, Câmara Distrital de Magu, Região de Mwanza.	ADULTOS DO GÊNERO FEMININO COM 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Ester Lucas	28	-
			2	Mariam Lushinge	32	+255 624 619944
			3	Elizabeth Maguta	28	+255 628 544416
			4	Easter Elias	33	+255 626 375727
			5	Laeri Kefa	32	-
			6	Hellena Charles	42	-
			7	Elizabeth Thomas	28	-
			8	Ngolo Shigela	39	+255 629 845536
		ADULTOS DO GÊNERO MASCULINO COM 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Majaliwa Malegi	43	+255 629 511640
			2	Madimi Charles	45	+255 629 511630
			3	Lucas Ilele	64	-
			4	Kija Kadodi	44	-
			5	Kunga Mapalala	51	+255 628 544331
			6	Mathias Mbushi	55	+255 629 558075
			7	Lameck Mangu	47	+255 629 558083
			8	Saimon Nyanza	52	+255 766 082700
			9	Daniel Bukwimba	48	+255 629 513625
			10	Jackson Nyanda	65	+255 782 421888
		GRUPO DE JOVENS DO GÊNERO MASCULINO: 18 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Joseph Luzaria	25	+255 753842934
			2	Mussa Bondela	25	+255 626357507
			3	Joseph Peter	25	+255 753042970
			4	Ibrahim Constantine	24	+255 753070037
			5	Andrew Isack	25	+255 758173307
			6	Musa Basibasi	25	+255 688216850
			7	Dottto Jonas	20	+255 625146426



4.	Vilarejo de Nguge, Câmara Distrital de Misungwi, Região de Mwanza.	JOVENS DO GÊNERO FEMININO COM 18 A 25 ANOS DE IDADE	1	Veronica Lazaro	23	+255 762 035142
			2	Suzana Mussa	18	-
			3	Jesca Lucas	23	+255 743 445882
			4	Easter Samson	25	-
			5	Winfrida Lucas	18	-
			6	Jenifar Michael	18	-
		JOVENS DO GÊNERO MASCULINO: 18 A 25 ANOS DE IDADE	1	Jacobo Onesmo Mazuri	25	+255 757 760078
			2	Lameck Paulo	25	-
			3	Samson Daudi	25	-
			4	Palo Venance	26	-
			5	Selemani Mathias	19	+255 743 474917
		ADULTOS DO GÊNERO FEMININO: 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Sisilia Joakim	36	+255 766 751154
			2	Kelekensia Kalamu	53	-
			3	Magreth Chocha	26	+255 685 225065
			4	Specioza Faustin	49	-
			5	Salome Bushesha	70	-
			6	Susana Kasumbi	52	-
			7	Maria Kasinza	35	-
			8	Agnes Mzuri	61	-
			9	Salome Cosmas	48	+255 762 795838
			10	Agnes Mabula	30	+255 763 866355
		ADULTOS DO GÊNERO MASCULINO: 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	John Njonelwa	55	+255 763 941582
			2	Daudi Joseph	48	+255 765 020296
			3	John Katembo	45	+255 763 707425
			4	Phares Daniel	31	+255 769 742838
			5	Shashi Elias	47	+255 762 114474
			6	Enock Nkwabi	57	+255 682 399910
		GRUPO DE CRIANÇAS: ABAIXO DE 17 ANOS DE IDADE	1	Panjiwa Samweli (gênero feminino)	12	-
			2	Constancia Jeftha (gênero feminino)	14	-
			3	Berita John (gênero feminino)	12	-
			4	Happiness Ngeleja (gênero feminino)	12	-
			5	Sara Selemani (gênero feminino)	15	-
			6	Peter Joseph (gênero feminino)	15	-
			7	Francis William (gênero masculino)	14	-
			8	Samweli Juma (gênero masculino)	11	-
			9	Mabula Malimi (gênero masculino)	14	-
			10	James Reuben (gênero masculino)	12	-

5.	Rua Nyaseke: Câmara Municipal de Geita, Região de Geita.	ADULTOS DO GÊNERO MASCULINO COM 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Scania Kahindi	42	+255 685 030500
			2	Msafiri Sumi	70	-
			3	Gabriel William	48	+255 678 474816
			4	Mosses Stephen	61	-
			5	Sabuni Luhwehula	73	+255 685 941460
			6	Misango Nkundi	54	+255 687 132140
			7	Makoye Masasi	36	+255 628 987330
			8	Deus John	53	+255 782 458580
			9	Mashenene Mchezela	39	-
			10	Mayela Shiguna	41	+255 689 016447
			11	Deus Mhungati	53	-
			12	James P. Tunge	70	+255 789 931320
			13	Itama Pemba	48	+255 784 610592
			14	Boniface P. Solo	50	-
			15	Elisha John	38	+255 687 559906
			16	Lucas Bahebe	32	+255 684 529927
			17	Benjamin Busumba	32	+255 785 244409
			18	Samwel Lufungulo	52	+255 789 436550
		GRUPO DE CRIANÇAS: ABAIXO DE 17 ANOS DE IDADE	1	Kulwa Lucas (gênero masculino)	15	
			2	Jesse James (gênero feminino)	14	
			3	Abel Sengerema (gênero masculino)	14	
			4	Ramadhani James (gênero masculino)	15	
			5	Shida Lucas (gênero feminino)	15	
			6	Oscar Charles (gênero masculino)	10	
			7	Geofrey anes (gênero feminino)	11	
			8	Graça Samson (gênero feminino)	13	
		JOVENS DO GÊNERO FEMININO COM 18 A 25 ANOS DE IDADE	1	Zeinabu Kazimili	20	-
			2	Kabula Dotto	23	-
			3	Zawadi Omari	20	+255 685 879041
			4	Restuta Kazimili	23	+255 765 370601
			5	Martha James	18	-
		JOVENS DO GÊNERO MASCULINO COM 18 A 25 ANOS DE IDADE	1	Clement Nonga	24	+255 756 888799
			2	Emmanuel Kahindi	25	+255 685 398462
			3	Njige Jackson	24	+255 786 339940
			4	Japhet Kagoloba	24	+255 685 656366
			5	Sospeter Bushosha	23	-
			6	Emmanuel Revocatus	25	+255 756 514832
			7	Babune Lupilya	23	+255 755 518386
		GRUPO DE ADULTOS DO GÊNERO FEMININO: 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Naomi Mabirika	28	-
			2	Martha Philipo	32	-
			3	Rahel Charles	42	-
			4	Monica Mboje	33	-
			5	Lucia Katishu	45	+255 783031181
			6	Ester Malulu	60	-
			7	Agness Saamoja	48	-



6	Vilarejo de Kanyama: Câmara Distrital de Chato, Região de Geita	ADULTOS DO GÊNERO MASCULINO COM 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	James Butondo	60	+255 757 045973
			2	Fabian Masasila	31	+255 769 388625
			3	Emmanuel Bulugu	29	-
			4	Paul Thomas	31	+255 767 439155
			5	Charles Kabadi	54	+255 759 752406
			6	Enock Bujiku	49	+255 765 978651
			7	Charles Kisangija	62	+255 756 483888
			8	Mashaka Thomas	27	-
			9	Joseph Petro	54	-
			10	Mathia Constantine	37	+255 767 079780
			11	Pastory Edson	34	+255 765 279203
			12	Philipo Hoja	40	-
			13	Gamba Gwiwe	80	-
			14	Mathias Nkwabi	73	+255 758 768774
		ADULTOS DO GÊNERO FEMININO COM 26 ANOS DE IDADE OU MAIS	1	Mkabela Mayeti	52	-
			2	Selina Edisoni	42	+255 759 736850
			3	Rebeca Samweli	44	+255 757 975172
			4	Gaudencia Manyanza	41	+255 744 407008
			5	Elizabeth Laurean	46	-
			6	Semeni Milele	28	+255 754 510515
			7	Martha Thobias	26	+255 768 689559
			8	Marieta Buchanja	63	+255 752 176715
			9	Mariam Garila	33	-
		JOVENS DO GÊNERO FEMININO COM 16 A 25 ANOS DE IDADE	1	Neema Constantino	17	-
			2	Maria Joseph	17	-
			3	Suzana Masumbuko	18	-
			4	Joyce Mathew	17	-
			5	Elizabeth Makoye	16	-
			6	Flora John	18	-
		JOVENS DO GÊNERO MASCULINO COM 18 A 25 ANOS DE IDADE	1	Kapani Petro	24	+255 785 045945
			2	Shukurani Simon	18	-
			3	Daudi Madulu	18	-
			4	Mashamba Daniel	21	+255 753 401814
			5	Augustine Philemon	22	+255 768 391368
			6	Mariko Cosmasi	21	-
			7	Clement Justine	25	+255 765 897416
			8	Mariko Thomas	18	+255 744 635811

GRUPO DE CRIANÇAS: ABAIXO DE 17 ANOS DE IDADE	1	Katarina Mwenge (gênero feminino)	14	-
	2	Graça Williamu (gênero feminino)	15	-
	3	Evania Dokta (gênero feminino)	14	-
	4	Wile Daniel (gênero feminino)	14	-
	5	Abel Petro (gênero masculino)	16	-
	6	Amos Bulugu (gênero masculino)	15	-
	7	Kurwa Makoye (gênero masculino)	15	-
	8	William Petro (gênero masculino)	15	-
	9	Edith Ernest (gênero feminino)	14	-
	10	Dickson Laslaus (gênero masculino)	16	-

Lista de nomes de informantes-chave: Autoridades distritais e de câmaras municipais

S/N	DISTRITO/CIDADE	NOME DO INFORMANTE	CARGO	TELEFONE
	CÂMARA MUNICIPAL DE BARIADI	Issa Mtweve	Diretor de Atividades Agrícolas/ Coordenador dos TASAF	+255 755 014869
		Edgar Wilbert	Diretor de Desenvolvimento Comunitário	+255 754 305705
		Billwalter Mbilinyi	Diretor para Cooperativas	+255 763 690070
	CÂMARA DISTRITAL DE BARIADI	Wambura Chacha	Diretor Executivo Distrital	+255 764 334533
		Oswin Mlelwa	Diretor para Atividades Agrícolas	+255 767 327273
		Felicia Mbwapo	Diretora para Previdência Social	+255 682 343341
		Jonathan Buluba	Diretor de Desenvolvimento Comunitário	+255 786 657038
		Mateso P. Kiswanu	Diretor de Safras	+255 763 141066
	CÂMARA DISTRITAL DE BARIADI	Said Fundikira	Diretor Executivo Distrital	+255 784 383869
		Kesa Maswaga	Diretor Distrital para Atividades Agrícolas e de Irrigação e Cooperativas	+255 715 347868
		Philip Msangi	Coordenador dos fundos de ação social da Tanzânia (TASAF)	+255 759 026549
		Daniel Sangange	Diretor Distrital de Desenvolvimento Comunitário	+255 756 822680
		Johari Mwasha	Diretor de Atividades de Educação	+255 762 931370
		Erasmus Bitaruhize	Diretor para Cooperativas	+255 784 821777
	CÂMARA DISTRITAL DE MISUNGWI	Silla Ntmuti	Diretor Distrital para Atividades Agrícolas e de Irrigação e Cooperativas (DAICO)	+255 754 244029
		Revocutus B. Bulahya	Coordenador Distrital, TASAF	+255 754 928368
		Gloria Buname	TASAF	+255 759 885337
		Flora D. Kuzenza	Enfermeira Chefe do Hospital Distrital, Coordenadora do Fundo Comunitário de Saúde (CHF)/Fundo Nacional de Seguro de Saúde (NHIF)	+255 755 844819
		Azaria Sanga	Fiscal Distrital do Setor Algodoeiro (Autoridade do Algodão da Tanzânia)	+255 756 556814
		Lucy Sakila	Diretora Distrital de Atividades de Educação e Economia Doméstica	+255 754 562600

	CÂMARA MUNICIPAL DE GEITA	Max. S. Kamaoni	Diretor	+255 754 362488
		Mohamed Mbaraka	Diretor para Cooperativas	+255 752 386956
		Mayunga John	Diretor de Atividades Agrícolas de Campo	+255 752 816526
		Alex Christopher	Diretor de Atividades de Educação	+255 758 279192
		Zengo Pole	Diretor Responsável por Atividades de Desenvolvimento Juvenil	+255 754 889021
		Hadija S. Ubuguyu	Diretor de Atividades de Educação	+255 717 674766
		Dora Mwabeza	Diretora para Cooperativas	+255 762 478987
		Getrude Maaso	Diretora da Área de Previdência Social	+255752 944674
		Wael Shaidi	Coordenador Distrital, TASAF	+255 763 008519
	CÂMARA DISTRITAL DE CHATO	Eng. Joel Bahahari	Diretor Executivo Distrital	+255 764 769012
		Faidaya Misango	Diretor Distrital para Atividades Agrícolas e de Irrigação e Cooperativas (DAICO)	+255 755 330614
		Hilda Mwarabu	Diretora Distrital da Área de Previdência Social	+255 767 276808 /786 299158
		Richard Komba	Assessor, TASAF	+255 784 590607
		Jonathan Rwezaura	Diretor de Atividades de Educação	+255 757 746483
		Victor Ronald	Economista	+255 753 593853
		Jacob Shauri	Diretor de Atividades Agrícolas de Campo	+255 756 977191

